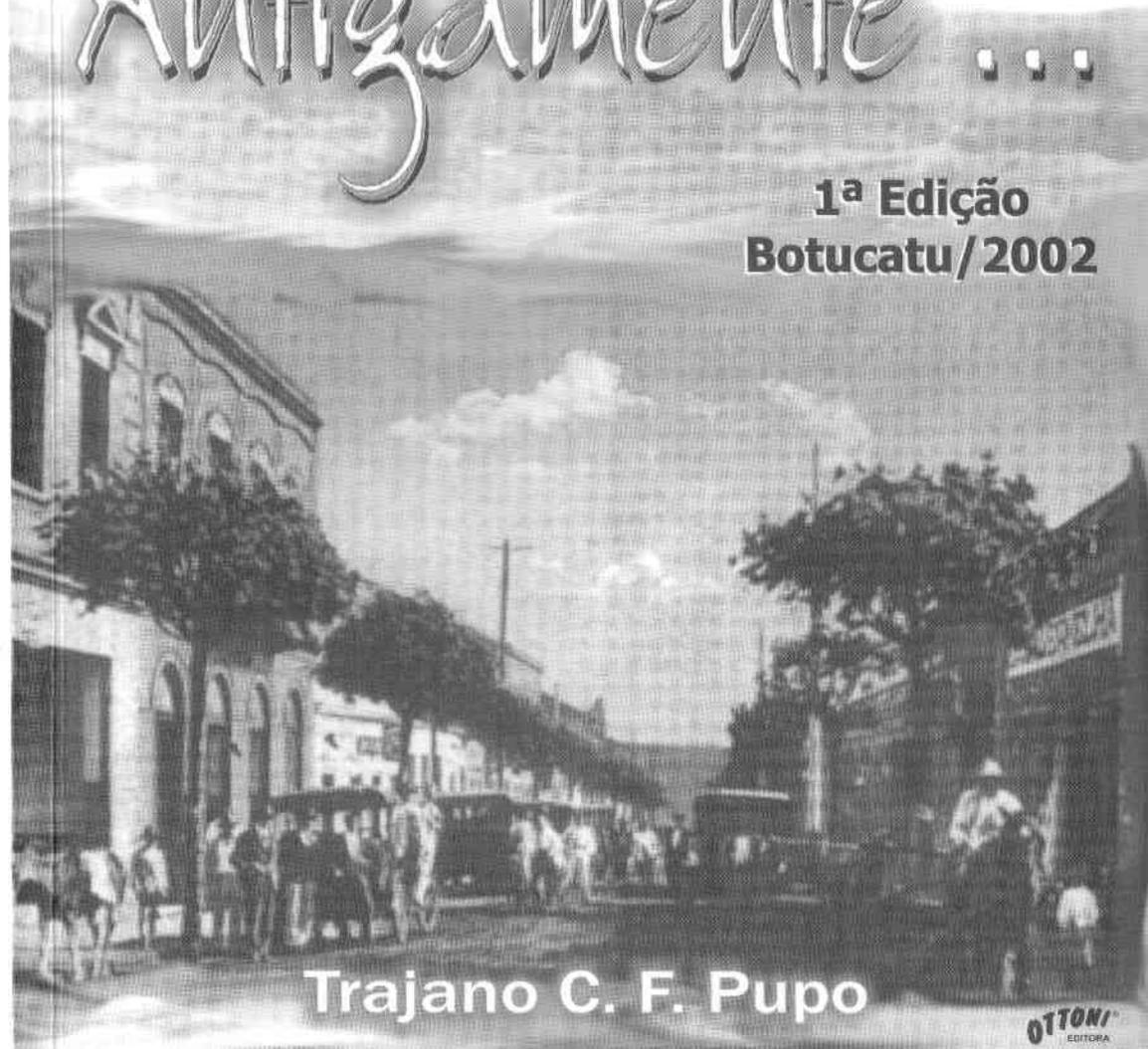


Botucatu Antigamente ...

1ª Edição
Botucatu/2002



Trajano C. F. Pupo

O autor nasceu em Botucatu, aos 5 de setembro de 1938. Filho de Trajano Pupo Júnior, piracicabano (caipiracicabano, como costumava dizer), dedicado à ciência e à literatura, e de Nina de Figueiredo Pupo, bauriense, mãe extremosa de sete filhos, todos botucatuenses. Formado em Direito pela USP, o autor foi, enquanto estudante, bolsista do governo alemão para o curso "Aspectos Jurídicos e Econômicos da Nova Alemanha", nas Universidades de Berlim, Tübingen e Heidelberg. É formado em Ciências Biológicas pela UNESP-Botucatu, onde foi professor concursado da cadeira Geologia-Paleontologia. Atualmente é agente fiscal de rendas da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Dedicado aos problemas de seu município e de seu Estado, tem obras inéditas sobre alguns assuntos, como "Topônimos Paulistas de origem Tupi", "Cursos d'Água da região de Botucatu", "Pequena História Natural e Cultural de São Paulo", e "Botucatu Antigamente...", que agora é editado. Questionado por amigos sobre a escolha de editora ituana e não botucatuense, o autor costuma dizer que o livro saiu muito massudo, e só mesmo Itu para enfrentá-lo. .

Trajano C. F. Pupo

Botucatu Antigamente ...

1ª Edição
Botucatu/2002

(DAS ORIGENS ATÉ 1917)

OTTONI[®]
EDITORA

CRÉDITOS

Capa: **André Michel de Castilhos**

Fotos: arquivo do Autor

Ficha Catalográfica:

Pupo, Trajano Carlos de Figueiredo, 1938-
P986b Botucatu antigamente ... (das origens até 1917) / Trajano Carlos
de Figueiredo Pupo; capa André Michel de Castilhos. -- Ita (SP):
Editora Ottoni, 2002.
579 p. : il. ; 21,5 cm.

Inclui índice onomástico e dados biográficos do autor.
Bibliografia, p. 557.

I. Botucatu (SP) -- História I. Castilhos, André Michel.
II. Título.

CDD 981.612

Ficha catalográfica elaborada por Maria Cristina Monteiro Tasca - CRB 5803
ISBN n° 85-7464-010-7

DEDICATÓRIA

*Aos meus familiares,
presentes e antepassados,
e aos meus amigos,
passados e presentes.*

Composição e Impressão:

OTTONI[®]
EDITORA

Rua Garcia Moreno, 55 – Centro - CEP 13.300-610 - ITUJUBÁ
Fones/Fax: (0xx11) 4022-5309 / 4022-5312 / 4023-0197
www.ottonieditora.com.br - e-mail: ottoni@ottonieditora.com.br

PREFÁCIO

Este trabalho procurou reunir alguns fatos ainda não publicados ou então não completamente comentados da história de Botucatu. De certo modo, é um complemento de outros trabalhos que versaram sobre o assunto, mormente as "Achegas para a história de Botucatu", de Hernani Donato, que conseguiu, com mestria de literato e historiador, dar unidade invejável à cronologia botucatuense. De fato, serão poucas as cidades interioranas brasileiras que têm sua história tão corretamente detalhada. Temos também a obra de Sebastião de Almeida Pinto, "No velho Botucatu", despreocupada da cronologia, mas sagazmente ligada ao conteúdo emocional dos "causos" ocorridos na cidade dos bons ares. E há ainda os apontamentos de João Nogueira Jaguaribe, publicados na imprensa botucatuense, de 1915 a 1918. Assim, Botucatu é uma cidade privilegiada quanto aos relatos de seu passado, havendo ainda várias obras menores sobre sua economia, sociologia, geografia humana etc. Mas, mesmo assim, acreditamos que podemos acrescentar alguma coisa.

Para exemplificar o modo quase total como mergulhei nesses velhos tempos, conto-lhes um fato interessante, ocorrido durante minhas pesquisas. Na segunda década do século 20, despontou no "Correio de Botucatu", como exímio cronista, um jornalista de gênio: Levy de Almeida. Suas crônicas de tal modo me interessaram que afundi no tempo, lendo a sequência de exemplares do "Correio" como se realmente vivesse naquela época. Na sequência cronológica da leitura, número após número, a certa altura deparei com um exemplar diferente dos demais: em primeira página, com tarja preta, vinha estampado o retrato do cronista, com a manchete: "Morreu Levy de Almeida". Levei um susto. Mas, como? Morreu Levy de Almeida? Foi então que percebi o anacrônico sentimento, com mais de 80 anos de atraso. Aquela morte foi muito sentida na época, por ter sido repentina, inesperada (a causa foi a gripe espanhola de 1918). E me alcançaram o inesperado e o repente, tanto tempo depois. Pensei então que a História também possui o seu conteúdo emocional. Talvez ela dê ao homem um significado diferente da vida: o sentido do tempo uno, sem grandes divisões. Talvez ela seja a fonte de uma unidade que ainda não percebermos com clareza.

Às vezes penso em minhas semelhanças genéticas com meu bisavô, ou nas semelhanças deste com ancestrais mais longínquos. Talvez o mesmo rosto, parecido, tenha ficado espiando o tempo, contemplando

fatos que também são muito semelhantes. Creio que a História, como a Genética, seja depositária de muitas semelhanças. Semelhanças que espíritos privilegiados, como Jesus de Nazaré, conseguiram clarear com o mandamento, "amai-vos uns aos outros". Semelhanças que consegui perceber, ainda que timidamente, na montagem deste trabalho. Espero que ele permita um passeio agradável pelos antigos recantos desta cidade, com suas praças, com suas ruas, com seu conteúdo humano. Algumas das velhas casas da rua do Comercio ainda lá estão. E quem sabe quantos velhos rostos ainda se atrevem a passear por ela, à procura talvez de um encontro histórico com rostos parecidos?...

Botucatu, Junho de 2001

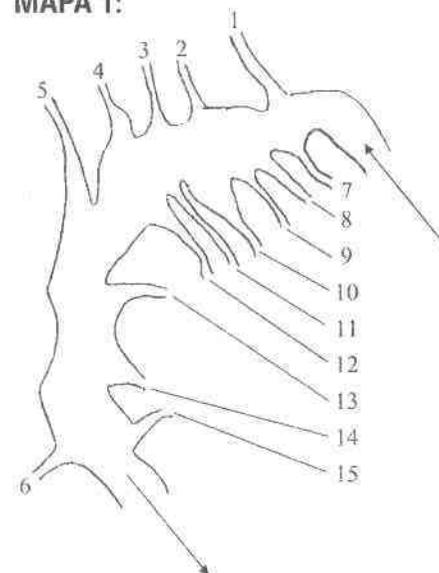


CAPÍTULO I

DOM LUIZ DE CÉSPEDES DESCE O ANHEMBI - 1628 -

Alguns anos depois da entrada de Antonio Bicudo até as cabeceiras do rio Pardo, em 1620 (1,32), Dom Luiz de Céspedes Xeria, em 1628, desceu o rio Anhembi, atual Tietê, na sua viagem de São Paulo ao Guaíra (2,93). Apresenta então um desenho esquemático do trecho percorrido, com os nomes de alguns afluentes do Anhembi, aqui apresentado apenas parcialmente, no que interessa para o nosso estudo.

MAPA 1:



Nome da época	Possível nome atual
1- Mboyrij	
2- Capibary	rio do Buru
3- Yroy	rio Capivari
4- Mbaeyry	rio Pederneiras
5- Yacarey	rio Moquém
6- Yacarey	rio Piracicaba
7- Ytamiriguaçu	rio Jacaré-pepira
8- Rivera	rio Itaim-guaçu
9- Riveron	ribeirão Avecuia
10- Sarapoy	ribeirão dos Pilões
11- Equacatu	rio Sorocaba
12- Mbaguariguien	rio do Peixe
13- Piray	rio Capivara
14- Mbariru	rio Lençóis
15- Camasiboca	rio Bariri rio Cambajiboca

Interessam-nos, pois, os nomes Equacatu e Mbaguariguien, possivelmente correspondentes aos atuais rios do Peixe e Capivara. O primeiro nome aparece em vários relatos monçoeiros do século 18, sempre com a grafia Ecoacatu, significando, em tupi-guarani, "viver bem", mas que podemos traduzir como "boa vida", indicando lugar aprazível, de boa caça e pesca. Tal nome é corroborado por uma passagem constante da

monção de Jusarte, de 1769: Francisco Paes matou, de um batelão (portanto, com pouco equilíbrio), na barra do Equacatu, dois veados pardos e três dourados (possivelmente dois campeiros e três mateiros) (2,227).

Mbaguariguien não aparece nos registros monçoeiros consultados. Significa "onde regurgita o maguari". Essa ave tem o nome mais corrente de socó, ainda comum em nossa região, nas áreas ribeirinhas. É hábito dessa ave pescadora guardar o peixe num amplo papo, sem iniciar sua digestão, para depois alimentar seus filhotes. Daí, pois, o nome Mbaguariguien, possivelmente o Capivara atual.



CAPÍTULO II

RELATOS MONÇOEIROS - DE 1727 A 1827

Por volta de 1680 Jorge Correa expulsa índios dos campos do rio Pardo e de Avaré e, em 1706, João Pereira de Souza faz retrainem os indígenas dos campos de Botucatu para além do Paranapanema (1,33).

Quase um século depois de Xeria, João Antonio Cabral Camelo, em 1727, desce também o rio Tietê, gastando dois dias da barra do Sorocaba até o Piracicaba, dizendo deste último: "Tem o seu porto acima. Abaixo da barra... estão dois moradores que colhem milho e feijão, criam porcos e galinhas que vendem aos Cuiabanos. Destas roças ao Rio Grande serão 13 dias de viagem" (2,115). Cuiabanos são os monçoeiros; Rio Grande é o rio Paraná. Afirma ainda o relator dessa monção que o pouso da barra do Piracicaba era dos mais importantes em toda a descida do Tietê. Manuel de Barros, em 1735, a ele também se refere: "Faz-se pouso abaixo da barra do Piracicaba (lugar onde chegam os peixes). Muitos costumam gastar aqui os 3 dias de remanso, outros preferem o pouso antecedente" (2,143). O antecedente era o da barra do Sorocaba.

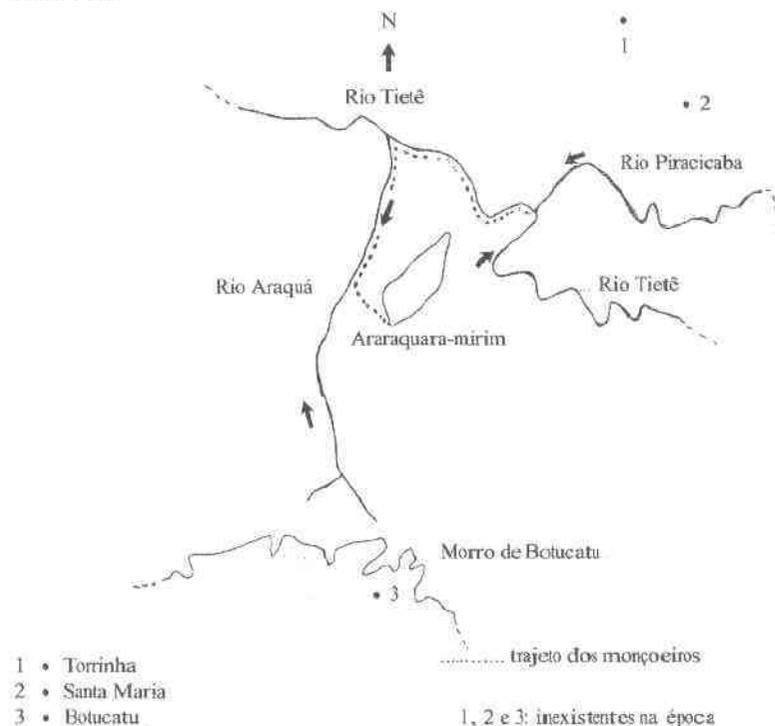
Em 1740, nova referência monçoeira: "... vereis um ribeirão que vai pela parte esquerda e passado ele chegareis à barra do Piracicava... desemboca um ribeirão do lado esquerdo e se despenha por pedras tão brancas que parecem roupas. É a Pirauna" (2,164). Entendemos que este ribeirão pode corresponder ao Araquazinho atual.

Em 1750 Manuel Lopes, bandeirante, tenta abrir lavoura para sustento das monções, na região de Bauru, mas é impedido pelos silvícolas (3,7). Por essa época alguns monçoeiros já atravessavam os campos de Botucatu, vindos de Cuiabá pelo Paranapanema, evitando as correntezas do Paraná e os saltos e corredeiras do Tietê (1,37).

Em 1751 o conde Azambuja, viajando de São Paulo para Cuiabá, afirma que na descida do Tietê não havia perigo nenhum de assaltos, sendo quase ermas suas margens. O último lugar habitado era Potunduva, onde viviam dois brancos com dois carijós (2,69). Em meados dos setecentos já havia várias fazendas apossadas nos campos de Botucatu, inclusive junto ao rio Tietê (1,44).

Em 1769, na monção chefiada por Jusarte, houve a passagem já contada do Equacatu. Dessa mesma monção nos vêm mais informações sobre a barra do Piracicaba: "...fui numa canoinha com 7 homens, rio abaixo, e navegando 2 voltas grandes do rio, achei da parte esquerda um ribeirão, e fui por ele acima em bastante distância achamos um grande campo, em o qual fica o morro de Araraquara-Mirim, e subindo por ele acima, o que custou muito por ser escabroso e escalvado, chegamos sobre sua coroa. A distância de 10 léguas a leste ficam os morros de Piracicaba, ou quase tudo Campanha, porém agreste e com pouco préstimo. A leste-nordeste, a 4 léguas, fica o famoso morro do Araraquara-Guaçu, que dizem ter muitos haveres. Do mesmo modo correndo ao sul fica o morro de Botucatu, que corre a meter a ponta ao Norte" (2,228). Tentamos reconstituir num mapa esse trajeto, colocando algumas localidades que na época não existiam, apenas para melhor orientação do leitor (Torrinha, Santa Maria e Botucatu).

MAPA 2:



Os moçoeiros, portanto, saíram da barra do Piracicaba, descendo o Tietê, passando duas grandes voltas e então subindo por um ribeirão, que deve ser o atual Araquá, subindo este até um morro, a que davam o nome de Araraquara-Mirim, que nada mais é que um baixo contraforte da Cuesta de Botucatu, à esquerda de quem sobe.

Nessa mesma monção foi encontrado, na barra do Piracicaba, Antonio Barbosa, "diretor de uma povoação que fica nas cabeceiras deste rio". Referiam-se à nascente Constituição, depois Piracicaba. Esse Barbosa, três anos depois, em 1772, foi nomeado conservador da trilha aberta através dos campos de Botucatu, para o Iguatemi (1,37).

Em 1770 Francisco Manuel Fiuza vem com a missão de escorraçar índios para o oeste. Por essa época, diz Hernani Donato (1,45): "Existiria então, junto da atual Praça Coronel Moura, aldeamento de caiúá, índios mansos". Essa afirmação é corroborada pela tradição dos botucatuenses mais antigos. O "Correio de Botucatu", de 29.08.1914, publica uma nota "de um velho amigo que nesta reside há mais de 30 anos": "*Segundo a tradição, dizem que, no pasto antigo do Vicentinho, atrás da igreja de São Benedito, junto a um pinheiro e à beira do ribeirão que ali corre, existe uma pedra onde os índios botucudos outrora afiavam a ponta de suas flechas*". Botucudos, anedoticamente, referindo-se ao topônimo Botucatu. Eram possivelmente caiúá, de raça guarani. O pasto do Vicentinho se localizava na descida da atual Amando de Barros para a Petrarca Bacchi.

Em 1778 Lacerda de Almeida, em sua monção, diz que uns escravos tentaram por fogo a uma sucuriju, às margens de um afluente do Tietê, pensando ser ela um tronco. Eram comuns essas cobras nas margens desse rio. Era tradição corrente que no poço do Banharão (de "mbaé arô", coisa bravia), abaixo do Araquá, vivia um monstro que fazia espadanar a água a grande distância (2,87). Lacerda afirma, quanto aos campos de Araraquara, vistos pela direita de quem desce o Tietê, logo abaixo da barra do Piracicaba: "Nesses campos que já se vão povoando com fazendas de gado, há negros fugidos que extraem ouro, porque se tem achado sinais disso" (4,80). Acrescenta que abaixo da barra do Piracicaba há vários sítios, nas duas margens do Tietê, com várias pessoas nas varandas das casas, vendo passar a monção (11,89). Nas duas margens, isto é, também no lado esquerdo, correspondente ao atual município de Botucatu.

Da iconografia moçoeira fazem parte alguns desenhos e pinturas de Hércules Florence, que participou da expedição Langsdorff (1820 a 1827). Dentre as pinturas há o "Pouso da Represa Grande, confluência do Piracicaba

e Tietê" (2,41). Não conseguimos encontrar tal obra, que deve ser um bom retrato da barra do Piracicaba, nessa época. É sugestivo o nome Represa Grande, talvez pelas inundações constantes que havia nas várzeas ribeirinhas. Esse quadro foi pintado em 1826.

Eis aí, pois, em largos traços, um complemento ao que foram as incursões nos rios e campos do Ibiticatu.

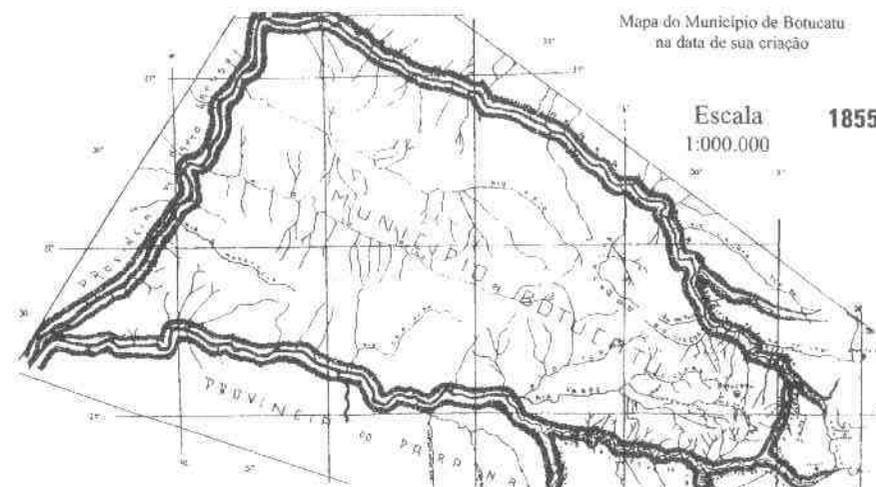


CAPÍTULO III

UM CHOQUE DE CULTURAS SÉCULOS 18 E 19

Quando foi criado em 1855, o município de Botucatu se estendia desde os rios Jacu e Santo Inácio, acompanhando a margem esquerda do rio Tietê e a direita do Paranapanema, até as barrancas do rio Paraná, abrangendo cerca de um quarto do território paulista.

MAPA 3:



Os grupos indígenas que habitaram essa vasta região podem ser divididos em três troncos linguístico-culturais, com características culturais bem distintas: o tupi-guarani, o aruaque e o macro-jê.

Do tronco tupi-guarani devemos considerar as línguas básicas, tupi e guarani, pertencendo à primeira os tupiniquim, que ocuparam boa parte do vale do Tietê, até o século 18, quando então voltaram para terras mais litorâneas. De língua guarani ficaram, a oeste da Serra do Mar, os

índigenas de dialeto caiová (caiuá) e nhandeva, sendo os únicos representantes dos tupi-guarani no grande território botucatuense, durante o século 19.

Os caiuá, hoje restritos ao Mato Grosso do Sul, habitaram a região central de São Paulo, durante boa parte do século 19, depois passando para o noroeste, aí permanecendo até a segunda década do século 20. Sua aldeia se restringia a uma grande casa coletiva, ao invés de ocas separadas, próprias de muitas outras tribos (14, 75). Acreditavam numa alma boa e celestial, bem mais duradoura que a alma ruim, terrestre, que cada pessoa carrega enquanto vive (14, 144). Como já lembramos anteriormente, a tradição botucatuense fala na existência, antes da formação da vila, de uma aldeia caiuá onde é hoje a praça Coronel Moura. Hernani Donato, Francisco Tidei Lima e outros historiadores de várias cidades paulistas nos dão conta de alguns choques havidos entre os colonizadores e esses índios. Restringir-nos-emos a Botucatu e Bauru, acompanhando alguns fatos:

1. Pouco depois de 1850, José Theodoro de Souza escorraça os caiuá da região de Avaré, promovendo grande carnificina, e se apossando dessas terra (1, 108).

2. Em 1861 o juiz municipal de Botucatu diz que José Theodoro fora responsável pela destruição do índio "que em direito é melhor possuidor dos terrenos" (17,1).

3. Em 1862 o diretor geral dos índios, referindo-se a José Theodoro, fala das "barbaridades por ele praticadas nos encontros que com índios tem tido" (17,1).

4. Em 1911 os caiuá matam Monsenhor Claro do Amaral, missionário na região de Bauru (1,106).

5. Frei Bernardino de Lavallo, superior dos capuchinhos, diz que "não é temerário atribuir a morte trágica de Monsenhor Claro a um injustificável morticínio de índios perpetrado no rio Feio, pouco tempo antes que nele entrara aquele grande amigo dos pobres selvagens..." (17,1).

Nesta seqüência de acontecimentos e depoimentos podemos notar que as barbaridades atribuídas aos caiuá advinham de atrocidades anteriores praticadas pelos colonizadores. E isto já vinha de muito longe no tempo, desde o bandeirismo.

Os nhandeva (de "nhandé avá", os que somos nós) ocupavam a região central e o oeste paulista. No mapeamento dos índios do Brasil, correspondente à primeira metade do século 20, aparecem ainda, em

pequenos grupos, no centro-oeste paulista. Os nhandeva constituíam um grupo grande, que incluía os apapocuva. Estes acreditavam no Ivimaranhém, lugar distante, ultramarino, onde não existiria o mal e onde reinaria Nhandevuruçu. Segundo eles uma pessoa possui três almas: a primeira vai para o céu; a segunda, neutra, fica vagando nos lugares onde a pessoa viveu, sem fazer mal a ninguém; a terceira vai morar onde foi enterrado o morto, e é assombração ruim. Os nomes nhandeva e apapocuva não são referidos nos entrechoques entre índios e colonizadores no grande município de Botucatu.

Os caiuá e os nhandeva cultivavam milho, feijão, mandioca, algodão, amendoim, fumo, batata-doce, sendo considerados bons agricultores, com cultura superior à dos macro-jê, geralmente entregues ao nomadismo da caça, pesca e coleta. Cultuavam os espíritos Iviradjá (das árvores), Idjá (das águas) e Itadjá (das pedras).

Do tronco aruaque, de língua guaná, tivemos no grande território botucatuense os terena, hoje dispersos em certas regiões do vale do Miranda, no sul do Mato Grosso. Na primeira metade do século 20 aparecem ainda mapeados, em grupos reduzidos, no planalto central paulista. Apresentam sociedade estratificada, sendo o nível mais baixo constituído de escravos, guerreiros inimigos apresados nas guerras. Reunidos desde tempos pré-cabralinos em aldeias agrícolas. Não são referidos como agressores dos colonizadores.

O tronco macro-jê foi o mais numeroso e o mais importante no oeste paulista durante o século 19, com várias línguas: caiapó (alguns dialetos), acuên (dialeto xavante), xocling (botocudos) e caingang (coroados).

Os caiapó são referidos no sudoeste paulista, nos séculos 17 e 18, mas foram pressionados pelos bandeirantes, bandeando para o baixo Tietê no início do século 19 e para a região a oeste da Vila Franca, até Goiás, nos meados desse século. Por ocasião da formação da vila de Botucatu, portanto, esses índios já andavam mais para o noroeste paulista, mas deixaram marcas bem detectáveis nos costumes cablocos, como o de criar abelhas jataí em cabaças, ou de dançar o caiapó. Paulo Nogueira Neto, estudioso das abelhas melíferas nativas, observou que o próprio buraco deixado pela queda do pedúnculo da cabaça é suficiente para que as abelhas silvestres procurem o recipiente para aí aninhar sua colmeia. Quanto à dança do caiapó, Alceu Maynard de Araújo nos dá informações (19,383): "O caiapó é um bailado ou, como diria o saudoso Mário de

Andrade, uma dança dramática... No passado era dançada em várias cidades paulistas (Itapetininga, Piracicaba, Botucatu, Tatuí etc) por ocasião do Natal". Nessa dança, o Curumim (menino) é assediado por um branco, que acaba por matá-lo. O pajé, lançando baforadas de fumo em seu rosto, consegue ressuscitá-lo, e então todos se põem a dançar, alegremente. Isto mostra como o assédio do branco ao caiapó deve ter deixado marcas profundas nesse povo. Luiz Amaral nos informa que sua estrutura social é bem diferente daquela dos tupi-guarani. A mulher caiapó pode conceber de quem quiser. O pai da criança sustenta a mãe nos últimos meses da gestação, até a gravidez seguinte, se esta for de outra responsabilidade. O homem pode ligar-se a outras mulheres: o limite é a sua capacidade econômica (20,457).

Os xavante, de língua acueñ, hoje quase isolados entre os rios Culuene e das Mortes, ocuparam no século 18 e na primeira metade do 19 terras do alto Tietê, sendo aos poucos empurrados para oeste. Formavam grupos numerosos, de sedentarismo instável, pois praticavam uma agricultura de pequeno vulto, logo demandando novas terras, completando sua economia simples com a caça, a pesca e a coleta de vegetais. Notórios criadores de animais selvagens, como xerimbabos (animais de estimação) ou mesmo como alimento, como acontece com pacas, cutias e catetos (14,54). A coleta, segundo uma tradição antiga e universal, cabe às mulheres. Constroem as casas em forma de colmeia e a aldeia em forma de ferradura. Sociedade complexa, com a tribo dividida em clãs e estes em linhagens, grupos seletos de famílias (14,86). Importam-nos neste grupo apenas os oti-xavante, menos belicosos que os ofaié-xavante, que não devem ter habitado a região do grande município de Botucatu. Os oti-xavante eram então chamados pelos brancos de oiti.

Os xocling usam botoques (tembetás) enfiados no beijo inferior, daí serem também chamados de botocudos, mas não devem ser confundidos com os outros botocudos de Minas Gerais e Espírito Santo. Habitantes tradicionais de Santa Catarina, muitas vezes subiam para o norte, mas nunca habitaram nossa região, sendo aqui lembrados por serem os maiores causadores de estragos nas tropas que traziam bestas brabas do Viamão (RS) para Sorocaba. Por analogia o nome botocudo é associado ao topônimo Botucatu, mas isto tem apenas um sentido anedótico.

Chegamos agora aos bugres, ou caingang, ou coroados, que constituem o grupo indígena mais importante do sul do Brasil. São referidos em Itapetininga, nos fins do século 18, e no centro e oeste paulista durante

todo o século 19. No mapeamento feito para a primeira metade do século 20, são relatados, em grupos bem menores, no oeste paulista. É notória sua acuidade sensorial, afirmando-se que são capazes de perceber, pelo olfato, a aproximação de uma cobra (10,20). São os que apresentam estrutura social mais avançada, dentro do grupo macro-jê. São monógamos, cultuam os mortos e respeitam as mulheres e crianças dos vencidos nas guerras. Possuem rico lendário, com religião evoluída. Sua noção de perenidade da vida pode ser assim explicada (21): quando um velho morre, renasce como criança; quando esta morre, cresce no túmulo, renascendo depois como formiga; esta nunca morre, pois está sempre nos cemitérios e em qualquer parte. Na morte de qualquer pessoa alguém deve recitar uma fórmula tradicional, ao som do maracá. O grito característico dos coroados, nas situações emocionalmente mais carregadas, é pucii-iii..., que alguns entendem ser a origem do étimo "bugre". Tinham ódio mortal aos seus parentes xocling (botocudos), considerados selvagens, inferiores (21). A moderna etologia tem demonstrado que é comum entre culturas primitivas considerar grupos inimigos como seres pertencentes a outra espécie animal, dando-se a esta o nome de pseudo-espécie. Os bugres vivem sempre ao pé do fogo, no inverno, principalmente em latitudes e altitudes maiores.

Quanto à tecnologia, os caingang usam alpargatas de caraguatá, ou cobrem as plantas dos pés com uma atadura de folhas, de tal modo que os ligamentos se mantenham sempre para cima, impedindo que se perceba a direção tomada pelo índio (10,29). Aprenderam o cultivo do amendoim e da mandioca com os tupi-guarani, tornando-se os melhores agricultores entre os macro-jê, caracteristicamente nômades, dedicados à caça e coleta. Suas choças são muito bem feitas, de cobertura oval (20,350), com utensílios de pedra e barro. Fabricam o goifá, com água e amendoim torrado e fermentado. O aqui é o goifá com mel. São hábeis oleiros e manufaturam a fibra da guanxuma com mestria (21).

Passemos aos conflitos entre eles e os colonizadores, numa seqüência de fatos e depoimentos:

1. Ataque dos bugres nas imediações de Itapetininga, nos fins do século 18.
2. Em 1838, ataques dos bugres na região de Botucatu, com muitas mortes, algumas com requintes de perversidade (1,107).
3. Em 1861, conflito entre Felicíssimo Pereira e os bugres de Bauru.

4. Em 1862 o diretor geral dos índios afirma que “a primeira agressão partiu dos moradores do município de Araraquara que estão mais próximos da margem direita do Tietê”, com referência ao conflito anterior, de 1861 (17,1).

5. Frei Bernardino de Lavallo, superior dos capuchinhos, em 1902 diz que “vive ainda quem, em 1886, não teve escrúpulo de ministrar 1 kg de strychnina (veneno para extinguir com um intervalo de 5 a 6 meses a população de duas aldeias)... vive ainda quem se vangloria de ter ele só assassinado mais de 1.000 índios” (17,1).

6. O mesmo frei relata o que acontece nesse ano de 1902: “... nos sertões de Bauru, nas cabeceiras do rio do Peixe, Feio, Dourado e Batalha, há horríveis carnificinas, extermínio e destruição de aldeias...” (17,1).

7. Massacres de Água Branca, Birigui e Baguaçu (1910), na construção da estrada-de-ferro Noroeste. Diz Fernando de Azevedo, sobre os caingang (15,73): “Rebelaram-se contra os novos invasores, atacando-os, na calada da noite ou em pleno dia, e, obrigando-os a tomar posição belicosa de defesa e de ataque contra as agressões, rondavam-lhes as roças, as estações e os barracões de madeira à espreita do momento em que pudessem colhê-los de surpresa, como nos massacres de Água Branca, Birigui e Baguaçu, onde foram trucidados engenheiros, empreiteiros e trabalhadores da estrada em construção”.

8. E novos atritos poucos anos depois: “Ainda, depois de apaziguados os selvagens, em 1914, a imprudência de um engenheiro que, em Araçatuba, na Fazenda dos Patos, abriu picada pela roça do cacique Rerig, provocou nova reação dos caingangues e constituiu um novo sopro no fogo que dormia sob as cinzas” (15,73).

Podemos, pois, perceber que ocorreu com os caingang o mesmo que já ocorrera com os caiuíá: quase sempre, ao agredirem, estavam dando resposta a agressões anteriores dos colonizadores. As provocações dos brancos já vinham do tempo do bandeirismo, nos séculos 17 e 18, com morte ou apresamento dos índios, estupro de mulheres, destruição de aldeias, com esfacelamento implacável de culturas muito antigas. Some-se a isso a disseminação entre os índios de muitas doenças transmissíveis, como as gripes, a catapora, o sarampo, a pneumonia, a tuberculose e a varíola, e podemos ter um quadro aproximado dos desastres provocados pelos colonizadores entre os autóctones. Não se poderia esperar destes uma resposta pacífica à penetração colonizadora dos séculos 19 e 20.

As leis iníquas, que permitiam ainda a guerra aos índios e a sua escravização, só foram totalmente revogadas em 1831. E um serviço de proteção a eles só foi esboçado em 1835, quando coube à Assembléia Provincial paulista, recém-criada, a sua aculturação e catequese (14,187). Todos sabemos do importante papel desempenhado pelos jesuítas nesse difícil encargo, nos séculos precedentes. Com sua expulsão do país, em 1760, a catequese dos silvícolas foi abandonada. Essa lacuna só começou a ser preenchida quando, em 1843, foi autorizada a vinda dos capuchinhos ao Brasil. Em 1845 os índios ficaram sujeitos ao serviço público, nas aldeias, mediante salário (14,188). O resultado desastroso foi o abandono dessas aldeias, passando as terras ao domínio público, sendo logo locadas a particulares.

A Lei 601, de 1850, dividia as terras do Brasil em públicas e privadas, sendo deste último tipo as propriedades indígenas, mas estes obviamente não estavam em condições de definir legalmente seus justos títulos. Perderam suas terras para os colonizadores, mais avisados e mais espertos.

Na verdade, todos os povos colonizadores entraram em atrito com os autóctones. O que houve, antes de tudo, foi um choque de culturas, quase sempre ocorrendo de modo violento. Se os missionários religiosos tentaram amenizar esse choque através da ministração paciente da cultura invasora, em doses pequenas e crescentes, assim não entenderam os representantes oficiais dessa cultura nova, tentando impô-la rapidamente, a ferro e fogo. Esqueceram-se de que uma cultura nova, colonizadora, para ser assimilada, deve aos poucos substituir a cultura tradicional dos povos conquistados, oferecendo vantagens, regalias, melhoria de condições de vida.

LEITURAS

“Entre os índios, o que um homem sabe fazer, todos os outros sabem; o que uma mulher faz, todas as outras fazem. Entre os civilizados, entretanto, as atividades estão divididas pelas diversas profissões. Os índios se sentem surpreendidos diante desse fato, como atestam as perguntas que os Bakairi faziam ao etnólogo Karl von den Steinen:

Foste tu mesmo que fizeste a camisa e a calça? Sempre repetiam essa pergunta maçante. Tu mesmo fizeste a rede, o mosquiteiro? Ficaram muito admirados por não existir entre todos os meus haveres coisa alguma cuja resposta fosse afirmativa.

Procuram saber também quais são os motivos que trazem os civilizados até suas terras e se dão conta de que eles são movidos ao trabalho por outro motivo que não os dos indígenas. Sobre isso é ilustrativa a interessante conversa que Jean de Léry, no século XVI, manteve com um velho tupinambá, que desejava saber por que os franceses vinham de tão longe em busca do pau-brasil.

Os nossos tupinambás muito se admiram dos franceses e outros estrangeiros se darem ao trabalho de ir buscar o seu arbutan (pau-brasil). Uma vez um velho perguntou-me: Por que vindes vós outros, mairs e perôs (franceses e portugueses), buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra? Respondi que tínhamos muita, mas não daquela qualidade, e que não a queimávamos, como ele supunha, mas dela extraíamos tinta para tingir, tal qual o faziam eles com os seus cordões de algodão e plumas.

Retrucou o velho imediatamente: e porventura precisais de muito? Sim, respondi-lhe, pois no nosso país existem negociantes que possuem mais panos, facas, tesouras, espelhos e outras mercadorias do que podeis imaginar e um só deles compra todo o pau-brasil com que muitos navios voltam carregados. Ah! retrucou o selvagem, tu me contas maravilhas, acrescentando depois de bem compreender o que eu lhe dissera: Mas esse homem tão rico de que falas não morre? Sim, disse eu, morre como os outros.

Mas os selvagens são grandes discursadores e costumam ir em qualquer assunto até o fim, por isso perguntou-me de novo: e quando morrem para quem fica o que deixam? Para os filhos, se os têm, respondi. Na verdade, continuou o velho, que, como vereis, não era nenhum tolo,

agora vejo que vós outros mairs sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos, como dizeis quando aqui chegais, e trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos e para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que depois de nossa morte a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados.

Aqui se vê que o velho tupinambá não somente se dava conta que a motivação para o trabalho era diferente nos dois povos, mas, de certa maneira, admitia uma certa superioridade na maneira Tupinambá de encarar o trabalho. Na verdade ele julgava a economia de mercado dos europeus sob o ponto de vista da economia de subsistência dos índios” (14,198).



Pantomima indígena do machado de ferro, descrita por Karl von den Steinen:

“Que canseiras não passa o Bakairi, para derrubar uma árvore! De manhã cedo, quando nasce o sol - tschischi - lá no oriente, ele começa a brandir o machado de pedra. E tschischi sobe pelo firmamento e o Bakairi continua a martelar, tsok, tsok, tsok. Os braços se tornam sempre mais cansados - o Baikiri os fricciona deixando-os pender frouxamente; solta pela boca uma baforada de ar que lhe acaricia o rosto. Continua a bater, mas não bate mais tsok; agora o faz com gemidos profundos. O sol chega ao ponto mais elevado da sua órbita, está no zênite; o ventre - a mão o esfrega e funde-se uma dobra - está vazio; como tem fome o Bakairi! e o seu rosto toma uma impressão infeliz; finalmente, quando tschischi já está bem no horizonte, cai uma árvore: tokale = 1, mostra o dedo mindinho. Mas o caraíba (branco) - no ar tudo se transforma subitamente em vida e vigor - o caraíba toma o seu machado de ferro, levanta-o com força, fá-lo cair violentamente, tsok, tsok, pum - ah!... e a árvore - um forte pontapé - já está no chão. E aqui, acolá, e em toda parte a gente vê as árvores caírem. Conclusão para o índio: dá-nos os teus machados de ferro” (14,201).

(Aqui é também mostrada uma característica geral dos índios: quando têm algo importante a fazer, trabalham até que seu corpo não mais

agente e caía exausto. Quem vê um índio preguiçosamente deitado numa rede, durante horas, tende a julgá-lo um indolente, sem levar em consideração essa sua tenacidade, aqui descrita).



Claude Lévi-Strauss, em "Totemismo hoje" (Abril Cultural, 1980), cita um trecho de J.D. Dorsey ("A study of Siouan Cults", 1894, página 435):

"Cada coisa, ao se mover, num ou noutro momento, aqui e lá, marca um tempo de parada. O pássaro que voa pára num lugar para fazer seu ninho e num outro para repousar. O homem em marcha pára quando quer. Assim, o deus parou. O sol, tão brilhante e magnífico, é um lugar onde ele parou. A lua, as estrelas, os ventos é onde ele estava. As árvores, os animais são todos seus pontos de parada, e o índio pensa nesses lugares e para eles dirige suas preces, a fim de atingirem o lugar em que o deus parou, e obterem ajuda e bênção" (18,173).



Terminamos com a opinião de Konrad Lorenz, um dos fundadores da moderna etologia:

"É perfeitamente justo e legítimo considerar "boas" as maneiras que os nossos pais nos ensinaram, e sagradas as normas sociais e os ritos que nos legaram pelas tradições da nossa cultura. Mas o que devemos evitar, com toda a força da nossa responsabilidade racional, é a nossa natural inclinação para julgar inferiores as normas sociais e os ritos das outras culturas. É esse o lado triste da pseudo-especificação: ela nos faz considerar os membros das pseudo-espécies diferentes da nossa como não-humanos; muitas tribus primitivas têm esta tendência. A prova é que, na sua língua, a palavra que designa a sua própria tribo é sinônima da palavra "homem". Sob este aspecto, não é canibalismo, no verdadeiro sentido da palavra, comer os guerreiros mortos de uma tribo inimiga. A moral a tirar da sub-especificação é que devemos aprender a tolerar as

outras culturas, a despojar-nos inteiramente da nossa própria arrogância cultural e nacional e dar-mo-nos conta de que as normas sociais e os ritos dos outros grupos, fielmente observados por eles, têm o mesmo direito a serem considerados sagrados. Sem a tolerância proveniente desta tomada de consciência, é muito fácil para o homem ver a personificação de todo o mal no deus do seu vizinho" (16,95).



No poema "Caramuru", de Santa Rita Durão (1722-1784), no canto XXIII, já aparece o topônimo Ibiticatu, designando uma serra:

"Mil e cinqüenta e seis léguas de Costa,
De vales, e arvoredos revestida,
Tem a terra Brasília composta
De montes de grandeza desmedida:
Os Guararapes, Borborema posta
Sobre as nuvens na cima recrescida,
A serra de Aimorés, que ao pólo é raia,
As de Ibo-ti-catú, e Itatiaia".

Imaginamos, pois, Durão consultando os mapas da época, e escolhendo os topônimos adequados aos seus versos.

Esta descoberta foi feita pelo nosso amigo Ângelo Albertini do Amaral, profundo conhecedor da história botucatuense.



CAPÍTULO IV

SÉCULO 19: OS ANOS 30 E INÍCIO DOS 40

As monções serviram para abrir os primeiros sítios, com incipiente agricultura e pecuária, nas margens do Tietê, já no século 18. Podemos notar nos relatos monçoeiros que eram conhecidos certos acidentes geográficos de nossa região, nessa época. Mesmo o mapa de Xeria, de 1628, nos dá indicações da toponímia regional.

Mas foi apenas no século 19 que São Paulo, abandonando seu espírito aventureiro das bandeiras e monções, começa a instalar-se como província organizada. Passa a cuidar então de seu oeste, ainda bravo, abrindo fazendas e vilas. A partir das cidades de leste, passa a ocupar as regiões ainda ocupadas pelos silvícolas.

De 1830 a 1839 a região de Botucatu vai sendo desbravada mais intensamente, com a abertura de várias fazendas e a intensificação da passagem de colonos rumo oeste (1,52). Essa colonização ocidental de terras paulistas se manifesta na criação das freguesias de Brotas e Descalvado, e da vila da Araraquara. Ao longo da estrada de Goiás formam-se fazendas, mas ainda restritas às proximidades dessa vila (4,81). Sertanistas, como Pedro Nardes Ribeiro, já se introduzem corajosamente na região selvagem de Bauru (3,7).

As regiões já colonizadas, de leste, começam a receber braços estrangeiros, que não os portugueses, mas a população ainda é rarefeita. Predomina o plantio da cana, para o fabrico do açúcar e da aguardente, nas terras melhores, e a criação de gado vacum, nas piores. O distrito de Itu conta com 98 engenhos, em 1839, mas o progresso maior ocorre na vila de Constituição (Piracicaba), bem mais nova, mas já com 78 engenhos. Itapetininga, baseada numa economia mista, de engenho e pastoreio, conta com apenas 10.

Nessa década houve vários acontecimentos de grande repercussão político-administrativa. Em 1835 se instala a primeira Assembléia paulista, com função de compor o orçamento e legislar, eleita pelo povo, com deputados de grande envergadura, como Feijó, Vergueiro, Pires da Motta, Paula Souza, Azevedo Marques, Souza Queirós, Álvares Machado e outros (4,86). Vergueiro e Souza Queirós são os primeiros a

efetivar a imigração de braços estrangeiros em terras paulistas. Nesse mesmo ano é criada a Tesouraria Provincial de São Paulo, órgão central de arrecadação de taxas e impostos, que dá grande incremento à receita paulista (8,447). O Partido Liberal consegue o governo da Província, de 1831 a 1835, com Tobias de Aguiar, e a regência de D. Pedro, em 1836, com o padre Feijó. Mas em 1837 o Partido Conservador reassume sua hegemonia, com Araújo Lima eleito regente. Em 1840 é decretada a maioria de D. Pedro II, que continua a governar com os conservadores, comandados pelo marquês de Paranaguá, mas sob oposição atenta dos liberais, chefiados pelo padre Feijó e por Raphael Tobias de Aguiar.

Em 1842, no dia 1º de maio, é dissolvida a Câmara Legislativa nacional, provocando imediata revolta comandada por chefes liberais paulistas e mineiros. No dia 10, Sorocaba se nega a dar posse às novas autoridades nomeadas. Uma semana depois Tobias de Aguiar, à testa do movimento liberal, é aclamado presidente da província, com apoio, além de Sorocaba, de Itu, Porto Feliz, Pirapora (Tietê), Campinas, Capivari e Itapetininga, mas sem adesão da capital. O golpe liberal durou pouco: no dia 20 de junho Caxias ocupa Sorocaba, baluarte revolucionário (4,77). Veremos mais adiante a importância dessa revolução para a formação da vila de Botucatu.



CAPÍTULO V

OS PRIMÓRDIOS DA POVOAÇÃO

É sabido que os primeiros povoadores não indígenas de nossa região vieram principalmente de Itapetininga e de Franca, juntamente com um apreciável contingente do sul de Minas. Preocupados em definir, pelo menos de modo aproximado, como era essa gente destemida, desbravadora, procuramos analisar as informações que nos dão os viajantes que se internaram no interior paulista na primeira metade do século 19.

Franca foi colonizada por mineiros; em 1824 já era cidade, mas sempre apresentou um comportamento bravio, de banditismo não controlado pelo governo provincial. Sua fama de cidade fora da lei foi sacramentada pela rebelião denominada "Anselmada", em 1838, chefiada pelo caudilho Anselmo Ferreira de Barcelos, que fez debandar seus desafetos e grande parte dos homens de bem (9,276). Uma parte desses egressos da Franca ficou na freguesia de Batatais e outra desceu mais para o sul, incluindo as terras de Botucatu. Na leitura dos processos policiais aqui ocorridos nos inícios dos anos 50, podemos notar uma maioria de mineiros envolvidos como réus ou vítimas, ou arrolados como testemunhas. São eles principalmente da Vila de Caldas (atual Poços de Caldas), de Ouro Fino e de Sant'Anna do Sapucaí de Minas. E vários são da Vila Franca, que possuía uma população quase total de mineiros, ou seus descendentes.

Acreditamos que uma análise da população de Franca e de Itapetininga, na época da colonização inicial de nossa região, resulte em alguma informação sobre o tipo humano que processou esse povoamento. Temos dados de 1838, fornecidos por Saint Hilaire (9;100,257), aqui colocados em quadro, para melhor entendimento.

QUADRO 1:

	Franca		Itapetininga	
Habitantes	10.665		11.510	
Livres	9.149	86%	8.810	77%
Branços			7.422	
Negros			291	
Mulatos			1.097	
Escravos	1.516	14%	2.700	23%
Negros			2.189	
Mulatos			511	

Franca sediava uma região essencialmente pecuária, sendo um dos maiores fornecedores de bovinos de toda a província. Daí o pequeno número de escravos. O contingente, basicamente mineiro, que daí saiu nesse mesmo ano de 1838, devia constituir-se quase totalmente de livres, ficando a minoria escrava presa às plantações de algodão aí existentes. Este raciocínio é corroborado pela atividade inicialmente exercida pelos mineiros em Botucatu, essencialmente pecuária. Essa maioria de livres era composta por uma população de brancos, puros ou amestiçados com indígenas, de alguns poucos mulatos e pouquíssimos negros. Alguns poucos brancos, geralmente não amestiçados, detinham a posse e propriedade dos bens de maior valia. Traziam consigo as levas maiores de brancos, em boa parte amestiçados, que aqui entraram como camaradas assalariados. Mas o próprio Saint-Hilaire percebe, nessa época, diferenças entre os brancos mineiros e os brancos paulistas, notando naqueles certas características da raça negra, em maior parte devidas ao grande afluxo de escravos africanos nas Minas, nos séculos anteriores. O tipo mineiro que povoou os campos de Botucatu, portanto, devia ser basicamente branco, recenseado como tal, mas com sangue indígena e negro, oriundo de cruzamentos mais antigos com essas raças. Os mineiros qualificados nos processos policiais, em Botucatu, invariavelmente aparecem como "brancos" ou "de cores honestas". Seu comportamento belicoso, nos primórdios da povoação, também condiz com o comportamento rebelde e buliçoso dos mineiros da Franca, poucos anos antes.

Itapetininga apresentava um número maior de escravos, isto devido à existência, nessa época, de uma dezena de engenhos que

processavam o fabrico do açúcar e da aguardente, a partir da cana. Mas os primeiros povoadores de Botucatu, em grande parte daí advindos, se dedicaram muito mais à abertura de fazendas de criar, sem grande necessidade de braço escravo. Os que para cá vieram deviam encaixar-se mais ou menos nos moldes da colonização mineira, com alguns poucos brancos detentores da posse e propriedade dos bens de maior valia, e uma maioria de brancos, inclusive os amestiçados, como empregados assalariados. Os tipos observados por Saint-Hilaire, entre Franca e Itapetininga, nos espaços mais vazios, condizem com esta interpretação. É o caboclo. Com características de homem branco, mas com um perfil indígena detectável nos cabelos escorridos, na barba rala e nas maçãs do rosto salientes. A presença de sangue negro, menor que a percebida no mineiro, também devia existir. A população de mulatos, em 1815, em Itapetininga, era de 2.851. Em 1838, apenas 1.658. Os mulatos, à medida que iam clareando, nos cruzamentos com brancos majoritários, passavam a integrar a população destes, nos recenseamentos.

Queremos completar este quadro etnológico, por certo nebuloso, com alguns dados sobre os costumes dessa gente, nessa época. Os brancos de melhores condições econômicas, colonizadores proprietários, vestiam calças e camisas de algodão, chapéu grande, e o indefectível poncho, mesmo no tempo do calor. Os brancos amestiçados andavam com pés e pernas descobertos, trajando ceroulas curtas e camisas de algodão, com as fraldas da camisa normalmente saindo para fora das ceroulas. Rosário no pescoço, com mais balangandãs, como dentes de guará e esporões de anhuma, para afastar o mau-olhado. Faca embainhada em couro, enfiada ao revés na cinta de tela ou couro, por trás, no lado esquerdo ou direito, conforme o caboclo fosse ou não destro. Quando não conseguiam obter o poncho, tentavam ao menos conseguir um colete, quase sempre de pano azul (9,15).

Era corrente na época a expressão "chumbo na cabeça, faca no coração" e os crimes contra a pessoa sobrelevavam de longe os contra a honra ou contra a propriedade. O homicida era visto como homem de coragem, bastando apresentar alguma razão de honra para ser absolvido pelo júri. O ladrão, pelo contrário, era considerado imundo. Vê-se a importância que se dava à propriedade e à honra, às vezes mais que à vida. Os crimes contra a honra, como estupros, eram então imperdoáveis. Dificilmente os autores desses crimes chegavam a ser julgados; eram antes eliminados.

Os mineiros herdaram dos Índios do planalto, uma culinária baseada na mandioca e em suas farinhas, a grossa e o polvilho. Os paulistas, juntamente com essa tradição planaltina, herdaram dos índios do litoral uma culinária centrada principalmente no milho, tendo na canjica grossa, sem condimento, seu prato básico, juntamente com a jacuba, mistura de leite e farinha de milho. A estas tradições mais antigas adicionem-se o arroz com feijão, as hortaliças, a abóbora, o chuchu, o inhame e o cará, e teremos a mesa vegetariana dessa época.

Dentre as primeiras culturas de nossa região, nos anos 40 e 50, encontramos o milho (principal cultivo de São Domingos, nos anos 50), a mandioca (muito cultivada na Capela do Rio do Peixe), hortaliças e feijão. Não se tem notícia do cultivo de café e de cana-de-açúcar, mas sabemos que eram importados de outras regiões, existindo, depois de 1855, os "direitos de cargueiros", imposto incidente sobre o transporte intermunicipal de café e açúcar. Quanto às frutas, temos notícia da banana e da laranja-azedada; e, se esta havia, deveria haver também das doces, mais os limões, ambos bastante cultivados nas vilas e cidades mais próximas, de leste. Acompanhavam a civilização colonizadora outras frutas, como o mamão, a fruta-do-conde, o pêssego (a fruta importada de melhor adaptação ao interior paulista, na época). Juntemos certas frutas nativas, que independiam de cultivo, como o jatobá, o ingá, os coquinhos do jerivá e do indaiá, mais as mirtáceas muito comuns em nossa região, como a jabuticaba, o araçá, a goiaba, a guabiroba, a pitanga e a uvaia. Doces certos seriam a bananada, a laranja, a goiabada e a pessegada, mas certamente consumidos com certa parcimônia, pois o açúcar era caro: 5\$000 a arroba. Mais caro que o toicinho (3\$000) e a carne (2\$000 a bovina, 2\$000 a suína). Quem quisesse pitar deveria desembolsar 4\$000 por arroba de fumo de corda. Quem apreciasse a aguardente pagava \$100 o litro, mas era vendida por celamim (2,27 litros) ou quartilho (0,66 litro, um quarto de canada).

A pecuária foi o forte de nossa região, nesses primórdios. Os campos foram em boa parte ocupados com boiadas. E criava-se bem o porco, a ponto de causarem muitos estragos no arraial nascente. Havia um abate oficial de bovino por semana, dentro do rocio. Talvez muitos mais houvesse "no mato", como é costume corrente ainda hoje. Isto para fugir, já nos anos 50, ao imposto de 1\$600 por cabeça de gado abatido. O toicinho substituíva o azeite, além de servir de conservante à carne sapecada, quando derretido em banha. O sebo era usado no fabrico de velas e sabões,

gêneros de primeira necessidade. Com os chifres faziam as guampas, copos, enfeites, presilhas, botões. Com o couro, cintos, perneiras, rédeas, cangalhas, tapetes, bruacas, malas, e mais grande variedade de utensílios.

Além da pecuária de sobrevivência, os primeiros povoadores desenvolviam suas técnicas de caça e pesca, amestrando cães, fabricando varas de pescar, covos, samburás, construindo Paris nas bocas dos riachos. Temos notícia de que o padre Salvador R. S. Mello era grande apreciador de caçadas e pescarias no rio Tietê (6). Por informações dos viajantes da primeira metade dos oitocentos, sabemos que a linha usada na pesca era tecida com fios de tucum, por herança indígena, e que os anzóis, importados de Portugal, eram de dois tipos - o sargueiro e o pargueiro, conforme fosse menor ou maior o peixe (10); isto quando os próprios caboclos não faziam seus anzóis. Além do Tietê, prestavam-se à pesca o Pardo, o Claro, o Novo, o do Peixe, o Água Fria, o Bonito, o Feio, o Alambari, o Capivara, o Araquá, o Jacu, o Santo Inácio, e mesmo o ribeirão do Patrimônio (Lavapés), pelo menos para mandis e lambaris. A fauna ictiológica era rica: além do lambari, da piava, do ximburé e da traíra, peixes maiores, como a piapara, o dourado, o pacu, o pintado e o jaú. Para a caça sabemos ter sido muito cobijado o fuzil ou carabina de "ferro de Ipanema e coroa de pau-de-óleo", fabricado em São Paulo nos anos 20. A arma comum, entretanto, era a espingarda pica-pau, emergencialmente substituída pela garrucha. Tatus, cutias, capivaras, iraras, quatis, antas, veados, bugios, constituíam a fauna mais comum. O teiú e o jacaré-papo-amarelo também nunca foram desprezados pelo caboclo paulista. Caça de vôle, a codorna, a perdiz, o nhambu, o macuco, o jaó, o mutum, o jacu, a jacutinga, a irerê. Tudo isso vinha melhorar a mesa dos nossos primeiros povoadores, sem perigo de grandes erros.

Um incômodo comuníssimo nessa época era o bicho-do-pé, que infestava as vilas e cidades de Itu, Porto Feliz, Sorocaba, Itapetininga e Itapeva. Dada a existência de chiqueiros, em grande número, na povoação de Botucatu, a presença desses insetos devia ser líquida e certa. Adicionem-se o piolho, a pulga, a sarna, a frieira, muito frequentes no interior paulista, e teremos um quadro aproximado dos males menores nesta região. Quanto aos maiores, a varicela, nessa época confundida com a varíola, com surto mais sério em 1863, o tracoma, com vários surtos intermitentes, a sífilis e a elefantíase, esta trazida de terras mais setentrionais. Quanto à incidência de esquistossomose, mal de Chagas, úlcera de Bauru, de etiologia ainda desconhecidas nessa época, nada podemos arriscar. Temos notícias de

"feridas brabas", e mesmo o padre Salvador as contraiu, em suas andanças pelas margens do Tietê (6), mas não sabemos realmente de que se trata. O "papo" não era incomum no sertão paulista, sendo descrito em Jundiá (daí a expressão "papudos de Jundiá", corrente na época), e na região entre Franca e Itapetininga (9, 138). A morfêia era outro dos males maiores que aqui pode ter ocorrido.

A maioria das casas das vilas e cidades mais antigas, de leste, era de taipa. Faziam exceção Moji-Mirim e Porto Feliz, que alegavam falta de barro apropriado para a taipagem. Esta era uma técnica não muito simples, exigindo profissional especializado para a sua execução. A estrutura da casa de taipa devia ser de boa madeira, as paredes de talos de jerivá, em quadros amarrados com embira-branca, depois cobertos com barro argiloso, piçarrento, de boa liga, muito bem socado. À taipa dava-se também o nome de "terra socada". Nos primórdios, essa técnica não deve ter sido aqui usada. Em 1860 o subdelegado suplente, José Gomes Pinheiro Vellozo, filho do Capitão João Gomes Pinheiro Vellozo, chama a atenção do fiscal da Câmara, Antonio Marianno Pereira, para que interfira no modo de construção dos muros, no sentido de que os proprietários "... não continuem com feixes de madeira, mas sim de taipas". O fiscal, com simplicidade, responde "... que não há ainda na terra taieiro". Nossas casas de taipa, portanto, devem ser posteriores a 1860. As anteriores deviam ser desses mesmos "feixes de madeira", cobertos ou não com barro; casas de barrote ou de pau-a-pique. Certamente não de tábuas, por não haver ainda serrarias. Muitas dessas casas eram cobertas de telhas. Saint-Hilaire diz que em São Paulo, nesse tempo, usavam-se "telhas côncavas", talvez do tipo das nossas "paulistinhas" atuais (9). A caiação era obrigatória. Quanto aos quintais, sempre existiram, e eram muito grandes, verdadeiras chácaras. Creio que aqui não podemos acompanhar a afirmação, quanto às vilas e cidades paulistas mais antigas, de que o quintal era privativo das mulheres, sendo de má educação neles adentrar (9). A povoação que nascia era boca de sertão, e nela não havia lugar para amenidades.



CAPÍTULO VI

JOSÉ GOMES PINHEIRO

O capitão José Gomes Pinheiro Vellozo, considerado com muita justiça, "Fundador de Botucatu", nasceu em 9 de outubro de 1874, na Ilha de Bom Jesus de Paquetá, Rio de Janeiro. Filho de Damiano Cosme de Albarnoz, português, construtor de navios, e de Joaquina Roza Gomes Pinheiro Vellozo. Morou em Santos e Sorocaba, depois fixando-se em Itapetininga, onde foi vereador, por muitos anos, além de coletor de impostos provinciais. Casou-se com Anna Florisbela Machado de Oliveira e Vasconcellos, descendente de Lourenço Castanho Taques, de velho tronco paulista.

Nos anos 30 abre fazendas nos campos de Botucatu. Em 1840 o mineiro Joaquim Costa de Abreu possuía terras de uma dessas fazendas, fazendo doação, ao patrimônio de Nossa Senhora das Dores de Cima da Serra, de um lote correspondente a parte da atual praça Cel. Moura (1,59) (não existe título de doação).

José Gomes, filiado ao Partido Liberal, participa ativamente da Revolução de Sorocaba, de 1842, ao lado de Feijó e Tobias de Aguiar. Com a derrota dos liberais, retira-se para uma das suas fazendas de Botucatu. Em 1843 faz doação de terras para patrimônio da Capela de Santana:

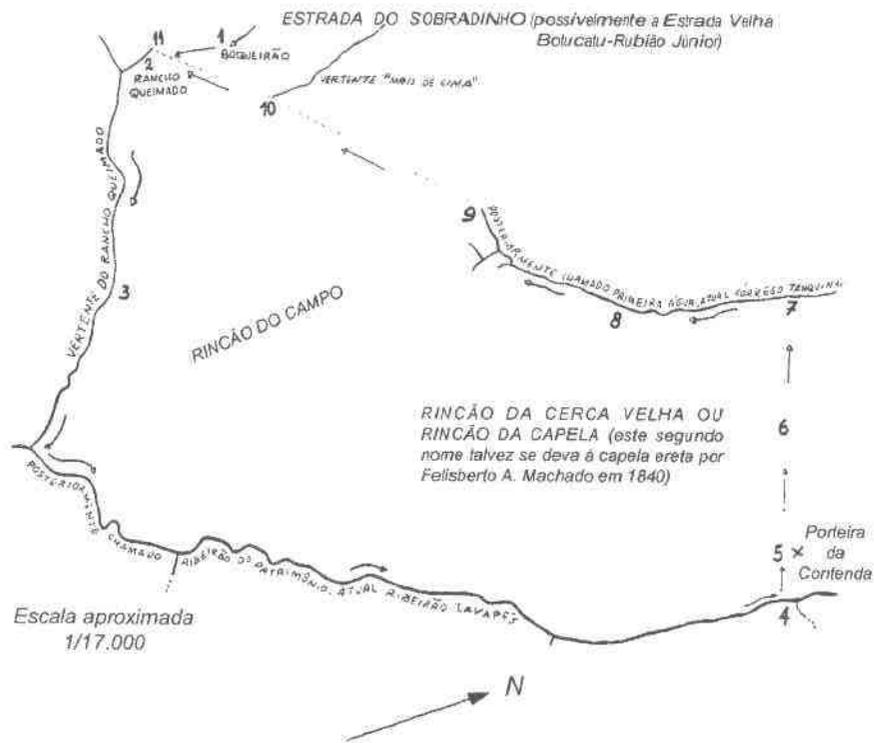
"Digo eu abaixo assignado que entre os bens que possuo sou o senhor e possuidor de uma fazenda de criar que comprei do Sargento-mor João Pires, em cuja compra é inclusive integrante da dita fazenda um pasto ou retiro no lugar Capão Bonito, em cujo campo há um rincão denominado Rincão da cerca velha, hoje conhecido (pelo rincão da Capella) no qual entrando pela estrada do Sobradinho, quasi a entrar do depois de entrar um bom pedaço faz um pequeno boqueirão entre duas vertentes donde houver um rancho queimado no lado direito e descendo-se nesta vertente do rancho queimado abaixo pelo veio d'agua, sempre pela agoa mais acostada do rincão do campo, até altura que faz quadra procurando o rumo da porteira da contenda e por esta adiante te bater na primeira vertente do lado esquerdo e

subindo por esta mesma vertente acima até sua cabesseira, e desta cabesseira tirar-se ha uma linha recta até a cabesseira de outra vertente mais de cima que fica em frente á cabesseira do supradito rancho queimado, de cuja cabesseira ao lado esquerdo, fazer-se ha quadra e tirar-se ha uma linha recta a bater na mesma vertente do rancho queimado; cujo campo e matos assim demarcados, faço fiel doação para patrimonio da Capella de Sant'Anna, seja erecta Freguesia dentro em seis annos a contar desta, e não sendo reverterá a mim ou aos herdeiros de meu casal, por tanto deve-se formar um quadro de duzentas braças para o arruamento e fazer-se bom assim os demais terrenos em roda deste quadro, tambem se deverá aforar tanto um como outro a quinhentos reis os terrenos dentro do quadro do arruamento e os terrenos em roda para chácaras a cem reis por braça".

Tentamos uma interpretação desse texto, com base na geografia local:

1. "... pequeno boqueirão entre duas vertentes..."
2. "... donde houver um Rancho Queimado no lado direito..."
3. "... e descendo-se desta vertente do Rancho Queimado abaixo, pelo veio d'água, sempre pela água mais acostada do Rincão do Campo..."
4. "... até altura que faz quadra procurando o rumo da Porteira da Contenda..."
5. Porteira da Contenda
6. "... e por esta adiante..." (a linha 6 corresponde bem aproximadamente ao traçado da atual rua Velho Cardoso (1,55))
7. "... até bater na primeira vertente ao lado esquerdo..."
8. "... e subindo por esta vertente acima até sua cabeceira..."
9. "... e desta cabeceira tirar-se-á uma linha reta..."
10. "... até a cabeceira de outra vertente mais de cima, que fica em frente à cabeceira do supradito Rancho Queimado, de cuja cabeceira, ao lado esquerdo, far-se-á quadra e tirar-se-á uma linha reta..."
11. "... a bater na mesma vertente do Rancho Queimado..."

MAPA 4



LEITURA

12.06.1840

Senhores da Assembleia Legislat^o Provincial

Diz Felisberto Antonio Machado m^o de cima da serra de Santo Ignacio Districto da Villa de Itapetininga que sendo este lugar bocca de Sertão começando a lavar a cinco annos n'esta... pela fertilidade das terras para ella tem concorrido muitas pessoas e continuarão a concorrer não só d'esta Provincia como da de Minas e ja contem oitenta e tantos fogos com muito mais de trezentas e quarenta e cinco almas e sendo aí povoaçoens que se achão mais proximas as Villas de Itapetininga e Constituição das quaes dista vinte legoas, com differença q. grande parte d'ellas achase... partes dos recursos da Igreja morrendo os fieis sem o Sacramento da Penitencia e da Estrema Unsão e sendo seus corpos enterrados em lugar não sagrado pela impossibilidad^e de Parocho acudir aos moribundos, e de se transportarem os corpos p^o os cemiterios mais favoraveis.

O supp^e vem perante V. Ex.^{as} requer sirvão-se exigir as informaçoens que na sua sabedoria julgarem necessarias acerca da veracidade do allegado e bem assim de huma Capella que o supp^e está edificando com o soccôro d'outros moradores, no Capão Bonito hum quarto de legoa arredado do Campo está collocada no lugar q. mais commodid^e offerece aos moradores, tanto por sua proximid^e como por ser regado pelo Ribeirão denominado Caxoeira que pode ser conduzido ao pateo da Igreja, e ja he o mais abrigado dos Indios a fim de evitar os estragos dos quaes alg. dos moradores tem sido victimas, e demais disto laborar sobre a urgente necessid^e que ha, de alli criar-se u'a Freguezia e por tanto

Pa V.V.EEx.^{as} sejam
de fazer na forma requerida

Felisberto Ant^o Machado

(Documento encontrado por D. Vicente Marchetti Zioni)

Capão Bonito

CAPÍTULO VII

DESCAMINHO DE BESTAS BRABAS DE 1844 A 1856

Em 1844 o arraial da Capela do Capão Bonito, como era ainda popularmente chamado, é ponto de descaminho de bestas brabas que vêm do Viamão, no Rio Grande, para Sorocaba.

A saída de muares do Viamão ocorria quase sempre em setembro ou outubro (9,233), quando os pastos começam a brotar. Eram 300 léguas percorridas até Sorocaba, numa tradição que já vinha dos incios do século 18. As manadas iam aumentando à medida que passavam por Santo Antonio da Patrulha, São Francisco de Paula e os campos da Vacaria. Havia um registro em Santa Vitória, extremo norte do Rio Grande, onde podiam ser pagos os impostos gaúchos (Rs. 1\$000 por muar), mas, para facilidade do comércio, permitia-se que fossem pagos em Sorocaba, juntamente com o imposto paulista (Rs. 2\$500). O tropeiro recebia então em Santa Vitória uma guia (permissão de trânsito), com o número de animais que trazia, assinando a obrigação de pagar. Esse documento era feito em 3 vias: uma para o Rio Grande, outra para o recebedor de Sorocaba, e a terceira para a Junta da Fazenda Real de São Paulo. Esta recebia de Sorocaba o valor das vendas e quitava com o Rio Grande.

De Santa Vitória as manadas iam para Lajes, em Santa Catarina, onde se esperava nova brota dos pastos, se o ano fosse muito seco. Mais 60 léguas e se chegava a Lapa (Vila Nova do Príncipe), limite sul da província de São Paulo, que naquela época abrangia o Paraná. Os muares chegavam chucros, geralmente de janeiro a março. A maior parte era vendida para proprietários mineiros. O desvio por Botucatu, livrando as tropas do pagamento dos impostos, era altamente lucrativo. Daqui se ia às Minas Gerais cortando caminho, e entregando a manada por um preço bem mais barato.

Em 1838 (9,235) chegaram a Sorocaba 29.473 muares, 2.046 cavalos e 4.264 éguas. Cavalos pagavam 2\$000 e éguas \$960, incluindo o imposto gaúcho.

Em 1844 José Gomes Pinheiro aproveita a anistia dada aos liberais e volta para Itapetininga, onde exercera os cargos de vereador e coletor de

impostos provinciais e municipais. Em 1845 vende parte de suas propriedades em Botucatu (6).

Em 1846, pela Lei provincial nº 7, de 19 de fevereiro, é criada a freguesia (distrito) de Botucatu. O descaminho de bestas brabas passa a ter um ferrenho inimigo na subdelegacia de polícia, conseqüentemente instalada (1847).

João Nogueira Jaguaribe (6) diz que o primeiro vigário, Joaquim Gonçalves Pacheco (parente do alféres Joaquim Bernardes Pacheco, então morador em Botucatu), fez o primeiro batizado na igreja nova (na atual praça Cel. Moura), em 28 de junho de 1848. Mas Hernani Donato (1,62) afirma que esse padre só tomou posse em 28 de julho de 1849. Talvez, então, tenha feito batizados aqui antes de assumir oficialmente a paróquia. Quanto à igreja nova, Donato (1,74) diz que "tendo-se tornado insuficiente a primeira igreja, levantou-se outra, em ponto distante da primeira". Isso em 1848. Onde teria sido construída essa primeira igreja? Jaguaribe (6) afirma: "O primeiro núcleo de população da atual cidade de Botucatu começou nas cabeceiras do Lavapés... Foi aí que a piedade dos antigos moradores do sertão de cima da serra do Botucatu edificou a primeira ermida..." E isto afirma talvez baseado numa tradição oral ainda viva nessa época (1918). O documento da página 35 veio confirmar essa tradição.

Em 1850 o padre Pacheco, desgostoso com os desafetos que aqui conseguira em tão pouco tempo, vai para o Paraná, de onde retorna para Sorocaba, sua terra natal, "não paroquiando mais" (6). É substituído pelo padre Jesuíno Ferreira Prestes, que aqui fica até 1854, por sua vez substituído pelo pároco Isidoro Gonçalves de Campos, que não ficou nem um ano.

Segundo declaração de João Morato da Conceição, em 1891, a balsa da Capela da Ponte (Anhembi) já funcionava por volta de 1850: "Indico que se officie ao Dr. Director de Obras Publicas por intermedio do Dr. Governador do Estado para este ordenar a Mel. Correa de Oliveira fazer voltar ao antigo porto que a mais de 40 annos serve para a Estrada que d' esta Cidade segue a Piracicaba a Balsa..."

Em 1851 a freguesia já conta com 495 eleitores. J. Th. A., certamente João Thomaz de Almeida, nos dá em 1935 ("Folha de Botucatu", nº 21, de 29.05.1935) a informação de que havia na lista de eleitores 3 homens com a idade de 22 anos (idade mínima), predominando a idade de 30 anos para mais. Acredita que a população da freguesia era já grande, e que a povoação devia ser bem anterior a 1846. Cumpre notar, porém, que

os eleitores alistados moravam também em sítios e fazendas já existentes em bom número ao redor do núcleo da freguesia. De qualquer modo, já podemos calcular uma população de aproximadamente 1.800 pessoas no povoado e adjacências. Quanto a essa primeira lista de eleitores temos, na tradição botucatuense, o seguinte fato, publicado no "Correio de Botucatu" de 29 de agosto de 1914:

"Na primeira qualificação eleitoral que aqui se effectuou, um Coronel, Chefe político, disse ao Arantes, que era o secretario: - Não se esqueça de qualificar o compadre Bastião. Passados dias, voltando o Coronel à Mesa, correu os nomes dos alistados e viu que já estavam na letra J, faltando o seu compadre. Dirigindo-se ao secretario, disse: - Tanto pedi que qualificassem o compadre Bastião e o sr. esqueceu-se! - Tenha paciência, eu o qualifico, disse-lhe o Arantes. - Mas como, se já passou a letra B? - É fácil. Qualifico-o na letra S e em vez de Bastião elle fica sendo Sebastião e, se quizer, de Mendonça - cara de gato, fucinho de onça. - Sim, senhor: disse o Cel. O sr. é um cuéra!" (em 1866 tivemos um suplente de vereador, Manoel Carlos Arantes. Cuéra: sabido, esperto.

Em 1852 Sorocaba instala a primeira máquina a vapor para tecelagem (10,294). Aos poucos vai desaparecendo a fiação caseira do algodão nas rocas chamadas "indianas", tradicionais no interior paulista daquela época. Em São José dos Pinhais, na qualificação de eleitores, ocorreram 6 mortes, além de vários feridos. Entre os mortos, o juiz de paz e um cadete, renunciando as declarações do presidente da província, feitas em 1857, quanto ao predomínio dos crimes contra a pessoa, com relação àqueles contra a honra e a propriedade.

A freguesia de Botucatu teve suas terras públicas devidamente registradas só em 1854, por exigência do Estatuto da Terra (Lei nº 601, de 18.09.50). Isto foi feito perante o novo pároco, padre Modesto Marques Teixeira (6).

A Lei Provincial nº 17, de 14 de abril de 1855, criou o município de Botucatu, abrangendo aproximadamente um quarto da província de São Paulo, divisando com os municípios de Faxina (Itapeva), Itapetininga, Tatuí, Piracicaba e Araraquara, acompanhando a margem esquerda do rio Tietê e a direita do Paranapanema, até as barrancas do rio Paraná (V. Mapa 3).

Em 1856, no dia 23 de dezembro, toma posse o novo vigário, padre Salvador Ribeiro dos Santos Mello, o único que, nos primórdios, permaneceu por tempo mais longo na paróquia, exercendo notável influência nos destinos da nova vila. Homem de grande atividade e fina inteligência,

gostava de caçar e pescar no vale do rio Tietê, nos sábados e feriados (6). E foi aí que adquiriu "umas feridas brabas, que lhe acarretaram a morte em 1866". Benedicto Pires de Almeida (22,292) diz que esse padre só foi ordenado em 1º de abril de 1857, só assumindo a paróquia, portanto, nesse ano.



CAPÍTULO VIII

UMA VILA INSEGURA - 1857 E 1858

Alguns documentos demonstram que a vila de Botucatu, em 1857, apresentava grande deficiência quanto à segurança pública, o que não pôde ser corrigido pelo governo provincial, mesmo nos anos posteriores, em parte por interferência do Delegado de Polícia de Itapetininga e em parte pela confusão e indecisão desse governo provincial na tomada de providências. Vejamos a sequência de acontecimentos.

No dia 24 de fevereiro desse ano o Subdelegado suplente de Botucatu, Claudino José Pereira, escreve ao Chefe de Polícia interino da Província, pedindo que o destacamento policial da vila seja aumentado para 16 guardas, com vencimentos de Permanentes (isto é, não em caráter precário), pois há aqui "perseguições e falta de segurança individual".

No dia 2 de abril o Palácio do Governo de São Paulo comunica ao Subdelegado de Botucatu que providencie a volta, a Itapetininga, do destacamento policial que dessa cidade fora enviado à vila de Botucatu, concomitantemente destacando 16 praças da própria vila para substituir os dispensados, sempre sob o comando do Capitão João Carlos Nogueira de Baumann. E isto determina em virtude de representação do Delegado de Itapetininga, convencendo-o da impropriedade daquele envio de guardas.

No dia 4 de abril o Chefe de Polícia interino da Província (a quem Claudino enviara o pedido do dia 24 de fevereiro) "recolhendo-se a esta Capital de sua viagem a outros Termos da mesma Província", avisa o Subdelegado de Botucatu que foi atendido seu pedido de fevereiro, autorizando-se o Delegado de Itapetininga a enviar os 16 guardas para a vila de Botucatu, com rendimento de Permanentes, "seguinte logo desta Capital o Capitão João Carlos Nogueira de Baumann". Notamos que o Chefe de Polícia estava por fora das decisões já tomadas 2 dias antes pelo Palácio do Governo de São Paulo.

No dia 12 de junho o governo provincial ordena ao Subdelegado de Botucatu que reduza para 5 o número de guardas, ficando eles sob o comando de um inferior de Permanentes, "dos que existem na Cidade de Itapetininga".

Neste mesmo dia o Tenente Coronel Comandante do Corpo da Guarda da Província avisa o Subdelegado de Botucatu que, por ordem do Vice-Presidente da Província, o Capitão João Carlos seja recolhido ao Corpo, reduzindo-se de 16 para 5 o número de praças, sob o comando de um Permanente nomeado pelo mesmo capitão.

Fica bem claro que o subdelegado de polícia da vila de Botucatu não tinha muitas facilidades para manter a ordem. Sofria pressões internas. E quando procurava socorro externo, este não vinha.

Nesse ano o vigário de Botucatu consulta o presidente da província sobre a necessidade ou não de pedir autorização à Assembléia Provincial para vender um terreno doado à Capela de Santa Cruz. Isto significa que já existia essa capela (na parte mais baixa do Bosque atual), estando já delineado o eixo do Caminho de Cima, entre ela e a Capela de Santana (na atual praça Cel. Moura).

No começo de 1858 o governo provincial pede à Câmara de Botucatu que envie um quadro explicativo das rendas arrecadadas no município, especificando os impostos e as leis que os autorizam. A Câmara responde que não sabia que impostos cobrar, por não possuir uma coleção de leis provinciais. E ela, Câmara, propriamente não estava ainda empossada, não podendo assim fazer as convocações para deliberar sobre os assuntos municipais. Como já vimos, a segurança pública na vila era muito deficiente, inclusive para os corajosos administradores. E, além disso, não estavam empossados... E o município não possuía receita, por não saber quais os impostos a serem cobrados, nem como. Acrescente-se a tudo isso a boa quantidade de bandidos existentes na povoação, além da pressão do governo provincial, no sentido de que as obrigações da Câmara fossem bem cumpridas.

No fim do ano a Câmara, já empossada em setembro, recebe a coleção de leis provinciais, de 1835 a 1854. Então fica sabendo que impostos pode cobrar e como:

1. subsídios literários, sobre a produção municipal de açúcar e café, no valor de \$320 por saca, para o custeio das despesas com a educação, mas Schwege afirma que a essa arrecadação era dado destino bem diverso (9,89);

2. sobre abate de reses, no valor de 1\$600 por cabeça;

3. sobre aguardentes nacionais e estrangeiras, entendendo-se como tal qualquer bebida alcoólica; no valor de 10\$000 por cargueiro, para as nacionais, e então recebia o nome de imposto de estaque; para as estrangeiras não conseguimos determinar o valor;

4. aferições de pesos e medidas, no valor de \$500 para o comércio comum e de 1\$ ou 2\$ para os comerciantes mais fortes; consistia na aferição dos pesos e medidas usados no comércio, utilizando-se padrões pertencentes às Câmaras Municipais; explicações mais detalhadas são dadas nas informações referentes ao ano de 1859.

A vila apresentava vários problemas quanto à definição de suas terras públicas, seu patrimônio, ou o rocio, como antes se dizia. Isto é discutido mais adiante, no ano de 1859.

No fim de 1858 o pároco recebe comunicado do bispo de São Paulo: se houver cônjuges que não possam arcar com as despesas do casamento religioso, deverão enviar pedido para São Paulo, juntamente com atestado de pobreza. A vila era pobre; então, mais um problema sério para o pároco.

A Câmara tem à sua disposição, na tesouraria provincial, a quantia de 1:000\$000 para construir a estrada para Constituição (Piracicaba), na parte pertencente ao município. No mapa adiante ilustrado podemos observar o trajeto dessa estrada.

Outro problema desse fim de década foi a construção da cadeia, obrigatória em todo município então formado. Tal construção foi orçada em 1:060\$000 pela Câmara. O capitão Claudino José Pereira se obriga a construir a cadeia, com exceção "do forro ao teto", por essa quantia. Foram arrecadados por subscrição pública 60\$000, e havia 400\$ à disposição da Câmara, na tesouraria provincial. Faltavam, pois, 600\$, que só poderiam ser aprovados e liberados de julho em diante (1858), quando começava a vigorar o novo orçamento provincial. O pagamento da obra só poderia ser feito em terços: um no início, outro no meio e o terceiro no fim da construção. O diretor das obras era Manoel Theodoro de Aguiar.

Em julho é criada a colônia militar e estabelecimento naval no Salto de Itapura, margens do Tietê, quase na confluência com o rio Paraná, para facilitar a comunicação regular com a ainda selvagem província de Mato Grosso (8, I, 355) (4,88). O oeste paulista exigia maior atenção quanto à segurança. Por isso também foi criada a subdelegacia de polícia de Lençóis, nesse mesmo ano de 1858.



CAPÍTULO IX

UM ANO DECISIVO – 1859

Este foi um ano decisivo para a estruturação do município. Os vereadores foram tomando contato mais íntimo com as vicissitudes das receitas e das despesas. Legalmente empossados, organizaram a arrecadação dos tributos municipais, reassumiram com entusiasmo a construção da matriz e da cadeia, tentaram solucionar os graves problemas de posse e propriedade das terras públicas e da igreja, aceitaram corajosamente o desafio da abertura e conservação das estradas, dividiram as terras do rocio em quarteirões, projetaram a abertura de praças, ruas e becos (travessas).

No dia 28 de fevereiro de 1860 a Câmara comunica ao governo provincial que terras situadas dentro do âmbito da vila (rocio) não estão claramente definidas quanto à sua posse e propriedade, fazendo um histórico dos acontecimentos:

1. a vila está situada em terrenos doados pelos herdeiros de Joaquim Costa de Abreu, de cuja doação particular não existe título em nosso poder (essa doação pode ter ocorrido em 1840; v. Mapa 5);

2. sabe-se que deram para patrimônio de Nossa Senhora de Santa Ana, para nela se arrancharem os que quisessem, ignorando-se em que condição; (na verdade, Nossa Senhora das Dores); *

3. contíguos a esses terrenos estão os doados pelo capitão José Gomes Pinheiro (1843); (este, sim, fez doação dedicada a Nossa Senhora de Santa Ana);

4. por algum tempo permaneceu esta povoação neste estado, sem que tivesse um zelador de seus terrenos, e arranchou-se neles o povo, sujeitando-se ao ônus de direito, fazendo serviços provisórios, como acontece em povoações novas (quando assumiu o primeiro pároco, em 1848, já havia um consenso de que as terras pertenciam à igreja, não se cuidando, no entanto, de legalizá-las);

5. algumas pessoas recorreram à Câmara de Itapetininga (1846), que concedeu algumas datas de dez braças, sem indagar se lhe cabia tal direito (mas era presidente dessa Câmara o próprio doador Gomes Pinheiro e este costume perdurou por alguns anos);

* O texto entre parêntesis... (na verdade, Nossa Senhora das Dores)... deve ser eliminado, pois a doação foi mesmo dedicada a Nossa Senhora de Santana, mas sem título de doação. *Trinidade - O autor*

6. tal prática foi continuada, a partir de 1858, pela Câmara de Botucatu, o que aumenta o número daqueles que impedem as servidões públicas (abertura de praças, ruas e becos), por meio de cercas e pequenos pastos;

7. a Câmara, neste momento, julga tais posses ilegais e por isto consulta V. Exa. no sentido de sanar tais irregularidades;

8. o dinheiro arrecadado pela Câmara na concessão de terrenos tem sido aplicado à construção da matriz (tal documento não se refere aos "autos de posse" vendidos pelo secretário da Câmara, pelo fiscal municipal e pelo arruador, mas essa venda é confirmada por outra declaração da Câmara);

9. os terrenos particulares, unidos ao patrimônio da igreja, são pertencentes ao tenente João Carlos de Souza Cananéa (secretário da Câmara), Claudino Antonio Ferreira (suplente de vereador) e João Pereira da Silva (vereador, coletor de rendas provinciais), e algumas praças ao vigário desta paróquia, Salvador Ribeiro dos Santos Mello;

10. tais terrenos, entre dois ribeirões, atingem de 16 a 18 alqueires.

Claudino Antonio Ferreira, secretário da Câmara e, portanto, um dos fornecedores de "autos de posse", era um dos três maiores proprietários de terrenos da vila. Por tais documentos o posseiro se instalava em terras municipais, pagando à Câmara o valor de \$500 ou 1\$000 por braça quadrada, conforme fosse o terreno mais distante ou mais próximo da matriz. O fornecedor do auto recebia 8 ou 10\$ pela transação. Essa prática logo foi vetada pela própria Câmara.

O fato é que as terras públicas e da igreja foram passando para particulares, por vários títulos: posse direta, sem qualquer documento, principalmente nos tempos iniciais (1840 a 1845); aquisição por compra e venda simples, sendo a igreja a vendedora (1848 em diante); concessão de datas de dez braças, pela Câmara de Itapetininga, a partir de 1846, até 1855; concessão de tais datas, já agora por parte da Câmara de Botucatu, a partir de 1858; concessão de "autos de posse" pelo secretário e pelo fiscal da Câmara, durante o ano de 1859.

Num documento da Câmara, muito danificado, encontramos mais algumas informações sobre o patrimônio da vila: "... o patrimônio desta V^a tem começo rente da Matriz dez braças... principia os terrenos pertencentes a trez particulares, privando por este modo que a povoação tenha... por aquelle lado, cujos terrenos são situados entre dois ribeirões e podem ter mais ou menos terrenos planta de 18 alqueires..."

Um outro documento diz o seguinte: "Para limpa do pateo e rua e passagem do ribeirão contígua ao pasto do Mel. Izidoro. Pagamento feito ao Tenente J. C. S. Cananéa do terreno que vendeo a Camara para rua... 50\$000". Como veremos pouco mais adiante, nesse ano de 1859 foram iniciadas a aberturas de ruas e becos. Cananéa, tendo adquirido anteriormente grande quantidade de terrenos na vila, agora vendia partes de alguns deles para o arruamento.

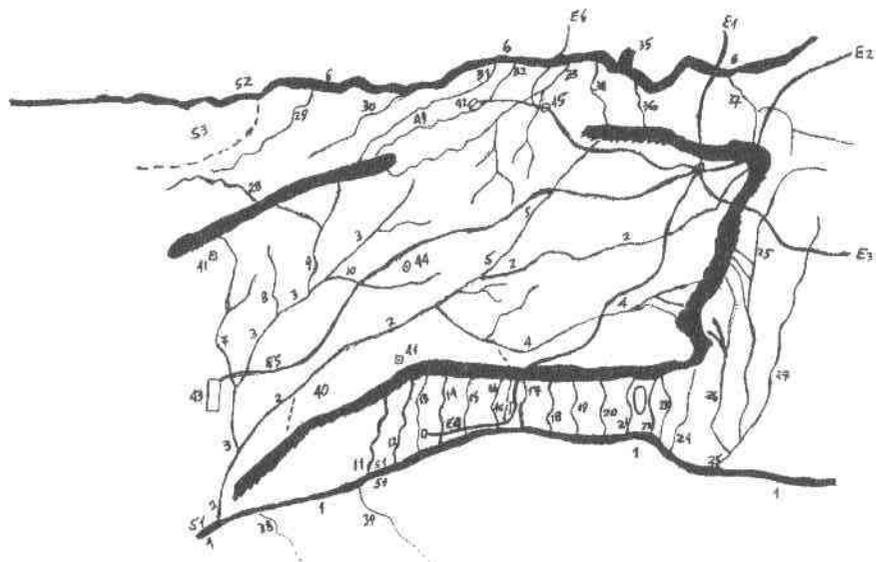
Podemos, com tais elementos, tentar a montagem de um mapa dos terrenos da vila, nesse ano.

MAPA 5



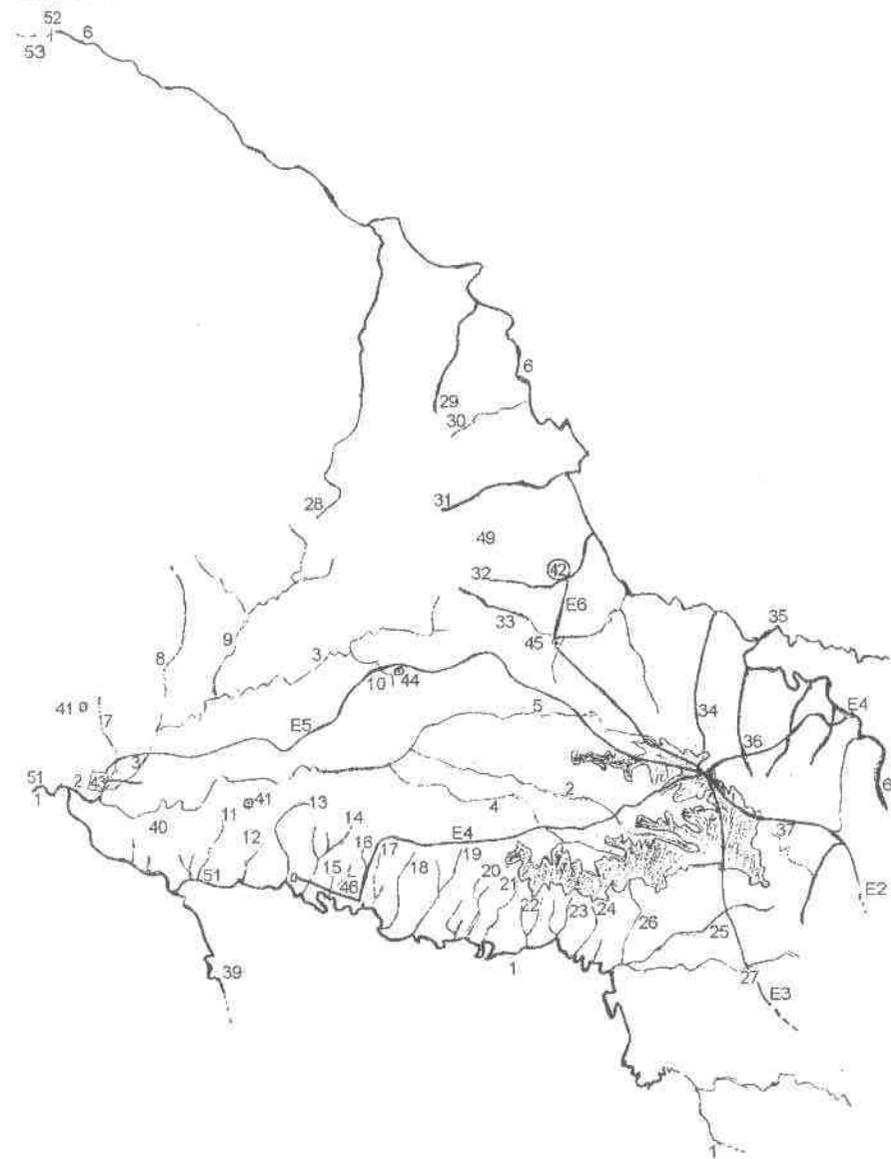
Quanto às estradas, não foi menos intensa a atividade da câmara. Um mapa de 1859 nos mostra seis estradas que servem a vila: para Piracicaba, Tatuí, Itapetininga, Itapeva, São Domingos e Lençóis. Nele aparecem também os rios, matas, serras, freguesias e aldeias do município de Botucatu. Reproduzimo-lo aqui, juntamente com uma sua transposição para uma cartografia moderna.

MAPA 6



E sua transposição para uma cartografia moderna.

MAPA 7



Nome da época:	Possível nome atual:
1. Parapanema	Rio Parapanema
2. R. Pardo	Rio Pardo
3. R. Turvo	Rio Turvo
4. R. Novo	Rio Novo
5. R. Claro	Rio Claro
6. R. Tietê	Rio Tietê
7. R. S. João	Ribeirão Grande
8. R. S. Pedro	Ribeirão São Pedro
9. R. Alambar	Rio Alambar
10. R. S. Domingos	Ribeirão São Domingos
11. R. Cachoeira	Córrego Boa Vista
12. R. Ypava (?)	Ribeirão Dourados
13. R. Piraju
14. R. Cachoeira	Ribeirão das Almas
15. R. Araras	Ribeirão Araras
16. R. S. Bartholomeu	Ribeirão São Bartolomeu
17. R. Cachoeira	Ribeirão do Virado
18. R. S. Pedro
19. R. Bonito	Ribeirão Bonito
20. R. Sta. Barbara	2 ribeirões sem nome
21. R. S. João	Ribeirão São João
22. R. Jacutinga
23. R. Pedra-Preta	Ribeirão Pedra-preta
24. R. Correntes	Ribeirão Correntes
25. R. S. Ignac	
26. R. Veados	
27. R. Jacu	
28. Cabeceira da Batalha	
29. R. Claro	
30. R. Dourado	
31. R. Bauru	
32. R. dos Patos	
33. R. Lençoes	
34. R. Aragua	
35. R. Piracicaba	
36. R. Capivara	
37. R. do Peixe	
38. R. Cinza	
39. R. Itararé	
40. Mata Virgem ocupada por selvagens	
41. Aldeias de selvagens	
42. Igreja da Fortaleza	
43. Cemitério Público	
44. Freguesia de S. Domingos	
45. Freguesia dos Lençoes	
46. Jurumirim	
47. Serras	
48. Estreito do Fuiil	
49. Campos Novos	
50. Morro dos Órgãos	
51. Saltos Grandes	
52. Salto de Guayandaba	
53. Campos de Guayandaba	
E1. Estrada de Piracicaba	
E2. Estrada de Tatuhy	
E3. Estrada de Itapetininga	
E4. Estrada de Itapeva	
E5. Estrada de S. Domingos	
E6. Estrada de Lençoes	

Fazem parte da Comissão de Estradas da Câmara, Raphael da Silva Franco, João Francisco de Freitas e Joaquim Gonçalves da Fonseca (mais tarde Coronel Fonseca), que explicam meticulosamente cada serviço feito: na estrada de Itapetininga precisam fazer 5 esgotos de 15 braças (33 m), sendo 2 de 4 palmos (0,88 m) de largura por 3 de fundo (1 côvado ou 0,66 m), mais 3 outros de 2 palmos de largura (0,44 m), por 1,5 de fundo (meio côvado ou 0,33 m), 2 sapateiros "que precisam madeiras para vedar a escavação", sendo 1 de 3 braças (6,6 m) de largura e outro de 2 (4,4 m); o terreno arruinado tem 50 a 60 braças (110 a 132 m) de canais fundos que precisam ser entupidos, até a fronteira de Luiz Pereira. Essa estrada corresponde, no mapa, à E3, e então podemos ver que desce a cuesta em direção ao rio Santo Inácio.

No dia 21 de janeiro desse atarefado ano de 1859 a Câmara pede ao governo provincial a abertura de uma estrada até o longínquo Salto do Macuco, a aproximadamente 40 léguas (264 km) de Botucatu, sendo que "18 a 20 léguas já estão abertas" (deviam referir-se à estrada de Lençóis, E6 no mapa). A estrada devia passar pelos Campos Novos (nº 49 no mapa, entre os rios Bauru e dos Patos), rumo ao Campo de Avanhandava (Goianá, nº 53), já com 50 ou 60 famílias, aquém do rio Tietê, e sem comunicação nenhuma com as regiões já colonizadas. Desde que já estavam instalados a colônia militar e o estabelecimento naval do Salto do Itapura, tal estrada propiciaria vantajoso acesso por terra, no transporte de "trem bélico". Facilitaria também a catequese dos índios, numerosos nos Campos do Goianá. Para o transporte do gado de Cuiabá atravessar-se-ia apenas o rio Paraná, sendo que no momento atravessavam-se o Parnaíba, o Quebra-Anzol, o das Velhas, o Grande e outros menores. Além disso "o Tietê é navegável depois do Salto do Macuco, e daí ao Paraná vão 20 ou 30 léguas".

Em fevereiro o Palácio do Governo responde: "... tenho a significar-lhes que será dita representação apresentada à referida Assembleia, parecendo-me ella tão digna de attenção, que no meo Relatório trato especialmente d'esse mesmo objecto". Assina o presidente da província, José Joaquim Fernandes Torres. Isto mostra o descortino da gente simples que compunha a primeira Câmara de Botucatu, sempre atenta aos problemas do vasto município. Administrava sem segurança, sem dinheiro, mas com muito bom senso.

Em junho a Câmara pede 900\$000 ao governo provincial, para as obras da estrada da Constituição (Piracicaba). O governo responde que a

quantia de 1:000\$000 já estava à disposição na Coletoria de Itapetininga, que não queria correr o risco de enviá-la a Botucatu. Fosse então a Câmara buscá-la. As dotações de 1:000\$000 e 2:000\$000, respectivamente para as obras das estradas de Itapetininga e Itapeva (E3 e E4 no mapa), ficam por muito tempo só no papel, não sendo liberado o dinheiro, por dificuldades burocráticas.

Em agosto a Câmara mostra ao governo provincial que existe grande necessidade de se construir uma ponte sobre o rio Pardo, na estrada de Itapeva: "... cuja ponte emqtº o rio baixo é facil fazer-se, por facilitar o fincar os tronhões e ser seu leito todo ladriado de pedras cujas lajens não se podem penetrar com o rio cheio e quando enche não permite passagem por maneira alguma..." (No mapa, E4 e nº 2)

No dia 28 de abril é criado o Fôro Civil e Conselho de Jurados da Vila de Botucatu, até então termo unido ao de Itapetininga (7). No dia 18 de dezembro o Juíz de Itapetininga abre o Livro de Atas da Junta Revisora e Sorteio do Júri. Faz-se também o primeiro alistamento de jurados (termo de Botucatu, com distritos de Lençóis e São Domingos, criados em 30 de abril).

Em novembro os vereadores Manoel Theodoro de Aguiar e Claudino José Pereira acusam o presidente da Câmara, Francisco de Paula Vieira, de praticar atos irregulares, mandando officio ao governo provincial. Os dois acusadores não assinam a reunião de 15 de dezembro, levando-nos a pensar num desentendimento sério com o presidente. Mas não conseguimos apurar suas razões.

Organizar as propostas de orçamento foi das tarefas mais difíceis para os vereadores, homens simples, não acostumados a malabarismos financeiros. Empossados em setembro de 1858, logo que puderam, mandaram ao governo provincial uma prestação de contas, felizmente aprovada pela Assembléia Provincial, em 30 de abril de 1859. O primeiro orçamento só foi feito nesse ano:

Receita:

Aferições de pesos e medidas	45\$500	
Rendimentos d'estanque	119\$800	
Multas diversas	110\$400	
Imposto de Carne Verde (Coletoria)	30\$100	305\$800

Despesa

Gratificação do Secretário	87\$169	
Dita do Fiscal	30\$000	
Dita do Porteiro	20\$000	
Com o Expediente da Câmara	10\$000	
Medidas de cobre para Padrões	18\$320	
Aluguel de Casas para Casinhas	17\$500	
Balança e pesos	15\$000	
Conserto de ruas	40\$000	
Despesas com pleitos da Câmara	11\$120	
Cadeiras (seis)	36\$000	
Mais uma de braço	10\$000	
1 Livro para o Júri	3\$000	
1 Urna	7\$631	305\$800

Tais informações nos permitem algumas conclusões aproximadas:

1. Aferições: 45\$500; o fiscal da Câmara trazia consigo os pesos e medidas padrões, aferindo os correspondentes usados no comércio, cobrando \$500 dos comerciantes pequenos e 1\$ ou 2\$ dos maiores; baseando-nos em aferições feitas nos anos posteriores, podemos chegar ao seguinte valor aproximado:

3 estabelecimentos maiores, a 2\$	6\$000
5 estabelecimentos médios, a 1\$	5\$000
49 estabelecimentos pequenos, a \$500	24\$500
57 estabelecimentos	35\$500;

Tais estabelecimentos se distribuíam por todo o município, havendo vários deles nas estradas para Samambaia (Bofete) e para Tietê, além de alguns poucos nas outras estradas;

2. Rendimento de Estanque: 119\$800; o estanque incidia sobre bebidas alcoólicas, pagando cada estabelecimento 10\$ por ano; teríamos, portanto, 12 estabelecimentos nesse comércio, mas não temos conhecimento de produtores dessas bebidas aqui, nessa época;

3. Imposto de Carne Verde: 30\$100; consistia no recolhimento de 1\$600 por abate de boi ou vaca, substituindo o antigo, de 5 réis por libra de peso; houve, portanto, no período, apenas 18 abates, mas sabemos que este orçamento foi entregue no mesmo ano de 1859, fora do prazo,

não retratando a realidade da receita; veremos no orçamento de 1860 que o número de abates era bem maior;

4. As despesas chamadas "gratificações" se referem aos vencimentos dos vários funcionários da Câmara;

5. Medidas de cobre para padrões: 18\$320; balança e pesos: 15\$000; os padrões de madeira foram feitos em janeiro: a Câmara, assim, ficou aparelhada para fazer as aferições no comércio;

6. Aluguel das casinhas: 17\$500; tais casinhas eram pequenos barracos de madeira alugados aos comerciantes; como aparecem nas despesas, neste primeiro orçamento, acreditamos que a Câmara as alugou de particulares para posterior sublocação a comerciantes; nos orçamentos posteriores as casinhas aparecem como receita;

7. Conserto de ruas: 40\$000; os limpadores e consertadores de ruas recebiam \$800 por dia; assim, tivemos um operário em 50 dias, ou 2 em 25 etc.

8. As outras despesas se referem à instalação da Câmara; no dia 20 de janeiro os vereadores tinham apresentado uma relação: mesas, cadeiras, escrivaninhas, campainhas, urinóis, resmas de papel, cunhos etc, no valor de 284\$680; tiveram de contentar-se com bem menos.

Um documento da Câmara, de 21 de janeiro, explica quais eram os pesos e medidas: "A Câmara da Villa de Botucatu ordena a Vm.^{ca} para mandar construir as medidas de Madeira de meio alqueire para baixo the meio Selamim assim mais hum terno de fuzos de hua arroba p^a baixo athe meia quarta de Chumbo hua Balança... Hua vara, e covado hua balança com marco de lbs. de metal..." O fabricante não é nominado. Essas medidas teriam as seguintes equivalências atuais:

1 alqueire	=	36,27 litros
1 quarta	=	9,07 litros
1 celamim	=	2,27 litros
1 arroba	=	14,70 kg
1 vara	=	1,10 m
1 covado	=	0,66 m

A subdelegacia de polícia, no segundo semestre, passaria por momentos tumultuosos. No dia 22 de junho falece o subdelegado, João da Cruz Pereira. Assume Romualdo Augusto de Oliveira, com imediata

reclamação da Câmara ao governador da província, no dia 25: "... visto o abandono em que acha a polícia, tanto que apenas faleceu o Subdelegado Cruz Pereira, assumiu o emprego Romualdo Augusto de Oliveira e este muito de propósito mandou soltar da cadeia a um indivíduo de nome Joaquim Gomes do Prado, que ia ser processado por furto de cavalos... preso em flagrante..." No dia 27 é nomeado José Joaquim Pinto de Mello. Um mês depois é mandado ao presidente da província um abaixo-assinado, pedindo o afastamento do novo subdelegado, por perseguições perpetradas contra Florêncio Dias da Silva, destruindo suas lavouras e suas casas, na freguesia de Lençóis. José Joaquim é destituído nesse mesmo ano. Florêncio é submetido a um tribunal do júri, em 1860, mas não conhecemos o assunto e o resultado.

Quanto à saúde, nesse movimentado ano, só uma notícia de recebimento de algumas lâminas de pus vacínico, para prevenção da varíola, que na verdade era varicela.

Em novembro são postas a concurso as cadeiras de primeiras letras de ambos os sexos, que se achavam vagas ou provisoriamente providas.

Há desentendimentos entre a Câmara e o agente dos Correios, José Américo Bressane, mas parece que o governo provincial estava do lado deste, mantendo-o no cargo.

As obras da cadeia são iniciadas em 9 de abril, conforme comunicação do subdelegado Claudino José Pereira.

E a matriz, como estava? No dia 15 de janeiro a Câmara pede a Raphael da Silva Franco, diretor da obra, informações sobre quanto já havia dispendido nela e quanto julgava necessário para a sua conclusão. No dia 17 vem a resposta: já dispendera 2:826\$320 e para terminá-la seriam necessários mais 4:000\$000. Explica que as obras estão ainda no começo, que a capela-mor é de fraca construção, estando em completa ruína, sendo necessário demoli-la e reconstruí-la. Essa igreja fora construída em 1848 (1,74). Foi pedida ajuda ao governo provincial, mas este alegou que "o estado da Caixa e dos cofres Provinciais não permite", em abril.

O vigário de Botucatu ministra sacramentos também aos habitantes da Capela de Nossa Senhora da Piedade do Bofete, desde que lhe ordenaram seguisse as divisas civis como eclesiásticas. Nesse ano faz-se também uma representação ao Bispo de São Paulo, pedindo-se a criação de uma Comarca Eclesiástica, por estar Itapetininga a 20 léguas de distância. Assinam 54 homens, pois as mulheres praticamente se

restringem às prendas domésticas. O bispo apenas autoriza o vigário a fazer as justificações de casamento, antes feitas em São Paulo, mediante apresentação de atestado de pobreza.

Outro trabalho muito importante desse ano foi a medição e o arruamento do rocio da vila. Em janeiro são nomeados Manoel Theodoro de Aguiar e João Francisco de Freitas para medir e avaliar tais terrenos. Manoel, alegando doença, não aceita. É então nomeado Antonio Bento Alves em seu lugar. No dia 19 já dão os resultados da medição e da avaliação:

"Estando nos abaicho asignados encarregado pella Camara Municipal desta Villa, a cercamos o Terreno ocupado no rocio desta e percorrendo os d^{os}. Terrenos ocupados achamos tres mil trezentos e dizaceis braças ocupados livres de becos concideradas estas braças com os fundos de trinta a quarenta braças q̄. se podem conciderar no preço de seis tostons por braças, assim mais achamos oito mil centos e quarenta e quatro braças considerados pelo m.^{mo} sistema asima declarado incluidas nesce m.^{mo} Terreno alguas chacras como he terreno mas retirado damos-lhe a concideração de preço de quinhento r^o a braça estando ja discontado o terreno preciso p^a os competentes becos por isço q̄. hé de crer q̄. de o rezultado a q.^{ta} de sete conto setezentos e trinta e oito mi r.^o cendo metade cobravez de prontos por se acharem ocupados. He o q̄. me cumpre emformar como encarregados da prezente commição. Butucatu 19 de Janeiro de 1859. João Francisco de Freitas, Antonio Bento Alves".

Uma possível interpretação desse texto poderia ser:

Terrenos mais afastados 8.844 braças quadradas	Terrenos próximos 3.316 braças quadradas	35 braças lineares: 77 m (fundos).
252 braças lineares 556 m	95 braças lineares 209 m	

Utilizando a atual metragem dos quarteirões correspondentes ao antigo rocio, poderíamos ter, aproximadamente:

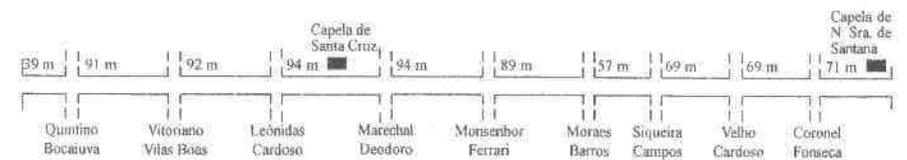
MAPA 8:

8.844 braças de terrenos mais retirados, com algumas chácaras, já descontado o terreno preciso para os competentes becos. Isto é, os becos desta área ainda não deviam estar abertos. A metade desta área estava ocupada, possivelmente a que se dá a capela de Santa Cruz até a Siqueira Campos atual. Fundos de 30 a 40 braças. \$500 a braça, para cobrança dos ocupantes irregulares.
8.844 braças quadradas divididas por 35 braças (média dos fundos) = 252 braças = 556 m.

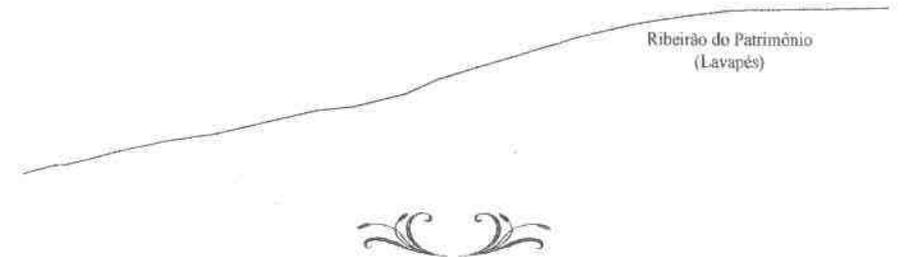
3.316 braças de terrenos ocupados livres de becos, isto é, descontados os becos já existentes. Fundos de 30 a 40 braças. 1\$000 por braça.
3.316 : 35 = 95 braças = 209 m.

556 m, já descontados os terrenos precisos para os competentes becos.

209 m, livres de becos.



Nome das ruas atuais, correspondentes aos becos já abertos ou por abrir. Tais becos possivelmente tinham a largura de 60 palmos (8 braças), mínimo exigido por lei de 1828, sendo esta a largura de nossas ruas atuais (13,20 m).



CAPÍTULO X

ATIVIDADES ECONÔMICAS NOS ANOS 60

O ponto central da vila era o rocío da Capela de Santana, na atual praça Cel. Moura, e a parte inicial do Caminho de Cima, até a atual rua Velho Cardoso. Como vimos, a Capela de Santa Cruz, no Bosque atual, já existia em 1858, e talvez já se constituísse num pequeno polo secundário da incipiente vila. Vários comerciantes exerciam o comércio em suas próprias residências, geralmente localizadas entre as duas capelas. Como também já vimos, o comércio, no início, era algumas vezes exercido nas "casinhas" alugadas pela Câmara, e essa era a praxe em toda a província de São Paulo. Simples barracos de madeira, armados nos pontos de maior fluxo de possíveis consumidores.

A vila, na sua rotina de sobrevivência, socorria-se dos homens simples que constituíam sua população. Não havendo médico, dá-se oficialmente licença a José Souza Mattos para fazer curativos, e a João Vieira Paraíso para aplicar o pus vacínico, contra a varíola (mas na verdade o que ocorria aqui era a varicela). Não havendo engenheiro, nomeia-se João Francisco de Freitas perito na abertura e conservação de estradas, ou na construção de pontes, embutindo palanques de cabreúva ou guarantã nos trechos mais rasos e empedrados dos rios. O Batista Valleiro abria valos, obrigatórios nas divisas onde não houvesse cercas. O Joaquim Magrô Cangalheiro fazia cangalhas e o Antonio Violeiro fabricava violas, enquanto Nhana da Venda, com sua "fábrica de sebos", fornecia sabões e velas, naquele tempo gêneros de primeira necessidade. Como vimos, não havia na terra taipeiros, levantando-se as casas no pau-a-pique ou no barrote, que as tábuas eram também difíceis, por não haver ainda serrarias. André Telheiro fazia telhas e, possivelmente, tijolos. E sabe-se que não faltavam as rocas caseiras para a tecelagem do algodão. Cochos, monjolos, potes, guampas, ancorotes, varas de pescar, pilões, gamelas, gaiolas, poços, cercas, peneiras, cabos de ferramentas, bacias, cabides, portas, janelas, mesas, cadeiras, fornos, arapucas, Paris, balaios, tudo isso fazia parte da manufatura rotineira, além de uma grande variedade de artefatos de couros. José de Tal, barqueiro, fazia a travessia do Tietê por 2\$000. Carpinteiro desde 1850, Joaquim Antonio de Farias, fluminense. Carapina

em 1862, Benedicto Lopes. No início dos anos 60 Antonio Joaquim Cardoso de Almeida, depois apelidado de Velho Cardoso, abre sua máquina de beneficiar algodão, perto do ribeirão do Patrimônio (Lavapés), no fim da rua de São João, depois Velho Cardoso.

Uma análise do orçamento para 1860 pode dar-nos algumas conclusões interessantes.

Receita:

Imposto sobre abate de reses, 92\$000, pagando-se 1\$600 por rês abatida. Logo, foram abatidas 57, aproximadamente uma por semana.

Imposto sobre aguardentes, 148\$000, cobrando-se 10\$000 por vendedor. Logo, 15 vendedores de aguardentes.

Imposto sobre cargueiros de aguardentes, café e açúcar, entre municípios, 30\$000, a 200\$ por carga. Logo, 150 cargueiros anuais. O cargueiro era um burro ou mula com cangalhas e dois jacás.

É interessante notar-se que não consta da receita o imposto de subsídios literários, no valor de \$320 por saca de café ou açúcar produzido. Significaria isso que o município não produzia esses produtos? Se produzia, devia ser muito pouco, a ponto de a Câmara despreocupar-se com essa produção.

Rendimentos das "casinhas", 20\$000. "Os gêneros alimentícios são vendidos em Itu, como em São Paulo, em espécies de casinhas obscuras, que dão para uma das ruas transversais a que já me referi. Como na capital da província, essas pequenas casas são denominadas "as casinhas"; pertencem à cidade a qual auferem renda da locação das mesmas" (9,217).

Multas diversas, 26\$000; damos aqui um exemplo de 1862:

Multa de caminho. Custódio Maia	2\$000
Multa de jogos. José Felisberto do Carmo	1\$000
Multa de funções. Marianna Antonia.	1\$000
Multa de mascate de fazenda seca. André Cacine	10\$000
Multas de negociantes. Cândido José de Souza	4\$000
Manoel Ribeiro	4\$000
Joaquim Ignacio Ferreira	4\$000
	<u>26\$000</u>

Aferições, 50\$000, no valor de \$500, 1\$ ou 2\$, conforme o porte do estabelecimento. Pelo estudo de orçamentos posteriores, pudemos chegar a cálculos aproximados:

1 comerciante	2\$000	2\$000
9 comerciantes	1\$000	9\$000
78 comerciantes	\$500	39\$000
88 comerciantes		50\$000

Temos dados incompletos para os anos seguintes:

1862, 26 de \$500 na vila	13\$
2 de 1\$ na vila	2\$
1 de 2\$ na vila	2\$
6 de \$500, nas estradas	3\$
4 de 1\$ nas estradas	4\$
3 de 1\$ na Prata	3\$
1863, 16 de \$500 na vila	8\$
2 de 1\$ na vila	2\$
5 de 2\$ na vila	10\$
4 de \$500 na Samambaia	2\$
1 de 1\$ na Samambaia	1\$
9 de \$500 na de Tietê	4\$500
1 de \$500 na de São Domingos	\$500
1 de 1\$ na de São Domingos	1\$

Podemos, assim, chegar a um cálculo aproximado de 80 a 90 comerciantes no município, nessa época, incluindo as estradas de Samambaia (Bofete), Tietê e São Domingos, aqui nomeadas, mais as estradas de Itapetininga, Itapeva e Constituição (Piracicaba).

Em 1862 aparecem dados sobre o Rio do Peixe e a Prata. Nesse ano havia 37 comerciantes, só na vila, sendo que 14 deles comerciavam aguardentes.

Pudemos arrolar as seguintes mercadorias, nos vários documentos consultados, no período de 1859 a 1862:

- fumo em rolo, a 4\$ a arroba (\$272 o kg)
- aguardente, a 25\$ o cargueiro
- açúcar, a 5\$ a arroba (\$340 o kg)
- toicinho, a 3\$ a arroba (\$204 o kg)
- porco cevado, a 12\$

- vaca gorda, a 30\$
- feijão
- sebo (muito importante, usado para fazer sabão e velas)
- potes d'água, a \$800
- óleo de mamona, para lamparinas
- estricnina (veneno para cães)
- velas: de sebo (\$060 a \$130), de cera do reino (\$400), "palaceta" (\$100)
- fechaduras, a 1\$280
- trens de fogo (isqueiros)
- garruchas
- espingardas
- facas
- papel, em cadernos de 6 ou 12 folhas (\$080 ou \$160)
- papel, em resmas, a 6\$400 (uma resma = 40 cadernos de 12 folhas)
- livros de escrita
- lamparinas
- lampiões
- fazendas (tecidos)
- penas de escrever, a \$160
- cadeiras, a 6\$
- barril d'água, a 1\$500
- rojão, a \$420 (uma dúzia para o 7 de Setembro: 5\$)
- armário com 6 palmos de largo, 9 de alto, 2 fechaduras, a 25\$
- caixa de 3 fechaduras, para cofre, a 10\$
- mesa de 10 palmos de comprido, 5 de largo, 2 gavetas, a 26\$
- livro para lançamentos, de 200 folhas, a 3\$
- escrivaninha de metal, a 20\$
- urinol, a 2\$
- campainha de mesa, a 2\$
- balança grande, a 10\$
- côvado (medida de madeira equivalente a 0,66 m) e vara (equivalente a 1,10 m), a 1\$

Em 1860 temos notícia de alguns comerciantes da vila: José Bernardo Pacheco, "negociante de fazenda seca", isto é, que não

comerciava molhados; Joaquim Ignacio Pereira e alguns mascates não nominados.

Em 1862 aparecem João Pereira da Silva, Antonio Bento Alves (dentre outras coisas vendia "trens de fogo", isqueiros), Tristão Antonio de Alvarenga Lopes, Machado & Cardoso (a única sociedade comercial que encontramos nesses primórdios), Francisco Barboza, Antonio Galvão Severino, Benedicto José da Anunciação, Francisco das Chagas Marte, Antonio Correa Pacheco, Bernardino Dutra Pereira, José Joaquim da Costa. Nesse ano comerciavam aguardentes (bebidas alcoólicas em geral) Avelino da Silva Rocha, José Custódio de Moraes, Joaquim Pires Vieira, Joaquim Antonio da Silva, Polycarpo José da Silveira, Anna Maria da Conceição, João Ventura de Oliveira, Manoel Moreira Gracia, Marianna Antonia (que também paga imposto sobre "funções"), Jesus Antonio Diniz, Lourenço Thomaz da Silva, José Joaquim de Aguiar, Manoel José Braga e Jacintho Gomes de Oliveira.

Quase todos esses comerciantes de 1860 e 1862 aparecem também pagando impostos em 1863. O único comerciante de ferragens em 1862 é o capitão José Joaquim, o mesmo que exercera a subdelegacia por pouco tempo, em 1859, tendo sido afastado por alegação de perseguições. Anna Joaquina de Camargo fornece refeições a \$170. João Mariano (talvez o Carriel, também comerciante) fornece barris para armazenamento de água na Câmara. Não pudemos descobrir se fabricava esses barris, ou se apenas os comerciava. Fornecem velas Braz Bernardo e João Pereira Galvão. Papéis e livros são comprados na "logem do Sr. Cadete". José Felisberto do Carmo paga impostos sobre jogos ilícitos.

Dona Chiquinha Cananéa, professora, em 1859, Francisco Antonio de Castro, tabelião, em 1860, José Francisco de Freitas, português, advogado provisionado, Tibúrcio Brantê de Castro Freire, advogado, José Gomes Pinheiro Vellozo (filho do Capitão), solicitador (provisionado em 1864 e advogado pleno em 1865), José Theodoro da Silva, solicitador (provisionado em 1864 e 1867). Em 1864 prestam serviços como advogados José Francisco de Paula Eduardo, Cândido Bueno da Costa, Antonio José Barboza da Veiga e Paulo José Gonçalves Pimenta. Em 1865, Bernardo Augusto Rodrigues da Silva; em 1867, Antonio Castanho de Almeida, provisionado.

Em 1862 João Francisco Siqueira possui "direitos de cargueiros", isto é, pode carrear aguardentes, café e açúcar de um para outro município, pagando \$200 por carga.

Em 1863 aparecem comerciantes novos, como Francisco Simão da Silva, José Luiz Brandão, Silvério José do Carmo, Antonio Joaquim de Andrade, Antonio da Silva Rocha, Marianna Pereira, Joaquim José da Costa, Maria Joaquina de Oliveira.

Além desses comerciantes na vila havia aqueles que abriam suas vendas e empórios na beira das estradas. Em 1862 havia 9 deles na estrada de Tietê, 5 na de Samambaia, 2 na de São Domingos. A estrada de Constituição ainda não estava acabada. A ponte sobre o rio Capivara, na época das chuvas, era intransitável, por ser muito baixa. Na estrada de Tatuí, que tinha sua saída pelo Lavapés, ainda faltavam 3 pontes, em cima da serra, além de reparos em vários trechos. Na de Itapetininga havia muita dificuldade na travessia do Santo Inácio e do Passo do Jacu. A estrada de Itapeva realmente ia só até o rio Pardo, onde não havia ponte para a travessia. Daí em diante, até o Porto do Brizola, no Paranapanema, apenas uma picada. A estrada dos Campos Novos, que pretendia seguir até o longínquo Salto de Avanhandava, tinha apenas 4 léguas abertas, a partir daqui. Todas essas estradas em construção eram na verdade apenas caminhos, permitindo o trânsito de carroças só em pequenos trechos. Suas margens eram praticamente desabitadas. Não há notícias de comércio nelas, a não ser o dificultoso trânsito dos cargueiros.

Uma atividade importante nessa época era o comércio já lembrado de muares e bovinos, vindos principalmente do Rio Grande do Sul. Para fugirem ao imposto, paulistas das regiões mais recentemente desbravadas, de Limeira, Rio Claro, Araraquara, Brotas e Jaú, procuravam desviar essas manadas por Botucatu, colocando-as nessas regiões além do rio Tietê. E isso era feito também pelos mineiros. Assim, fêz-se necessária a instalação da Barreira de Botucatu, para impedir a travessia desse rio. Os pontos de passagem eram a Ponte dos Remédios (Anhembí) e os Portos do Josêzinho, Pedro Furtado, Antonio Leme e do Eliseu (7). Nesses pontos estratégicos ficavam os fiscais, que eram 4 em 1863. As passagens mais a oeste, a jusante do rio, como o povoado da Rainha dos Anjos, fundado pelo padre Modesto (7), e o Porto do Manduri, onde o barqueiro José de Tal cobrava 2\$ pela travessia, quase não eram fiscalizadas. As saídas para oeste, rumo de Lençóis e São Domingos, eram esquecidas, pois o oeste era quase desabitado.

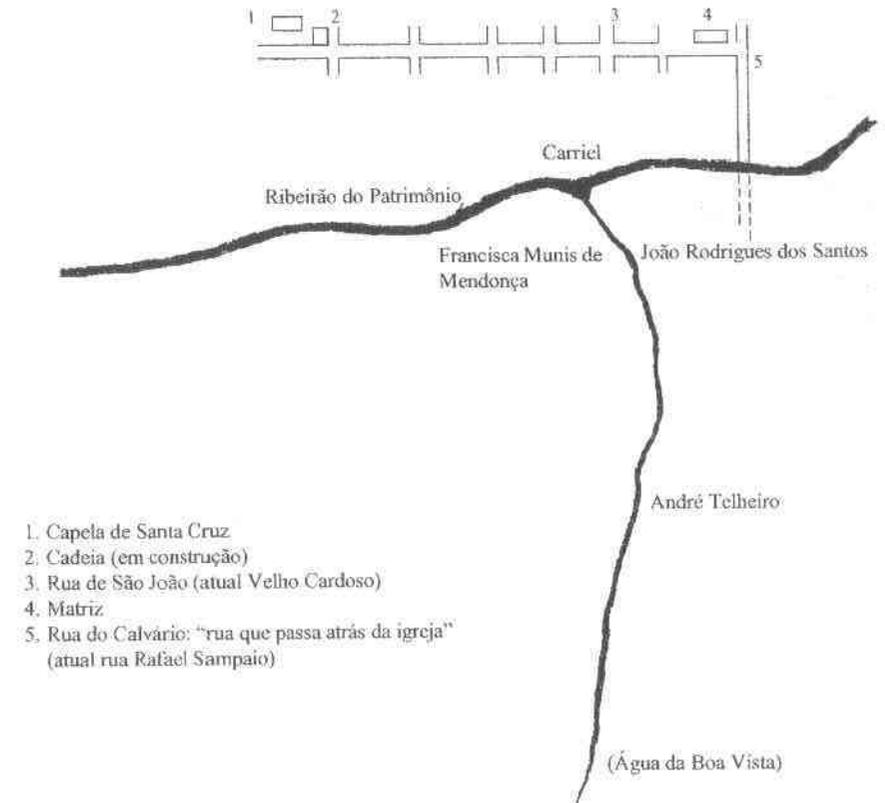
No ano de 1860 a Câmara continuou com problemas quanto à arrecadação de impostos municipais. No dia 5 de maio o procurador da Câmara, Antonio Galvão Severino, pede melhor salário para o fiscal

municipal, alegando que o titular desse cargo abandonara suas funções há um mês, retirando-se para seu sítio. Sugere a nomeação de Antonio Mariano Pereira para assumir tão importante função. É atendido, mas a 10 de outubro o novo fiscal comunica seu desencanto com o cargo: "Ilmos. Snres. Vindo me ao Colhimento q Joze Bernardo de tal vindo para esta V^a com seu negocio de fazenda seca e na qualidade de Mascate e athe esta data se axa o cofre Municipal, no dizimorso dos quinze milrs. acontece Ilmos. Snres. que por falta de agilidade o Fiscal não comprio com o Artigo 24 que nos regem este Munisipio arrecadacão dos Snrs. Mascate purcurando eu esta izigensia, respondeume, emparsialmente que so tinha de dirigir a VV SS uma reclamação a tal respeito afim de se ivadir a quantia mencionada". Dirigia-se à Câmara. No dia 14, outro fiscal, João Pereira da Silva, dirige-se também à Câmara, dizendo que nada ainda arrecadara dos impostos de 1\$600 sobre abates de reses, \$320 sobre subsídios literários e sobre aguardentes. Alega falta de instruções sobre o modo de arrecadar tais impostos. Andava mal o município na arrecadação de sua receita.

Um problema especial nesse ano de 1860 é a estrada da Constituição (Piracicaba): só falta terminar o trecho de duas léguas mais próximo de Botucatu, indicando claramente que a responsabilidade de seu término é tarefa da Câmara. A légua antiga tinha 6,6 km; então faltavam apenas cerca de 14 km, isto é, a subida da cuesta e a chegada a Botucatu. Mãos à obra. O primeiro projeto é abandonar a saída velha, abrindo uma nova, mais curta, pelo atual Bairro Alto. Mas os proprietários de terras dessa região parecem não estar dispostos a colaborar. A Comissão de Estradas, liderada por João Marianno Carriel, dirige-se à Câmara, no dia 15 de julho: "De posse do Officio de VV. SS. datado de 14 do corrente no q me encarregarão de examinar a mudança da estrada de Piracicaba na direção que vem ao Snr. Andre Telheiro, p^a romper a rumo o pasto do Snr. Jose Roiz e em seguimento o do Snr. Jose Luiz Barandão, o que posso responder a VV. SS. e dar minha opinião conforme julgo, no cujo não ser neceçario e tãobem sou uma das parte, por isso fica muito mais comodo a estrada Velha por onde está acrese mais que rompendo estas duas propriedades, são dous malles terriveis..." Francisco Antonio Pereira, também da Comissão de Estradas dá sua opinião sobre outro trecho, nesse mesmo dia: "... tendo a esclarecer a VV. SS. qt^o as localidades mencionadas na P.^m (petição) entre o sercado de José Rodrigues dos Santos, nem huma vantagem offeresse, porque he a mesma barranceira, que se acha na Rua que desse por detras da Igreja, e para fazer-se então a estrada devia tocar

já da serra a vir procurar a cabesseira da Agua que faz barra entre os dous sercados de José Rodrigues dos Santos e Dona Francisca Moniz de Mendonça a vir procurar a Rua que vem sair defronte de João Mariano Carriel, e quanto a distancia nada posso dizer visto se achar môr parte encoberto..." Por esses dois textos podemos arriscar uma localização dessas propriedades.

MAPA 9



1. Capela de Santa Cruz
2. Cadeia (em construção)
3. Rua de São João (atual Velho Cardoso)
4. Matriz
5. Rua do Calvário: "rua que passa atrás da igreja" (atual rua Rafael Sampaio)

Em julho a Comissão da Câmara que acompanha a construção da cadeia ("casa de detenção") chega à conclusão de que está sendo mal construída, com os alicerces sem a solidez necessária, mas já coberta: "... a Caza de dinstinção desta V^a esta a penas coberta, e em principio de Açoalharse". Há problemas para sustentar os presos pobres. O governo provincial fornece \$240 de diária, por preso, o que é julgado insuficiente, "pois os víveres que aqui existem têm preços muito altos", o que, aliás, sempre foi regra nas bocas-do-sertão. Como já vimos, Anna Joaquina de Camargo, por essa época, fornecia refeições na vila por \$170, o que torna os \$240 aparentemente insuficientes. Justino José Libório, preso que foi muito bem tratado por sua família, em 1860, não necessita desse auxílio. E José Francisco de Souza, briosamente, põe à venda seu cavalo, por 30\$, para pagar seu sustento na prisão. O provedor da Câmara paga apenas 16\$ "não so por velho como magro e ruim". São descontados 15\$ que José Francisco devia por diárias.

O cemitério, ainda em julho, está bastante adiantado.

Os cães vadios eram sistematicamente perseguidos, a pau, ou envenenados com estricnina, colocada na água ou em pedaços de carne. As saúvas eram combatidas com formicidas bombadas nos olheiros. São constantes os gastos da Câmara com tais produtos.

Em 10 de setembro a Câmara pede ao governo provincial a vinda do Chefe de Polícia, alegando que o Partido Liberal, não podendo ganhar as eleições, promete verter sangue no dia do pleito. Assinam os conservadores José Paes Moreira, Manoel de Almeida Toledo, Francisco de Paula Vieira, João Francisco de Freitas. Claudino Antonio Ferreira só coloca suas iniciais: C.A.F. Lembramos que a primeira Câmara teve maioria liberal, em 1858, quando tomou posse.

É desse ano de 1860 a primeira lista dos jurados qualificados. Com presença do juiz e do promotor de Itapetininga, no dia 6 de agosto é realizada a primeira sessão do júri. Na segunda, em dezembro, são julgados os réus Antonio Francisco Domingues, Manoel Moreira Garcês e Francisco Dias de Moraes, todos absolvidos.

O governo provincial marca o dia 4 de novembro para as eleições para Juiz de Paz e vereadores da Câmara. Uma procuração impressa, de 1860, dá a seguinte representação ao advogado: "... deffender e mostrar seu direito e justiça em causas presentes e futuras, civis ou criminais, em qualquer Juizo ou Tribunal, tentando primeiro termos conciliatórios perante

Juízes de Paz..." Era essa a função desses últimos juizes, eleitos pelo povo: tentar, por todos os meios lícitos, uma conciliação inicial entre as partes.

No fim de 1860 a província de São Paulo estava dividida em 3 Distritos Eleitorais. Cada Distrito era dividido em Colégios, e estes em Paróquias. O 3º Distrito estava dividido nos Colégios de Itapetininga, Botucatu, Itapeva, Campinas, Rio Claro, Araraquara, Casa Branca e Batatais. O Colégio de Botucatu constava das Paróquias de Botucatu e São Domingos. A Paróquia de Lençóis já fora criada em 1858, mas ainda não estava canonicamente provida. Botucatu contava com 21 eleitores, São Domingos com 3. O total da província era de 675.

Em 1860, no Caminho de Cima, que já começava a receber a denominação popular de Rua do Commercio, no nº 13 (1ª numeração) morava Mathias José Teixeira, e era onde normalmente se realizavam as sessões da Câmara; no nº 34 (2ª numeração) morava Domingos José Lopes Rodrigues. A Rua do Commercio, depois Riachuelo, atual Amando de Barros, teve 4 numerações, como veremos adiante.



() primeira numeração
(()) segunda numeração

(13) Mathias José Teixeira
((34)) Domingos José Lopes Rodrigues

Completando com os anos de 1866 e 1869, teríamos, para a década, o seguinte quadro aproximado:

DÉCADA DE 60, ALGUMAS CASAS E TERRENOS DA RUA DO COMMERCIO, COM SEUS POSSÍVEIS PROPRIETÁRIOS E NUMERAÇÕES.

1860	1866	1869
8 10	8 (Joaquim Gonçalves da Fonseca) 10 (Bernardo Augusto Rodrigues)	8 (José Rodrigues César) 10 (Tio Correa de Mello)
13	(José Rodrigues César)	(Antonio J.C. de Almeida)
26 28	15 (José Rodrigues César) 24	(Antonio J.C. de Almeida) 24
32 34	27	27
	35	35
	45	45
	(José Rodrigues César)	(Manoel Theodoro Aguiar)
Capela S. Cruz	Cadeia Capela S. Cruz	Cadeia Capela S. Cruz
		(Domingos S. de Barros)



CAPÍTULO XI

A VILA SE ASSENTA 1861 E 1862

No dia 15 de dezembro de 1860 o imperador D. Pedro II, pelo Decreto nº 2707, desanexa o Termo de Botucatu dos de Itapetininga e Tatuí, criando nele o lugar de Juiz Municipal, que acumula as funções de Juiz de Órfãos.

Em 1861 tomam posse 5 dos 7 vereadores eleitos, no dia 12 de fevereiro: João Marianno Carriel, Caetano Ferreira Godinho, Antonio Galvão Severino, João Francisco Correa da Silva e Claudino Antonio Ferreira, sendo que este último já fora suplente na Câmara anterior. Não tomaram posse José Pereira de Souza Paixão e o sempre presente Manoel de Almeida Toledo, este por estar pronunciado em crime de responsabilidade, do qual foi mais tarde absolvido (7). Toledo fora também suplente na primeira Câmara. A maioria-eleita era do Partido Conservador.

No dia 4 de agosto toma posse o juiz municipal, Dr. Felipe Correa Pacheco, instalando-se, pois, o Termo de Botucatu. Ao fim deste capítulo, na seção "Leituras", apresentamos a narração de um fato pinturesco que levou à sua demissão, em 1862. Em 1861 a Câmara representa contra o juiz suplente, Tenente-coronel José Joaquim Alves Machado, alegando abusos de sua parte, como juiz e como diretor do aldeamento de índios de Piraju (São Sebastião do Tijuco Preto); José Joaquim foi demitido (7).

Circular do governo provincial, de 27 de fevereiro de 1862, determina que o dinheiro arrecadado com a cobrança dos impostos municipais deve ser aplicado:

- 1º nas obras das matrizes;
- 2º nas dos cemitérios extra-muros;
- 3º no abastecimento de água potável;
- 4º nas calçadas;
- 5º em outras necessidades do município.

Isto restringiu mais ainda a autonomia municipal na utilização de receita, pois a ordem de prioridades nem sempre era essa. Numa vila onde a quantidade de bandidos era muito grande, a cadeia passava a ser uma das primeiras prioridades, e era bem esse o caso de Botucatu, que tivera

apenas a liberação de uma verba de 500\$ para a construção de sua “casa de distinção”, como veremos mais adiante.

O coletor das rendas públicas do município, neste ano, é Francisco de Paula Vieira, que comparece para prestar fiança sobre direitos de carnes verdes (abates de reses), subsídios literários e estanque, sendo então seu fiador Manoel de Almeida Toledo. Cumpre a circular acima mencionada.

Pudemos arrolar parcialmente 45 comerciantes de aguardentes, pagadores do imposto de estanque, sendo 16 na vila, 1 no Rio de Peixe, 5 na Prata, 11 nas estradas de Tietê e Samambaia (Bofete) e 12 em Lençóis. Também parcialmente, 72 comerciantes, entre grandes, médios e pequenos, sendo 30 na vila, 1 no Rio do Peixe, 3 na Prata, 10 nas estradas de Tietê e Samambaia, 5 em São Domingos (Santa Bárbara do Rio Pardo), 16 em Lençóis, 3 na estrada de Lençóis, 3 na Capela do Rio Novo (Avaré) e 1 na estrada de São Domingos. Os dois grandes comerciantes (que pagavam 2\$ de aferição), ambos da vila de Botucatu, eram Antonio Correa Pacheco e José Joaquim da Costa. A grande maioria dos comerciantes médios (que pagavam 1\$ de aferição) estava localizada nas estradas ou nas freguesias: dos 26, apenas 3 na vila. Dos 44 pequenos (que pagavam \$500 de aferição), 25 estavam localizados na vila.

Paula Vieira, sempre cumprindo as prioridades da circular provincial de 27 de fevereiro, entrega ao vigário Salvador as quantias de 13\$824 e 23\$040, resultantes de impostos de carnes verdes e de subsídios literários, correspondentes ao trimestre abril/junho. Como vimos, esse dinheiro devia ser aplicado prioritariamente nas obras da matriz. Tivemos, pois, nesse trimestre, cerca de 8 cabeças abatidas, mas o próprio Paula Vieira reconhece que não está cobrando bem os impostos. O imposto chamado “subsídios literários” incidia sobre a produção de café e açúcar, no valor de \$320 por saca. No primeiro semestre foram arrecadados 23\$040, o que nos dá uma produção de 72 sacas de café e açúcar (23\$040 : \$320 = 72). Teríamos então uma produção anual estimada de 144 sacas. Se considerarmos que a safra de café, se existiu, só ocorreria no 2º semestre, que é a época normal da colheita, teríamos que toda essa produção seria de açúcar. Raciocínio razoável, se lembrarmos que o café ainda não devia ter chegado nessas bandas.

A Câmara já sabia quais impostos cobrar e como. Mas o novo coletor, Vieira, ainda apresentava certas dúvidas, em julho: “... qual a quantia a que devo proceder a arrecadação do imposto sobre águas ardentes Nacionaes e Extranjeiras para que seo producto dedusido a competente

porcentagem seja entregue a Cam^ã”. Nos meses seguintes notamos que esse imposto, também chamado de estanque, era cobrado nos valores de 6\$, 8\$ e 10\$, conforme a localização e o movimento econômico do estabelecimento comercial ou industrial. Quanto mais distantes da vila, menor o imposto. A aplicação de multas também não era mansa e pacífica. No dia 9 de julho desse ano de 1862 a Câmara recebe o seguinte recurso infracional: “Diz Florencio Antonio Bello que tendo dado hontem um expectaculo particular dentro da Casa do Cidadão o Sr. João Pereira da Silva expectaculo este de Magicas de prestidigitação do qual com effeito o Supplicante recebeo exportula e tão insignificante que ja mais pode corresponder as despezas feitas pelo Supplicante e como o Fiscal desta Camara exija o Supplicante a quantia de 10\$000 a titulo de multa impostas pelas posturas Municipaes, e como o fim das posturas é haver algum rendimento para o Coffre e evictar o esgoto dos dinheiros do Municipio isso não se verifica com o supplicante que não conduz qualquer quantia productõ desse expectaculo, e por isso vem o supplicante requer a VV. SSas. em attenção os Motivos ponderados aliviar-lhe dessa Multa, do que E R M”. Assina o rogo Antonio Correia de Macedo Pacheco. Pedido deferido. Não houve esgoto dos dinheiros municipais.

Um problema econômico sério para a Câmara, neste e nos anos próximos, foi o pagamento de custas processuais. E não podendo, com seus poucos recursos, pagar os quase 300\$ devidos, pede ao governo, simploriamente, que “decrete” essa dívida. Está claro que não obteve ajuda. Outro gasto expressivo era o da cadeia e seus detentos pobres. A Câmara tinha de arcar com as custas processuais na condenação destes, e ainda com sua alimentação enquanto cumprindo pena, até serem levados para São Paulo.

A Agência de Registro de Sorocaba tinha aqui uma barreira, com função fiscalizadora e arrecadadora, cobrando impostos e apreendendo manadas de bestas brabas que vinham do Rio Grande. Mas essa eventual arrecadação em nada contribuía para a receita municipal, pois dos 3\$500 pagos por muar, 1\$000 iam para a província do Rio Grande, 1\$250 para a província de São Paulo, e os restantes 1\$250 eram devolvidos, de 3 em 3 anos, ao vendedor.

A Câmara teve também seus momentos de instabilidade. No dia 4 de novembro Bernardino Dutra Pereira, convocado a comparecer à sessão do dia 5, como suplente, pede dispensa, alegando que parte de sua família já o espera no sítio. José Francisco Correia da Silva alega o mesmo motivo,

mais deveres pessoais a cumprir. Já Antonio Galvão Severino alega motivos de saúde. Bernardino reitera, do sítio, seu pedido de dispensa, agora alegando *"que me axo emcomodado com huma portada o qual ja vim com hela de la como o Sr. Veriador Antonio Galvam me vio queixar la e por histo não poso sofrer abalo do animal"*. Sítio, 5 de novembro de 1862. O mesmo Antonio Galvão que alegava também doença. Que teria havido? Um boicote à sessão, provavelmente.

No dia 27 de janeiro de 1862 realizou-se a segunda sessão do tribunal do júri. Jaguaribe (6) nos conta que essa sessão foi realizada na casa do piracicabano Domingos José Lopes Rodrigues, onde, em 1915, era a Casa Bismara, na Rua Riachuelo. Descobrimos que essa casa era a de número 34, na segunda numeração dessa rua, e se localizava na esquina com a Moraes Barros, face nordeste.

O Juíz de Paz era João Francisco de Freitas, que julgava todas as pequenas causas. Recebida a petição, intimava o acusado a comparecer à audiência, através do oficial de justiça Carlos Pedro Stain. A entrega das intimações nem sempre era pacífica: *"Certifie e dou fé que fui em caza de Costodio de tal onde se achava seo filho Antonio Domingues dos Santos e arodeando a caza e cercando as portas com tres pessoas que cuvidei para fazer a prizão e depois de ter clareado o dia chamei ao Costodio de tal e lhe proguntei se achava ahy Antonio Domingues respondeu que não e logo aparecendo o mesmo lhe dei a voz de prizão e o mmo lançou mão em espingarda e uma faca e dice que para elle vir só se foce os pedaços e que não vinha ao mesmo tempo Costodio de tal tãobem dice que mais facil seria todos se perderem de que o filho vir amorado digo vir prezo vendo que não avia geito por onde se pudece effectuar a prizão lhe dei a manda e determinado a retirar me foi quando elle abrio a parede do teiado da caza e correo o refferido é verdade Botucatu 25 de Março de 1862 Carlos Pedro Stain Official de Justiça"*. Freitas mandara prender Antonio Domingues: *"... visto negar-se ao servisso de João Pereira da Silva..."* Pequenas dívidas eram também resolvidas sumariamente pelo juiz de paz, sempre com prisão no caso de não cumprimento. Esse juiz era eleito, não nomeado ou concursado. Freitas, sendo o 2º suplente de subdelegado, durante boa parte desse ano é obrigado a assumir também esse posto, do qual tenta esquivar-se, alegando motivo de longa viagem. Mas não há outros suplentes.

Nesse ano a Câmara pensa em comprar uma casa que está sendo construída por João Marianno Carriel, para terminá-la e nela instalar a

cadeia, a sala de júri e a própria Câmara. A compra e o acabamento são avaliados em 3:000\$000. Pede então ao governo provincial licença para colocar em hasta pública a cadeia nova, *"... que se acha apenas coberta visto que não affins de segurança alguma, ou duração, e nem ter os comodios percizos"*. Enquanto isso, continua pagando 8\$ por mês a Joaquim Ignácio da Silva (que também é Procurador da Câmara), pelo aluguel de dois quartos, um para a cadeia, outro para o Corpo da Guarda. O governo provincial alega que não pode dar nada além dos 500\$ (recebidos em outubro). Tendo de pagar ainda 600\$ a Manoel Theodoro de Aguiar, pela construção da cadeia nova (já havia pago 400\$), a Câmara resolve terminar de vez esse edifício, desistindo da compra da casa de Carriel. A construção dessa cadeia foi um dos maiores problemas da vila, nos seus primórdios. Em setembro Lençóis requiere 800\$ para a construção da sua. O governo provincial pede à Câmara de Botucatu que envie peritos de confiança à freguesia, para proceder ao orçamento.

Além dos problemas de construção e aluguel de prédios, havia aquele da manutenção dos presos pobres. A vila era de poucos recursos. O carcereiro Francisco Marques Gonçalves Reis muitas vezes tirava dinheiro de seu bolso para compras rotineiras. São várias as suas pequenas cobranças à Câmara. Pudemos arrolar algumas despesas nesse ano:

- | | |
|-------------------------------|--------|
| 1. 5 limpezas a 300 | 1\$500 |
| 11 potes de água a 20 | \$200 |
| M ^{rs} 10 potes a 40 | \$400 |

Francisco Marques Gonçalves Reis
Carcereiro da Cadêa d'esta Villa

Recebi do Procurador da Câmara Municipal

Assina, a rogo de Marques, Bernardino Athanasio Ourique de Carvalho (que era o professor de primeiras letras).

- 7\$320. Joaquim Ignácio da Silva, procurador da Câmara e proprietário da casa alugada para servir de cadeia e sede do corpo da guarda, estranha a cobrança de uma fechadura (2\$), pois ele mesmo a pagara ao dono da loja de ferragens, capitão José Joaquim Pinto de Mello (o mesmo que fora afastado do cargo de subdelegado em 1859). O carcereiro, então, recebe apenas 5\$300.

- | | |
|--------------------------------|--------|
| 3. 6 limpezas a 300 | 1\$800 |
| 27 potes de agua a 40 | 1\$080 |
| Uma mudança para a cadeia nova | \$800 |
- Esta última cobrança é a única notícia que temos de que a cadeia nova foi, finalmente, ocupada. Isto ocorreu em julho ou agosto.

Anna Joaquina de Camargo fornece refeições aos dois presos pobres, Manoel e Joaquim, a \$260 por pessoa, mas não sabemos se correspondiam a uma ou duas refeições diárias. Vimos que, nos anos anteriores, ela fornecia refeições na vila a \$170.

Eram gastas na cadeia 3 velas por noite, o equivalente a \$135, o que somava 50\$ por ano. Um preso pobre ficava em 124\$500, e sempre havia dois ou três nessa condição. Juntando-se tais gastos às custas processuais que começaram a ser cobradas nesse ano, atingindo uma dívida de quase 300\$, vemos a Câmara numa situação financeira muito ruim.

No dia 23 de outubro a Câmara, reunida em sessão extraordinária, escreve ao presidente da província, alertando-o para a promoção ilegal recebida por alguns cidadãos, em prejuízo de vários oficiais do 37º Batalhão da Guarda Municipal, de Botucatu. O artigo 48 da Lei nº 602, de 19 de setembro de 1840, estabeleceu a ordem gradual e o acesso dos oficiais da Guarda, "não podendo ninguém ser nomeado Tenente ou Capitão sem que tenha ocupado o posto imediatamente inferior". Reclama também contra a nomeação de um alféres que não reside no município e de outro que "pertence à arma da reserva" e que tem "emprego de justiça vitalício".

Naquele tempo festejava-se Nossa Senhora de Santana, pois o vereador José Francisco Correia da Silva dirige à Câmara um pedido de dispensa: "*Participo a VV. SS. que achome metido em trabalhos para prontificarme afim de poder com toda a boa vontade festejar N.S. S^{ma} Anna e porisso de viagem para fora em não podendo portanto comparecer a esta ceção o que farey estando de zembaração. Deos Ge. a VVSS muitos annos. V^o de Botucatu 6 de julho de 1862*". Também havia a Festa do Divino:

"Dinheiro recebido de Bandeira do Divino e Mascate desde 20 de Abril de 1861 athe esta dacta

<i>Joze Benedito Preste</i>	<i>30\$000</i>
<i>Fiscal Antonio Francisco</i>	<i>10\$000</i>
<i>Paula Vieira</i>	<i>20\$000</i>
<i>De hum Mascate pela mão do Antonio F. de Moraes</i>	<i>10\$000"</i>

A matriz, depois da Circular de 27.02.62, era a primeira a receber o dinheiro arrecadado com a cobrança dos impostos municipais. Mas nesse ano conseguimos apenas um pequena notícia de gastos:

<i>"1 Feixadura p^a a Igreja</i>	<i>1\$280</i>
<i>Pregos para pregar a feixadura</i>	<i>\$080</i>
<i>Dinheiro para o Benedito pregar a feixadura</i>	<i>\$280"</i>

No dia 3 de setembro o vigário Salvador acusa o recebimento de dinheiro do governo provincial para cobrir as despesas "das cubertas das taipas do cemyterio". E em novembro a Câmara delibera que o dinheiro existente em caixa seja aplicado nos consertos do cemitério. Nesse ano há várias despesas "*para serviço do Sumiterio*", sendo que em março nele trabalharam 4 homens, durante 15 dias. O cemitério era a segunda prioridade da circular já citada.

A educação, sempre com problemas. Em 26 de julho a Inspeção Geral da Instrução Pública responde à Câmara de Botucatu:

"Ilmos. Exmos. Snrs. - Junto tenho a honra de devolver á VExa. o Officio da Camara Municipal de Botucatu, sobre o qual mandou-me VExa. informar. A necessidade de fornecimento pela Provincia de casa apropriada aos Professores de primeiras lettras, cuja satisfação a Camara reclama, é geralmente reconhecida. VExa. no relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial no corrente anno, expendeu os inconvenientes de permanecer semelhante fornecimento á cargo dos Professores, que aliás vencem retribuições tão exiguas que mal lhes permitem acodir as mais urgentes necessidades da vida, e fez sentir quanto a falta de que se trata deve pear o progresso da Instrucção Publica. Por em quanto porem nenhuma providencia foi tomada. A Legislação vigente o que a tal respeito determina é, ou que as escholas se estabeleçam em proprios publicos á isso adaptados, os quaes em Botucatu não existem, segundo informa a Camara em seo Officio, ou que na deficiencia d'elles se promovão subscrições para a obtenção de uma caza, meio este já ensaiado em Municipalidades mais

ricas, e inteiramente improficuo. E não só não ha autorisação para o pagamento dos alugueres, como demais quando VExa quisesse assumir a responsabilidade de tal despesa, faltaria a verba por onde ser ella feita. Neste estado de cousas não resta outro recurso senão instar de novo com o Corpo Legislativo para que tome em consideração esta necessidade e fazer votos para que seja attendida. Tal é o meu humilde parecer; á VExa. porem pertence resolver o que fôr devido. Deus Guarde á VExa. Illmo. Snr. D^o João Jacintho de Mendonça Presidente da Provincia - O Inspector Geral da Instrução Publica, Diogo de Mendonça Pinto”.

Logo no início desse ano de 1862 a Câmara pede ao governo provincial a criação de uma linha de correios da vila para a freguesia de São Domingos, passando por Lençóis, pois “*que estas Freguesias enserrão uma população imença, e que suas correspondencias tem sido demoradas com graves prejuizos de commerciantes, impregrados publicos e outros, por falta de correio activo*”. O governo provincial responde que compete ao governo imperial a classificação das vilas como comercialmente importantes, e as de Lençóis e São Domingos não estão arroladas como tais.

Um trabalhador braçal ganhava por dia \$800, sendo isto constante para várias atividades, tais como abertura de valos, caminhos e ruas, limpezas em geral, conserto de muros e calçadas, corte de árvores etc. “*A Conta do Dinheiro gasto em Fevr^o, 1862 nas Limpas de Ruas:*

<i>O Snr. João Moreira</i>	<i>5\$000</i>
<i>O Snr. Joaquim Franco</i>	<i>1\$440</i>
<i>O Snr. Antonio Francisco de Moraes</i>	<i>3\$600</i>
<i>O Snr. Manoel Roza</i>	<i>1\$600</i>
<i>Inacio</i>	<i>4\$000</i>
<i>Soma</i>	<i>15\$640</i>
<i>P^o o Negro do Mascate</i>	<i>\$960</i>
	<i>16\$600”</i>

O município era muito grande, havendo portanto muita dificuldade nas comunicações, dando-se assim especial atenção à abertura e conservação de estradas. Mas isto se tornava particularmente difícil no trecho da cuesta, com declives acentuados e a travessia obrigatória de muitos riachos. Assim, a Câmara estava sempre às voltas com consertos das estradas para Piracicaba, Tatuí, Itapetininga e Tietê, que desciam a

cuesta. Para estar sempre em contato com os problemas das povoações e freguesias do município, a Câmara nomeava para essas posições Inspetores de Quarteirão, responsáveis pela manutenção das ruas e caminhos. Logo no início desse ano de 1862, os moradores da Capela do Rio do Peixe fazem pedido, por escrito, ao fiscal (no caso, inspetor de quarteirão) Antonio Venâncio de Siqueira, para que tome providências quanto aos porcos soltos no arraial: por estar situado numa ladeira, em terra arenosa, abrem-se voçorocas nas ruas; as plantações de mandioca e hortaliças são destruídas pelos “*grandes numeros de Porcos dentro desta Povoação, prejudicando aos Supplicants*”.

LEITURAS

“O Juiz Municipal formado de Botucatu (Dr. Felipe Correa Pacheco) nomeou o alferes José Bernardo Pacheco tutor de um menor, filho de Gertrudes Maria de Jesus, uma miseravel. A mãe occultou o filho. O Juiz mandou conduzi-la debaixo de vara, a 28 de outubro de 1862, e depois de interrogal-a determinou prendel-a, por 8 dias, por desobediencia, pois o menino desaparecera da villa. A mulher, ao ser presa, declarou ter deixado em casa uma filha casadeira sem companhia, pedindo para ir resguardal-a de perigos. O Juiz Pacheco, que era assomado, usou então de uma phrase pilherica offensiva aos botucatuenses, referente aos “cachaços” que existiam na villa. Claudino José Pereira, que era Juiz Municipal Supplente, estomagou-se com a facecia, mesmo porque estava sendo acionado perante o Juiz e deu queixa contra elle como incurso no art. 129 do codigo criminal, prevaricação.

Juntou como documento um requerimento da presa Gertrudes, pedindo sua soltura, e no qual o Juiz dera o seguinte despacho: “A supplicante bem sabe o motivo de sua prisão, que foi a sua reiterada desobediencia aos mandatos deste Juizo porquanto entregando à tutella do Alferes José Bernardo Pacheco o seu filho menor Theodoro... ..Compareceu somente a supplicante allegando doença do filho e informado eu que era uma formal desobediencia à boa ordem legal deste Juizo... ..”O Dr. Olegario processou-o. O Juiz Municipal, sendo ouvido, ingenuo, realmente confirmou os factos e accrescentou não ter processado Gertrudes

"por se ter compadecido de sua miseria e não ter ella com que pagar as custas". Depuzeram as testemunhas Padre Salvador Ribeiro dos Santos Mello, José da Silveira Franco, Bernardo Pacheco, Romualdo Augusto de Oliveira e Antonio Bento Alves, que confirmaram a queixa.....O dr. Aquino pronunciou o juiz.....e suspendeu-o do exercicio das funcções como incurso no art. 129 § 1º do Cod. Criminal - "proceder e julgar contra litteral disposição de lei". O Juiz Municipal abandonou Botucatu em 1863. Fica-se surpreendido hoje, em pleno regimen democratico de festejadas garantias republicanas, como no tempo do Imperio, em 1862, a prisão de uma mulher miseravel, de costumes suspeitos dava lugar ao processo de responsabilidade de um Juiz Municipal pertencente a uma das mais poderosas familias paulistas" (6), in "Correio de Botucatu" de 01.04.1916.



CAPÍTULO XII

MELHORANDO O ORÇAMENTO DE 1863 A 1869

O Dr. José Francisco de Paula Eduardo e João Vieira Paraíso são nomeados pela Câmara para estudar as necessidades da Agência Fiscal do Registro de Sorocaba, instalada em Botucatu, e no dia 18 de julho de 1863 dão seu parecer:

1. a finalidade da Agência é fiscalizar e arrecadar rendas provenientes da passagem de equinos e bovinos para além do rio Tietê;
2. compõe-se ela de 1 agente fiscal e de 4 guardas auxiliares;
3. atuam na vila 2 guardas, e 2 em diversos pontos, tais como a ponte sobre o Tietê (atual Anhembi) e a ponte do Eliseu, no mesmo rio (Jaguaribe nos informa que o porto do Eliseu ficava no caminho para Brotas);
4. o Registro (Sorocaba) fica muito longe, e a vila de Botucatu está capacitada a patrulhar bem mais eficientemente todas as passagens existentes nesse rio;
5. seria conveniente que houvesse guardas suficientes também para os portos do Josezinho, Pedro Furtado e Antonio Leme, nesse mesmo rio;
6. os guardas não precisam morar nesses portos: é suficiente que façam constantemente sua ronda neles.

José Feliciano Furriel é o comandante do Destacamento de Polícia de Botucatu, contando com dois praças apenas: Ângelo Leite de Barros e Jesuíno Antonio Manoel. Os outros praças, a contragosto do comandante, foram recolhidos à capital.

Em outubro o governo provincial autoriza a Câmara de Tietê a iniciar os estudos para a abertura de uma estrada nova até Botucatu: abertas as picadas, profissionais competentes iriam corrigir eventuais defeitos. Todas as despesas por conta da Província. As comunicações nessa época eram feitas por caminhos precários, que iam de uma a outra propriedade, encomprando substancialmente os trajetos entre as vilas.

Em novembro ocorre o segundo surto da varíola, que depois se comprovou ser varicela. João Vieira Paraíso volta a fazer vacinação (lâminas de pus vacínico), mas a vila possuía apenas duas lâminas. Foi grande o

corre-corre, com êxodo para os sítios e fazendas. O surto não durou muito (6).

No ano de 1864 São Paulo produz apenas pouco mais de 10% do café brasileiro, e tal produção se restringe quase que totalmente ao vale do Paraíba. Botucatu produz algodão e outras plantas de uso mais doméstico, que nem chegam a sair do município. A cana-de-açúcar não dava para o gasto, como já vimos. A riqueza maior, nesses princípios, sempre foi o gado.

O professor da escola pública passa a ser Antonio Castanho de Almeida, com 36 alunos, sem local certo para ministrar as primeiras letras, passando de sala em sala.

Em 1865 a Câmara, sempre às voltas com problemas financeiros, procura por todos os meios aumentar a receita e diminuir as despesas. O Procurador da Câmara procura cobrar as multas, impostas pelo fisco, sempre através do juiz de pequenas causas, para não correr o risco de pagar as custas. Mas essa tática não traz benefícios esperados, pois o procurador parece não demonstrar a esperteza própria do advogado. Assim, a Câmara apela para este, "...que por preço mui razoavel possa encarregar-se desses pequenos pleitos..." Nesse ano sabemos que aqui trabalhavam dois advogados: Bernardo Augusto Rodrigues da Silva, do partido liberal e um dos poucos pianistas da vila, e José Gomes Pinheiro Velloso.

Muito embora já em 1862 tivéssemos encontrado nas despesas da Câmara *"uma mudança para a cadeia nova - \$800"*, só em 1865 temos referências diretas de que o novo prédio já estava sendo usado. Concluído por João Francisco de Freitas, deixava muito a desejar, tanto pela segurança quanto pela área construída. A subdelegacia de polícia, nesse ano, foi assumida por José Rodrigues de Oliveira Coutinho.

As touradas eram um divertimento muito difundido em toda a província de São Paulo, nessa época. Foi com estranheza que o povo botucatuense recebeu um dos artigos da nova postura municipal, de 5 de abril de 1865, proibindo terminantemente as touradas, beneficentes ou não. Na verdade era um divertimento sangrento, muitas vezes com o sacrifício final do infeliz animal.

A Câmara faz uma análise detalhada dos problemas municipais, concluindo, entre outras coisas, que *"... quanto ao conserto de algumas ruas e praças desta villa, é a comissão de parecer que mande fazer, não excedendo de dez mil réis... no caso porem de exceder apresente a esta Camara orçamento das respectivas despesas..."* Como a vila era pobre,

no lugar de sarjetas usavam-se troncos de árvores, deitados, para manter as calçadas num nível mais alto que as ruas (6).

Os problemas prioritários, nas estradas, são a construção de pontes nos rios Feio, Bonito e Pardo, e consertos no trecho da cuesta, nas saídas para Itapetininga, Tatuí e Tietê. Os vereadores, já mais acostumados às artimanhas políticas, pedem a deputados provinciais a concessão de verbas para tais despesas, juntamente com pedido de ajuda para a construção do edifício da Câmara e do Júri.

O presidente da província, dr. João Crispiniano Soares (Conselheiro Crispiniano), conclama os paulistas a se alistarem como voluntários da pátria (8, I, 455), e a Câmara do Comércio, sediada no Rio de Janeiro, envia à Câmara de Botucatu um pedido de colaboração das classes produtoras do município para a construção de um "Asilo para os Voluntários da Guerra do Paraguai".

Nesse ano a Câmara recebe tabela do sistema métrico decimal, para ser adotada no município (6). O orçamento para o ano é de 1:650\$599. Cogita-se da construção de um Matadouro Municipal, para cercar os abates "no mato", um dos motivos da baixa arrecadação municipal.

Quanto às eleições, muitos problemas. No dia 7 de fevereiro o governo provincial determina à Câmara de Botucatu que suspenda a posse dos vereadores e juizes de paz eleitos, pois:

1. o presidente da Assembléia Paroquial de São Domingos votou na eleição de dois membros da mesa, sendo incompetente para tal;
2. na paróquia de Lençóis se procedeu, no mesmo dia, às 1^a e 3^a chamadas dos votantes, o que não era permitido;
3. ainda em Lençóis, a eleição foi incompetentemente presidida pelo juiz de paz que não foi o mais votado.

Em maio, nova comunicação do governo provincial: na paróquia de São Domingos, nas eleições para juiz de paz e vereadores, votaram 139 eleitores, tendo faltado 331, mas *"... no Archivo da Secretaria d'esta Presidencia consta que n'aquella Parochia somente forão qualificados duzentos oitenta e oito cidadãos"*.

Os vereadores de Botucatu só são empossados em 17 de dezembro de 1865. Os liberais voltavam a liderar a política local.

Obedecendo à expansão paulista para oeste, a freguesia de Lençóis é elevada a vila. Botucatu já não era o gigantesco município da época de sua criação, em 1855.

A Lei nº 61, de 20 de março de 1866, cria a Comarca de Botucatu, abrangendo as vilas de Botucatu, Lençóis, Apiaí e Itapeva, e as freguesias de São Domingos, Ponte do Tietê (Anhembi), Rio Bonito (Bofete), Rio Novo (Avaré), São João Baptista da Faxina e Bom Sucesso da Faxina (Paranapanema). A força pública da comarca se compunha de 1 sargento, 2 cabos e 12 soldados em Botucatu, 1 sargento, 1 cabo e 5 soldados em Itapeva, 1 cabo e alguns soldados em Apiaí e Lençóis, e 3 soldados em cada freguesia. Das sedes de comarca só Botucatu e Araraquara ainda não eram cidades. Era Juiz Municipal, nessa época, o dr. José Rolim de Oliveira Ayres.

Muitos dos vereadores moravam em sítios, o que aliás era muito comum. Antonio Joaquim de Andrade morava no sítio denominado Retiro e José Rodrigues César no Sítio do Lajeado. A economia da pequena vila estava centralizada na agricultura e na pecuária, daí a ligação direta da maioria dos habitantes com a terra.

A Comissão Permanente da Câmara, instituída para discutir os problemas mais sérios do município, nomeia os Inspetores de Caminhos, procurando soluções comunitárias, arrebanhando conhecimentos técnicos e práticos entre os cidadãos. Essa idéia trouxe magníficos resultados nas décadas seguintes, desobrigando a Câmara da árdua e constante tarefa de manutenção de estradas. Em fevereiro o dr. Prudente de Moraes, então presidente da Câmara de Piracicaba (e que viria a ser presidente da república no fim do século), escreve à Câmara de Botucatu, falando sobre os problemas da estrada entre aquela cidade e esta vila: "... os orçamentos provinciais, à imitação dos gerais, raramente são cumpridos, e... as Câmaras Municipais poucas vezes são atendidas em suas reclamações, por mais justas que sejam" (6).

Esse ano de 66 foi pródigo em leis que alteraram a estrutura político-administrativa desta região:

Lei nº 3, de 20 de fevereiro, eleva a freguesia a Capela de Nossa Senhora dos Remédios da Ponte do Tietê (Anhembi);

Lei nº 6, de 23 de fevereiro, eleva a freguesia a Capela de Samambaia, com o novo nome de Rio Bonito (Bofete);

Lei nº 8, de 3 de março, estabelece divisas entre Botucatu e Itapetininga;

Lei nº 9, também de 3 de março, estabelece divisas entre Botucatu e Remédios.

Em abril são consignadas verbas no orçamento 1866/67 para manutenção das estradas entre Botucatu e Itapetininga, Tietê, Remédios, Tatuí, Piracicaba e São Domingos. Um dos membros da Inspeção de Caminhos é Francisco Henrique de Almeida Pires. Brás Caetano Vasco e Mello é o fiscal de estradas.

Em 1867, numa homenagem a duas das mais importantes batalhas travadas contra o Paraguai, as ruas do Comercio e das Flores passam a denominar-se Riachuelo e Curuzu. A do Riachuelo apresentava apenas uma vintena de casas no seu trecho inicial, da matriz até a capela de Santa Cruz.

Em setembro a Câmara recebe instruções do governo provincial para arregimentação de soldados para a guerra do Paraguai:

"... Peço pois que V. Sas., todas as autoridades e cidadãos influentes na localidade se reunão e combinem nos meios de me remetterem, quanto antes, os contingentes exigidos de cada um dos quarteirões e das companhias da Guarda Nacional, podendo-se gratificar as praças que se apresentarem, com o producto de quaesquer ofertas ou subscrições agenciadas a bem da guerra..."

Pela definição das divisas do distrito de Botucatu com a freguesia de rio Bonito, recém-criada, podemos assinalar vários topônimos, alguns dos quais vigorando até hoje: *"Deve começar divisando com o Destricto de Botucatu no Rio do Peixe - na barra d'Agua Fria, e pelo veio d'esta acima até onde faz barra o correjo dos Patos, e pelo veio deste acima na principal cabeceira dos Patos ás trez pedras, d'esta a rumo da cabeceira principal do Ribeirão do Limoeiro, e pelo veio d'este abaixo até a barra do Santo Ignacio até aqui divide com Itapetininga, deste parte a rumo da Boa-Vista no sitio de Candido Silvestre Domingues no Rio Feio, e d'este a Serrinha a atravessar a estrada desta Villa para Tatuhy na mesma direção a sahir na estrada Velha que segue para o Rio do Peixe e Agua-fria, por esta adiante ate em um Campestre, d'este a rumo a procurar o Sitio dos herdeiros do finado Florianinho na agua da servidão d'este Sitio, por esta abaixo até o Rio do Peixe; da Cabeceira do Rio Bonito, Estreito ate aqui divide com Tatuhy, Rio do Peixe abaixo até a barra da Agua-fria onde teve principio, dividindo com Pirapora..."*

A Lei provincial nº 56, de 27 de abril de 1868, anexa a freguesia de São Domingos (Santa Bárbara do Rio Pardo) ao município de Lençóis. A conquista do oeste paulista passa a ter seu centro nessa última vila. A



Em 28 de setembro de 1871 é sancionada a Lei 2040, depois chamada "do Ventre Livre", que torna livres os nascidos de escravas a partir de então. Em outubro a Câmara de Botucatu já recebe instruções para organizar "associações para a criação, tratamento, educação e estabelecimento dos menores, filhos de escravas", de que fala essa lei.

O valor de imóveis pode ser avaliado por alguns documentos desse ano. *"Pagou o Senr. Agostinho José da Cunha, a quantia de dez mil reis por quatorze braças de terreno deviza de um lado com Manoel Luciano de Freitas e o outro lado com a rua que desce e o fundo devizando com o rebeirão desta Villa e por verdade passo o presente. Botucatu, 26 de outubro de 1871. O Fabriqueiro João Vieira Paraíso"*. Mas em 1º de fevereiro de 1872, o mesmo Paraíso, responsável pelos interesses econômicos da igreja (fabriqueiro), faz a ressalva: *"Declaro que as quatorze braças vendidas por dez mil r.^o, é por não valerem mais por ser terreno nos fundos do quintau que nenhuma serventia tem, e ser em uns lugares m.^{to} estreitos"*. O preço real dos terrenos pode então ser melhor avaliado por documentos como o seguinte: *"Pagou José Paulino dos Santos a quantia de trinta e um mil réis por trinta e uma braça de terreno que comprou no patrimonio de N. Sa. Santa Anna na rua da Boa Vista devizando por um lado com Joaquim Antonio Domingues e pelo outro com terreno do mesmo patrimonio e os fundos com o rebeirão. Botucatu, 14 de novembro de 1871. O Fabriqueiro João Vieira Paraíso"*. Portanto, uma venda a 1\$ a braça. Em 1843 José Gomes Pinheiro, na doação que faz à Capela de Santana, propõe o aformaento por \$100 a braça. Temos então uma valorização de 1.000% (sem inflação), cabendo lembrar que o terreno da Boa Vista estava mais longe do centro.

Em maio de 1872 é dissolvida a Câmara dos Deputados (Assembléia Provincial), causando transtornos à Câmara de Botucatu, pois deve seguir uma série de providências ordenadas pelo governo provincial:

1. em 18 de julho deve proceder à convocação dos cidadãos que comporão as mesas paroquiais (o Colégio Eleitoral de Botucatu era formado pelas Paróquias de Botucatu, São Domingos, Remédios do Tietê e Rio Bonito);

2. em 18 de agosto deve promover a eleição dos eleitores;

3. em 17 de setembro, a eleição dos deputados;

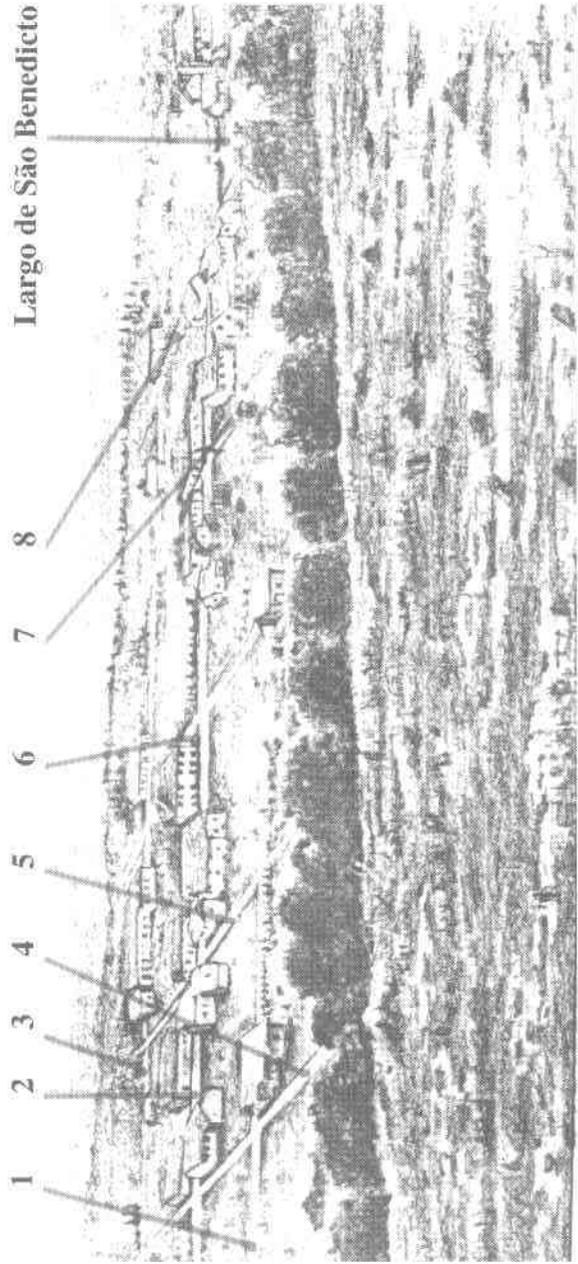
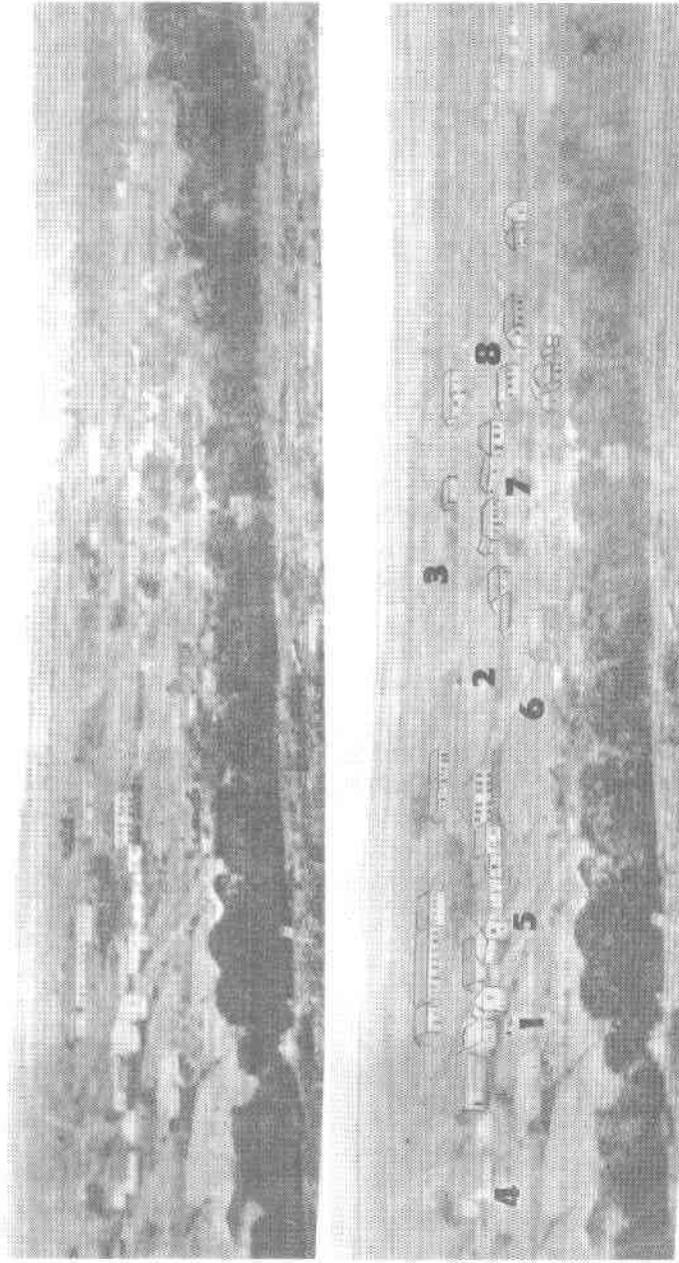
4. em 17 de outubro a apuração geral dos votos deve estar encerrada, para que o governo imperial, em 1º de dezembro, possa proceder à convocação dos deputados eleitos, compondo a nova Assembléia.

Os homens simples que compunham a Câmara e os Juízos Municipal e de Paz sempre se atrapalhavam com problemas desse tipo. Eram comuns as irregularidades ocorridas nas eleições. Em dezembro faz-se representação contra as eleições para vereadores e juiz de paz, realizadas no dia 7 de setembro. O governo provincial pede a suspensão da posse dos eleitos, continuando em exercício os anteriores. Vimos que isto já ocorrera em 1865.

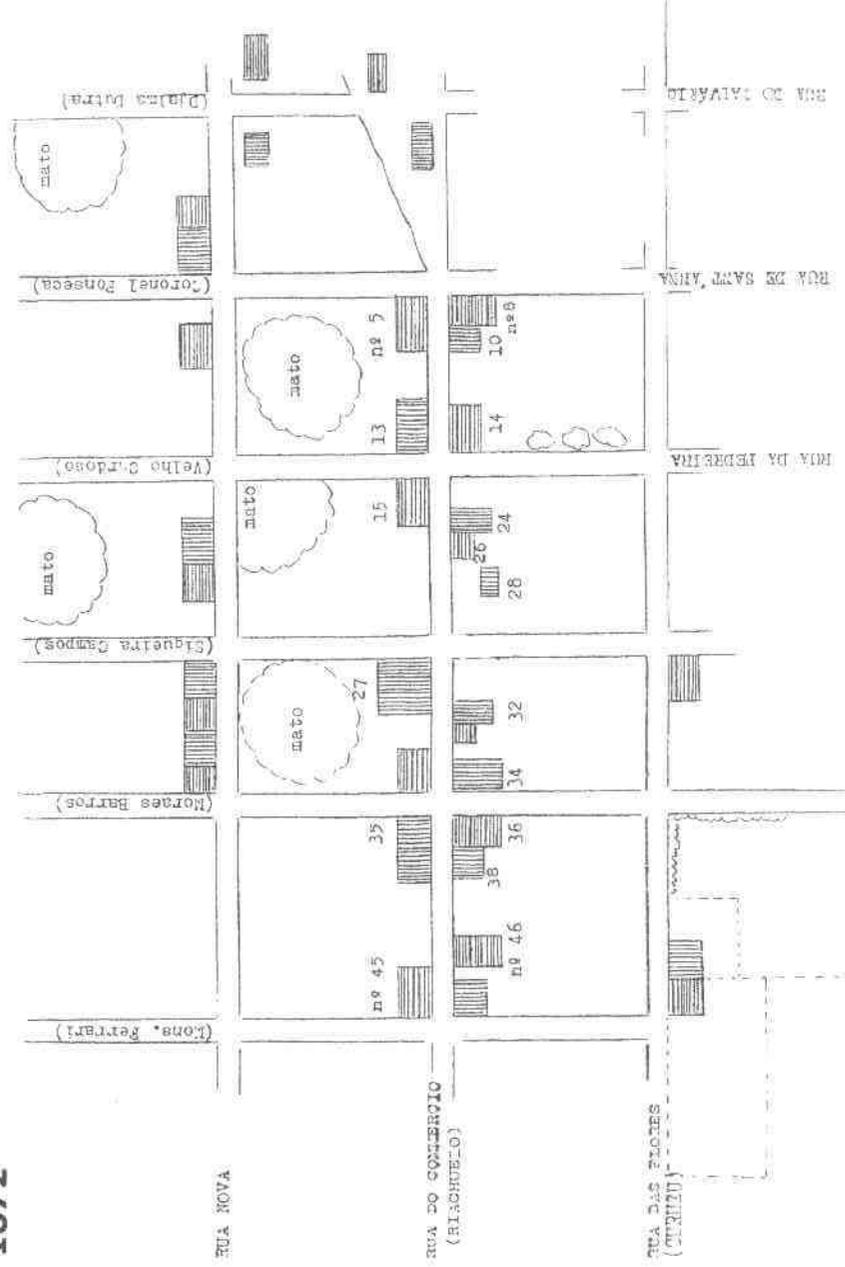
O Juiz de Direito da Comarca passa a ser o dr. Luiz Ernesto Xavier.

Começam a chegar escravos vindos de Minas e do Nordeste, das usinas de açúcar para o café (1,119).

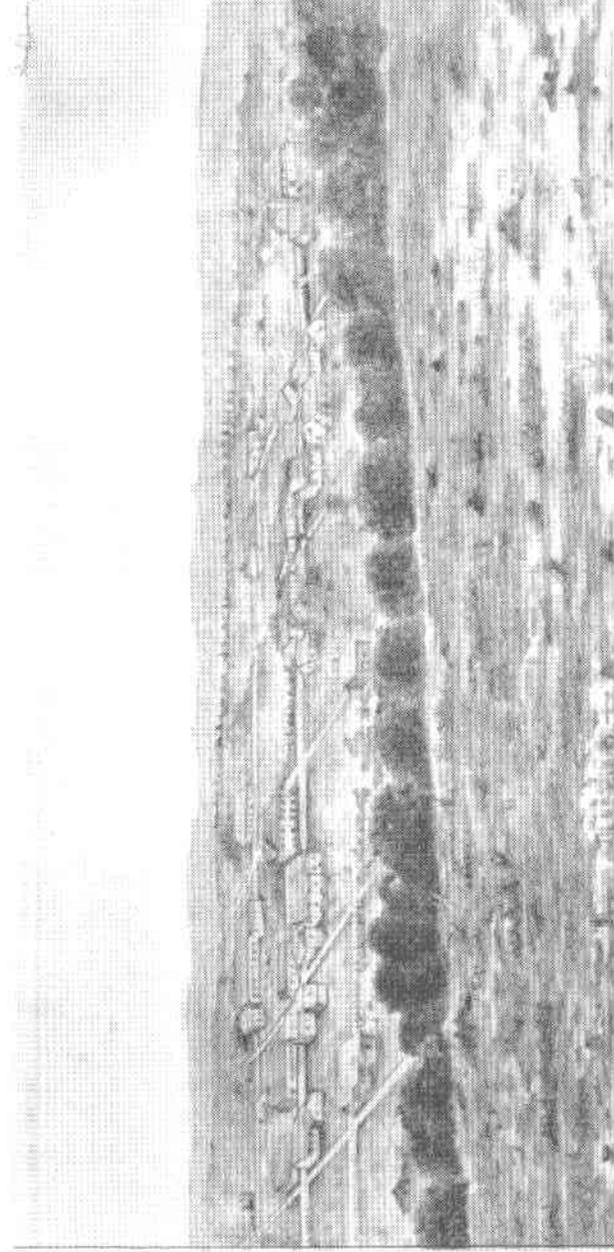
Apresentamos a seguir a mais antiga fotografia conhecida, de Botucatu, de 1872, uma restauração dela, e ainda uma reprodução feita pelo artista botucatuense Marcos Maciel. Acrescentamos os possíveis nomes das ruas, na época, e seus nomes atuais. Segue-se ainda uma planta da vila, baseada nessa fotografia, com os possíveis proprietários e números das casas.



1. Rua das Flores (atual Curuzu)
2. Rua do Commercio (antes Rua de Cima, depois Riachuelo, atual Amando de Barros)
3. Rua Nova (antes Rua Nova de Cima, depois Cesário Alvim, atual João Passos)
4. Depois 25 de Março, atual Monsenhor Ferrari
5. Atual Moraes Barros
6. Depois Rua Dr. Ritt, atual Siqueira Campos
7. Rua da Pedreira (depois São João, atual Velho Cardoso)
8. Rua de Sant'Anna (atual Coronel Fonseca)



BOTUCATU EM 1872



CAPÍTULO XIV

UM CERTO CAPITÃO TITO DE 1873 A 1880

Benedicto Pires de Almeida (22,22) nos fornece dados sobre a agricultura de Tietê, relativos ao ano de 1873: são produzidas 53.000 arrobas de açúcar, 43.000 de café e 80.000 de algodão. A população tieteeense é então de 9.995 habitantes, sendo 3.450 escravos. Donato nos fornece os dados de Botucatu, para 1874: nada de açúcar, 35.000 arrobas de café e 15.000 de algodão. A base da economia botucatuense são os rebanhos suíno e bovino. População de 9.300 habitantes, sendo 1.316 escravos. Azevedo Marques (8, II, 180) nos dá informações sobre a população da Ponte dos Remédios (Anhembí): 2.281 habitantes, sendo 96 escravos. Podemos comparar esses dados:

QUADRO 2:

	População	Escravos	% de escravos	Atividades econômicas
Anhembí	2.281	96	3	Acentuada pecuária
Botucatu	9.300	1.316	14	Predomínio pecuário
Tietê	9.995	3.450	35	Acentuada agricultura

O braço escravo predominava claramente nas regiões agrícolas. Tietê tinha 200 alqueires de café, em produção. E a produção de açúcar, aguardente e algodão era maior ainda.

	Açúcar	Café	Algodão (arrobas)
Botucatu	-	35.000	15.000
Tietê	53.000	43.000	80.000

Botucatu apresentava média produção agrícola, com número reduzido de escravos. Tietê apresentava alta produção agrícola, com grande número de escravos.

O orçamento aprovado para 1874 é de 2:936\$920. O Procurador da Câmara de Botucatu encontra muitas dificuldades na cobrança de impostos dos "Oficiais de Ofício de Cartório de Escrivães, bancas de advogados, que se negam a tal pagamento". E fica em dúvida: "Se deixo correr à revelia ou cumpro a lei municipal, tratando da execução recomendado pela Postura". Como cobrar os impostos de advogados se são eles que interpõem as execuções? E como executar os cartorários se é através deles que as execuções são feitas? O Procurador resolve então agir por conta própria, sem intervenção advocatícia.

O alferes Manoel de Almeida Toledo, espécie de "factotum" da vila, ainda advoga. Antonio Eugênio do Amaral é solicitador. O tabelião é Antonio Augusto de Oliveira César.

No dia 16 de março de 1876 a vila é elevada a cidade. Sua população é de 6.693 habitantes, dos quais apenas 847 são escravos (13%). A população urbana é de aproximadamente 2.000 pessoas, em 226 casas.

Em 1877 era Juíz Municipal em Botucatu o dr. José Gonçalves da Rocha, inimigo político do capitão Tito Correa de Mello, deputado provincial que arregimentava à sua volta grande quantidade de capangas. Homem truculento, vingativo, mas caridoso, o capitão ajudava os pobres, e eram comuns, entre os mais favorecidos, aqueles que a ele se dirigiam para obter empréstimos. Um de seus devedores era Joaquim Ferreira Gordo, proprietário da fazenda Morro Vermelho e adepto da quadrilha política do deputado. Portanto, também inimigo do juíz municipal.

O capitão Tito, para fazer prevalecer sua condição de caudilho do lugar, enfrentava com desmandos o próprio poder judiciário, agredindo-o quando contrário aos seus interesses. Sua índole agressiva ficara demonstrada logo nos anos 40, quando aqui chegou, fazendo vir de Minas seu amigo José Theodoro de Souza, um desumano matador de índios e atropelador de ocupantes de terras que lhe interessavam.

Como o juíz municipal não dava apoio aos excessos agressivos da caterva política do capitão, foi tramada sua morte. Joaquim foi em busca de um bandido de nome Antonio Pedro, da região de Moji, oferecendo-lhe, dentre outras pagas, o cargo de feitor de sua fazenda, para a eliminação do dr. Rocha. Três dias depois de aqui chegado, o bandido cumpriu o trato: o juíz foi assassinado em sua casa (nº 55-A do esquema da rua do Commercio), à luz do dia (1, 133), com um tiro dado a partir da rua. Preso, o bandido denunciou o Gordo. O capitão aprestou-se a proteger este mandante, acompanhando-o até o rio Tietê, na sua ida para Limeira, em

busca de advogado capacitado para defendê-lo em tão difícil apuro. Acompanharam o capitão Tito seus dois filhos: Gustavo Pinheiro de Mello, 32 anos, morador num sítio a légua e meia da cidade, e Amador Bueno, 27 anos, morador a 5 léguas da cidade.

Em Limeira foi convidado a patrocinar a inglória causa o dr. Antonio Affonso de Aguiar Whitaker, que fora promotor público em Itapetininga, e que, como tal, comparecera à instalação da 1ª sessão do tribunal do júri em Botucatu, no dia 6 de agosto de 1860. Homem muito respeitado por sua integridade moral, por sua cultura e por seu bom senso, não aceitou a causa, não obstante a vultosa quantia oferecida (7).

Em 1878, segundo declarações de Joaquim Ferreira Gordo, o capitão o obrigara a garantir a dívida com letra hipotecária, o que fez, deixando, a partir de então, de ter a proteção do caudilho. Amador Bueno Pinheiro de Mello, então suplente de delegado, prendeu-o pelo homicídio de um escravo, que foi incinerado depois de morto (1,133).

No dia 3 de janeiro de 1879 o capitão Tito está inconformado com a decisão do Juiz de Direito dr. Luiz Ernesto Xavier, que não aceitara o adiamento do júri de Antonio Pedro. Chegava então à cidade o promotor público, dr. Antonio Marcelino de Carvalho, trazendo uma ordem de demissão do suplente de delegado, Amador Bueno. O capitão então toma mais uma de suas medidas atrabiliárias: expulsa à força juiz e promotor.

Segundo Hernani Donato (1,133 e 134) os dois expulsos se retiraram para a fazenda de Ismael Morato de Carvalho, passando depois o juiz para uma fazenda vizinha, de Antonio de Carvalho Barros. A quadrilha política, enquanto isso, arrebanhando homens livres e escravos, perfazendo cerca de meia centena de indivíduos, entre eles o capitão João Pereira da Silva, 3º suplente de Juiz municipal, percorria boa parte da cidade, fazendo alarde de sua valentia, retirando-se depois para o sítio do capitão Tito, a meia légua da cidade. Sebastião de Almeida Pinto (5, 37) recolheu diretamente declarações de seu avô José Paes de Almeida, segundo as quais o juiz tinha o prazo de 24 hs. para abandonar a cidade, tomando então o caminho de Piracicaba, ajustando por 100\$000 José Paes como guarda-costas. Na Capela da Ponte (Anhembil) o juiz, juntamente com a esposa, grávida, que o acompanhava, tiveram de atravessar o rudo o Tietê.

No dia 28 de janeiro de 1879, o juiz e o promotor expulsos publicam declaração conjunta na "Província de São Paulo", isentando de culpa, nessa expulsão, J.F. de Carvalho, J.P. da Silva e M.G.P.F. de Carvalho,

que apenas os aconselharam a deixar a cidade, em virtude da personalidade agressiva e autocrática do capitão Tito.

Jaguaribe, no "Correio de Botucatu" de 4 de outubro de 1919, dá o desfecho dessa truculência do capitão (7). O dr. João Manoel de Lima, advogado carioca, que para cá veio em 1879, nesse mesmo ano aceita de um cliente fazer uma cobrança a Joaquim Ferreira Gordo. Convida-o então a quitar a dívida, recebendo em resposta uma ameaça velada, com a lembrança de que ele, devedor, já matara um juiz municipal. No dia 31 de julho o advogado faz a denúncia contra o mandante do homicídio do dr. Rocha, perante o juiz municipal suplente, João Francisco de Freitas. Daí em diante enfrenta o advogado uma série de ameaças, mas sai ileso: Ferreira Gordo é preso e julgado. Em 15 de março de 1880, no primeiro julgamento, é condenado. A confirmação vem no 2º julgamento, em 17 de agosto. Fez-se justiça. O capitão Tito e seu estilo injusto e sanguinário de fazer política foram derrotados. Mas o capitão, pessoalmente, não recebeu o castigo merecido.

1877 (1)

LARGO DE SÃO BENEDITO		RUA DE SANT'ANNA	
(Joaquim Gonçalves da Fonseca)	(5)	(8) (José Rodrigues César)	RUA DO COMMERCIO
(Bernardo Augusto Rodrigues da Silva)		(10) Tito Correa de Mello	
		(Antonio Joaquim Carlos de Almeida)	
(José Rodrigues César)	(15)	(14)	
LARGO DE SÃO BENEDITO		RUA DA PEDREIRA	
(José Rodrigues César)	(15)	(Antonio Joaquim Carlos de Almeida)	
		((24))	
		((26))	
		((28))	
	((27))		
		((32))	
		((34)) (Antonio Ferreira da Silva Veiga Russo)	
	((35))	((36))	
		((38))	
	((45))	((46))	

1877 (2)

LARGO DE SÃO BENEDITO		RUA DE SANT'ANNA	
	((55-A))	(Manoel Theodoro de Aguiar)	RUA DO COMMERCIO
Dr. José Gonçalves da Rocha - Juiz Residência		(Antonio Joaquim Cardoso de Almeida)	
(José Rodrigues César)			
LARGO DE SÃO BENEDITO		RUA DA CADEIA	
	CADEIA		
LARGO DA SANTA CRUZ			
		(Domingos Soares de Barros)	
		52 COLÉGIO KNUPPEL	



CAPÍTULO XV

CHEGAM OS ESTRANGEIROS DE 1881 A 1890

No início dos anos 80 o comércio em Botucatu ficava aberto também à noite, e durante os sábados e domingos. Em Tietê, em 1881, os comerciários pedem à Câmara proibição de seu exercício após as três da tarde, nos domingos (22, 139). Aqui, o comércio à noite e aos domingos só é proibido em 1908.

Nesse ano de 1881 era Juiz de Direito o dr. Antonio Augusto Pereira de Mattos; delegado de polícia, João Pereira da Silva; oficiais de justiça, Calixto José de Almeida e seu suplente José Mendonça Delfino; presidente da Câmara, João Ferreira Prestes.

Muito embora já tivéssemos na vila, em 1856, André Simão Klein e, em 1862, o oficial de justiça Carlos Pedro Stein, só a partir de 1881 começam a proliferar sobrenomes diferentes como Plens, Bruhus, Strombek, Canel, Di Santi, Varoli, Vignati e outros. Era a grande migração de famílias européias para as Américas. O café vai sendo plantado e as primeiras famílias estrangeiras, principalmente italianas, vão-se instalando. Alguns sobrenomes são rapidamente aportuguesados: Di Santi passa a dos Santos, Gloor passa a Glória. Os sobrenomes portugueses mais comuns nas várias listas da época são, por ordem: Almeida, Pereira, Silva, Rodrigues, Amaral, Campos, Pires.

O dr. Bernardo Augusto Rodrigues da Silva, juntamente com Aleixo Varoli, Amando do Amaral Barros, Antonio Joaquim Cardoso de Almeida (depois cognominado Velho Cardoso), Manoel Theodoro de Aguiar e outros, em 6 de novembro de 1881, funda o Gabinete Literário, talvez o mais antigo clube recreativo de Botucatu (8). Houve um Manoel Theodoro de Aguiar que aqui já vivia em 1842, e também um homônimo que consta da lista de jurados de 1881, com a idade de 35 anos, talvez filho daquele mais velho. Ficamos sem saber qual deles participou dessa associação recreativa.

A Diretoria Geral de Obras Públicas da província, em 17 de dezembro desse ano, encarrega a Câmara de Botucatu da construção das pontes sobre os rios das Pedras, Novo e Pardo, na estrada "que dessa cidade vai à Villa do Rio Novo", podendo dispendir nas obras 2:000\$000.

A lista de cidadãos aptos para jurados, com 137 nomes, permite-nos algumas conclusões aproximadas quanto à distribuição de rendas, residência, profissões e faixas etárias da época.

Aparecem nessa lista 97 lavradores, 21 comerciantes, 4 empregados públicos (além de 3 professores públicos), 2 boticários, 2 advogados, 1 solicitador, 1 médico, 1 coletor e 5 artistas (artesãos). Portanto, 70,8% de lavradores e 15,3% de comerciantes. No geral, apenas 38 alistados residem na cidade (27,7%), o que nos dá uma idéia da maioria rural da população botucatuense nessa época.

56 lavradores apresentam renda anual de 300\$000 (mensal de 25\$000); 21, de 400\$ (mensal de 33\$340); 17, de 500\$ (41\$670); apenas 3 apresentam renda de 600\$, correspondentes a 50\$ mensais. São eles Antonio Augusto Martins, Amador Bueno Pinheiro de Mello (filho do capitão Tito) e José Rodrigues César, grande proprietário de casas e terrenos na cidade. A renda média dos lavradores é de 365\$980 anuais ou 30\$500 mensais. A renda dos comerciantes, assim como das outras categorias profissionais, aparece invariavelmente como de 600\$.

Assim, pudemos organizar quadros quanto à idade e à residência.

QUADRO 3 – IDADE:

IDADE	ALISTADOS	%
- 25	1	0.7
26-30	46	33.5
31-35	27	19.7
36-40	22	14.6
41-45	12	8.7
46-50	20	14.6
51-55	7	5.1
56-60	1	0.7
61-65	1	0.7

QUADRO 4 – RESIDÊNCIA:

PROFISSÃO	NA CIDADE	FORA DA CIDADE (distância em léguas; 1 légua = 6,6 km)											
		0,5	1,0	1,5	2,0	2,5	3,0	3,5	4,0	4,5	5,0	5,5	6,0
Lavradores	5	6	12	7	20	2	7		17	1	19		1
Comerciantes	16								5				
Empreg. Públic.	4												
Coletores	1												
Prof. Públicos	2								1				
Boticários	2												
Advogados	2												
Solicitadores	1												
Artistas	4												
Médicos	1												
TOTAL	38	6	12	7	20	2	7		24	1	19		1
	27,7%												

Assim, apenas 27,7% dos alistados moravam na cidade; quase todos os lavradores moravam na zona rural; havia um núcleo populacional a 4 léguas da cidade (26,4 km), possivelmente o Ribeirão Grande.

Excluindo lavradores e comerciantes, temos os seguintes nomes:

QUADRO 5:

PROFISSÕES	IDADE	RESIDÊNCIA
Empregados Públicos		
Amador Bueno da Ribeira	29	cidade
Hygino da Cunha Caldeira	50	cidade
José Tobias de Aguiar	35	cidade
Manoel Carlos Arantes	42	cidade
Professores Públicos		
Jeremias de Farias Sodré Filho	29	cidade
José Ildefonso de Carvalho e Silva	28	4 léguas
Manoel Theodoro de Aguiar	35	cidade
Coletor		
João Baptista da Cunha Caldeira	50	cidade

PROFISSÕES	IDADE	RESIDÊNCIA
Artistas (artesãos)		
Francisco de Paula Campos	28	cidade
Bonifacio José da Rocha	30	cidade
José Elias de Marins Aguiar	32	cidade
João Antunes Ribeiro Homem	30	4 léguas
José de Oliveira Camargo	36	cidade
Advogados		
Bernardo Augusto Rodrigues da Silva	50	cidade
Joaquim Fiuza	40	cidade
José Raymundo de Vasconcellos (solicitad.)	50	cidade
Boticários		
Antonio de Campos Negreiros	28	cidade
Martinho Morato da Conceição	28	cidade
Médico		
José Vicente Marcondes Romeiro	30	cidade

O governo provincial, em 23 de novembro de 1883, autoriza a Câmara de Botucatu a reformar a Ponte Alta, na estrada para Tatuí, liberando para isso verba de 85\$000. As estradas continuam sendo preocupação prioritária da Câmara, pois significam a única comunicação com o meio externo. Todo aquele que não obedece as instruções no sentido de abrir, manter ou melhorar estradas é rigorosamente multado. Joaquim Luiz da Costa e Joaquim Pereira da Silva, moradores no Bairro da Prata (atual Pratânia), pedem relevação das multas que lhes impôs a Câmara, alegando não terem comparecido ao trabalho comunitário de abertura de uma estrada nesse bairro, por estarem cuidando das esposas enfermas, e que, tão logo puderam, assumiram suas funções de ajuda. O inspetor da estrada, juntamente com o inspetor de quarteirão do bairro, confirma as declarações dos multados, que só assim conseguem relevação das multas: "Bairro da Prata 20 de Agosto de 1883. O Ispetor da referida estrada Joaquim Bernardo de Farias, espetor de quarterão da prata Joze, Pacheco, dô, Amaral". Interessante a ocorrência do costume antiquíssimo de assinar o nome entre vírgulas, fato que constatamos essa única vez, dentre centenas de documentos consultados.

E o preço de algumas mercadorias:

lata de querosene 7\$500, bocal para lampião 1\$200, cadeado grande de ferro 2\$, 1 dúzia de torcidos \$640, 1 boião grande de tinta 2\$500, 1 par de dobradiças \$500, 1 fechadura grande superior 2\$.

Em 1886 a região central da província assume a liderança na produção de café: 29%, contra 23% da Paulista, 22% da Mojiana e 20% do Vale do Paraíba, antes o maior produtor.

Nesse ano chega o padre Paschoal Ferrari, assumindo a paróquia, e aqui permanecendo até 1919. Logo que chega já lança a pedra fundamental da matriz (7), que no início do segundo lustre do século 20 passou a ser conhecida como "matriz velha", com os fundos para a atual avenida Dom Lúcio.

Francisco Fuzaro Vignati se estabelece na cidade em 1887, com loja de fazendas, armarinhos e ferragens, tornando-se logo um dos comerciantes mais conhecidos e procurados. O mais antigo título de naturalização brasileira, que conhecemos, aqui, é o seu, de 1889. A colônia italiana se fortalece, pois na cidade já havia as famílias Varoli, Di Santi e Ferrari, com várias outras se instalando na zona rural. Funda-se então, já em 1887, a Società Italiana di Beneficenza.

E novos comerciantes vão surgindo: Antonio Eugênio do Amaral, Antonio Ortiz do Amaral Cordeiro, Florêncio Pires de Almeida Mello, Fernando de Barros Gurgel, Francisco Pereira do Vale, Francisco Gonçalves do Nascimento, Francisco Braz da Cunha, Joaquim Rodrigues Cezar Netto, Joaquim Ignacio de Almeida, José Elias de Marins, José Pires de Camargo Rocha, José Cláudio Pereira, João Morato da Conceição, João Thomaz da Silva, Manoel Ferraz da Cunha e Paulo Thomaz da Silva.

Em 1888, no comércio pontificam a Casa Tourasse, a Chapelaria Raszl, com matriz em Piracicaba, os armazéns de Joaquim Rodrigues Franco e de Cardoso & Alfredo, as padarias Progresso e Italiana, esta de Antonio Durant & Irmão, os hotéis Areas, de Manoel Antonio de Souza Areas, e Levy, de Samuel Levy, também dentista prático. A Padaria Italiana vende "macarrão italiano" a \$500 o quilo. Muitos italianos e alemães vão-se instalando em Botucatu, considerada então uma das cidades mais promissoras da província.

Muito embora haja notícias de um jornal aqui existente já em 1876, só conseguimos informações precisas sobre um jornal iniciado em 1888, a "Gazeta de Botucatu", cujo nº 74 é de 11 de outubro desse ano.

De propriedade de Miguel Tocci & Cia., direção de Luiz Augusto Tavares, redação de José de Azurara, tinha tamanho pequeno, 4 páginas, com sessões curtas de humorismo, poesia, notícias, editais, anúncios, avisos. Preço: 10\$ anuais, 6\$ semestrais. Nesse mesmo ano aparece também "A Tribuna", que durou pouco. Dizia-se órgão republicano, noticioso. Propriedade de Euclides de Castro, José Campos e Horácio Mello, direção de Euclides.

Nesse ano de 1888 a Sorocabana chega a Antonio Monteiro, que então passa a chamar-se Victoria, saudando a grande conquista.

O Juiz Municipal, Ismael Morato de Carvalho, um dos colaboradores da "Gazeta de Botucatu", é substituído por Luiz Ayres de Almeida Freitas, em novembro. O escrivão é Antonio Augusto de Oliveira Cezar; o coletor provincial, Estevam de Barros. São professores da primeira cadeira pública Manoel Theodoro de Aguiar e Porphirio Galvão. O Juiz de Direito é Luiz de Camargo Mello.

Um passaporte italiano, fornecido na migração, continha os seguintes dados:

1. era concedido pelo rei Umberto I, da Itália, através do Ministério dos Negócios Exteriores (Affari Steri);
2. continha o nome do usuário, com sobrenome antes do prenome (Bergami Cesare);
3. destino (che recasi in America, Brasile, Santos ecc.);
4. demais membros da família, com respectivas idades (la moglie Orlandi Elisa d'anni 25 e figliolo Eligio d'anni 4);
5. nome da cidade expedidora e data (Ferrara il 22 Febbraio milleottocento ottantotto), com assinatura do prefeito (Il Prefetto Manfrini) ou do próprio ministro;
6. carimbo do ministério;
7. dados pessoais (connotati):
idade (età d'anni 30)
cabelos (capelli castani)
supercílios
olhos
barba
sinais particulares
(esses últimos ítems geralmente não eram preenchidos);
8. condições (condizione braciante);
9. naturalidade (nato a Francolino);

10. domicílio (domicilio Belforte de Chisuti - Macerata).

Em 1889 Francesco Fusaro Vinhati (o sobrenome já estava aportuguesado) é naturalizado brasileiro. Na década de 90 sucedem-se aceleradamente as naturalizações de italianos. A mais antiga que descobrimos é essa de Vinhati. De 1880 a 1889 entraram 183.979 italianos no Brasil.

Epidemia de varíola na cidade (1,143). Tanto esta como a anterior, da década de 60, foram depois definidas como casos de varicela. Aparece "O Correio de Botucatu", de propriedade de Avelino Carneiro. Deve ter cessado de circular antes de 1893, quando Avelino funda outro jornal, "O Botucatuense" (em 1901 aparece o "Correio de Botucatu", que nada teria a ver com seu homônimo).

Em 1890 são formadas as Comissões Censitárias no Estado de São Paulo. Botucatu apresenta então uma população de 20.000 pessoas, no município.

O novo governador republicano de São Paulo, Prudente José de Moraes Barros, piracicabano, dissolve as câmaras municipais, nomeando os 7 componentes de cada Conselho de Intendência, que as substitui.

O café, em franca produção em nossa região, era puxado a partir do Porto Martins, rio Tietê acima, para pontos mais próximos da capital e de Santos. Benedicto Pires de Almeida (22,134) diz que Claudino Fernandes Cruz (Nhô Claudino) tinha um vapor que fazia esse transporte, mas não define a época. A partir de 1888, do Porto Martins o café era levado a Victoria, para embarque na Sorocabana.

1885/88 (1)

LARGO DA MATRIZ		RUA DO COMERCIO	RUA DE SANT'ANNA	
(CARDOSO & ALFREDO) (Armazém. Ferragens. Louças) (Prédio de Joaquim Gonçalves da Fonseca)	5		8	(José Rodrigues César) PADARIA PROGRESSO (Tito Correa de Mello)
(Bernardo Augusto Rodrigues da Silva)	11		10	
(José Rodrigues César)	13		12	(Antonio Joaquim Cardoso de Almeida)
			14	
			RUA DA PEDREIRA	
(José Rodrigues César)	15		(Antonio Joaquim Cardoso de Almeida)	
			((24))	
			((26))	
			((28))	
HOTEL AREAS Onde atende o Dr. Ernesto de Lacerda	((27))		((32))	
			(CASA DO RUSSO - Russo & Veiga)	
			((34)) (Antonio Ferreira da Silva Veiga Russo)	
	((35))		((38))	
			30 RELOJOARIA TOURASSE Eugênio Tourasse	
	((45))		((46))	
			RUA DO BOTUCATU	

1885/88 (2)

<p>(José Rodrigues César)</p>	RUA DO COMERCIO	<p>((52)) (Manoel Theodom de Aguiar)</p> <p>(Antonio Joaquim Cardoso de Almeida)</p>
		RUA DA CADEIA
<p>LARGO DA SANTA CRUZ</p>	CADEIA	<p>50</p> <p>(Domingos Soares de Barros)</p> <p>52 ESCOLA AMERICANA</p>



Abertura da Estrada de Ferro Sorocabana-Ituana antes de 1888 – Botucatu



Riachuelo com Moraes Barros – C. 1888



RELOJOARIA
BIJOUTERIA E OPTICA

Grande e variado sortimento de joias com e sem brilhantes

RELOGIOS DE OURO PRATA E NICKEL DE TODAS AS QUALIDADES

CORRENTES DE OURO PRATA E PLAQUET DESPERTADORES. RELOGIOS DE PAREDE

Sortimento de ocullos e pinço-nóz, ocullos de alcance, Binoculos, microscopios, alcometros etc., etc.

Mais barato que em S. PAULO

N. B. officina de relojoeiro, os concertos são garantidos por um anno

EUGENIO TOURASSE

10 RUA DO RIACHUELO 10

BOTUCATU

CHAPELLARIA **RASZL**

CASA VILIAL A UMA BEM MONTADA FABRICA EM SOROCABA

10 RUA DO RIACHUELO 10

em frente ao Sr. CARDOSO

O proprietario deste novo estabelecimento, scientifica ao respeitavel publico desta cidade, que tem um variado sortimento de chapéus do mais elegante gosto

Chapéus duros para homens, ditos flexiveis de febre, Castor e nutria, etc natural, ditos de palha modernas para homem, senhoras, meninas e meninas.

Acceita-se chapéus para concertar e encomendas sob medida

Nesta casa tambem encontra-se um bem variado sortimento de roupas feitas

PREÇOS RESUMIDOS

BOTUCATU

S. PAULO. Botucatu - Quinta-feira. 11 de Outubro de 1888. S. PAULO

Gazeta de Botucatu

ASSINATURAS
 Anualidade 12000
 Semestral 6000
 Trimestral 3000
 Mensal 1000
 Retardada 1500
 Publicação mensal
 Preço de cada numero 1000
 Publicação mensal
 Preço de cada numero 1000
 Publicação mensal
 Preço de cada numero 1000

IMPERIO DO BRAZIL



TITULO DE ELEITOR N. 2

PROVINCIA DE *S. Paulo*

COMARCA DE *Tiracicaba*

MUNICIPIO DE *Tiracicaba*

PAROCHIA DE *Tiracicaba*

DISTRICTO

21 QUANTIDADE

Nome do eleitor

João Teixeira de Almeida Leite

Qualificação

Numero de ordem

Idade *maior de 21 annos*

No alistamento geral

Estado *casado*

No alistamento da revisão /

Profissão *Letrado*

Renda *Legal*

Instrução *Letra de escrever*

Firma

Data do alistamento

Antonio Ribeiro Leite

1888

DOMICILIO

Tiracicaba

Assinatura da portaria

Data e assinatura do Juiz de Direito

João Paulo Leite

Tiracicaba, 11 de Outubro de 1888
Antonio Ribeiro Leite

REPUBLICA FEDERAL
— DOS —
ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL


 Título de Diretor N.º 517

ESTADO DE S. PAULO

Comarca de São Paulo
 Município de São Manuel de Garças
 Distrito de São Manuel
 1.ª Quarteirão

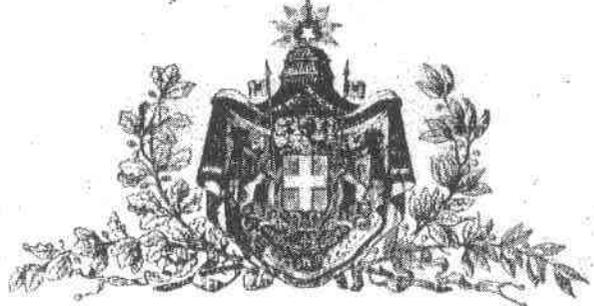
Nome do Eleitor

Trajano Carlos de Figueiredo Lupo

Qualificativos	N.º de ordem ou abastamento qual
Estado de São Paulo	
Município de São Manuel	215
Distrito de São Manuel	
1.ª Quarteirão	

Assinatura do Presidente do Intendente Municipal

Paulo de Faria de Sá


 IN NOME DI SUA MAESTÀ
UMBERTO I.
 PER GRAZIA DI DIO E PER VOLONTÀ DELLA NAZIONE
RE D'ITALIA

Il Ministro per gli Affari Esteri
prega le Autorità Civili e Militari di Sua Maestà
e delle Potenze amiche ed alleate di farne liberamente passare
il Sig. Trajano Carlos de Figueiredo Lupo che si
reca al Brasile.

N.º del Registro *117*
 N.º dell'Espresso *117*
 CONNOTATI
 Età anni *37*
 Stato civile _____
 Capelli _____
 Dignità _____
 Onori _____
 Titoli _____
 Rasse _____
 Mente _____
 Altre _____
 Segni particolari _____

Condizioni *Residente*
 Stato *Libero*
 al *Brasile* (pubblico) _____
 Domicilio *Brasile* e valido per un anno

Firma del latore *[Signature]*
 D'ordine del Ministro
 Al Capo del Ufficio dei Passaporti
[Signature]



LEITURAS

"Botucatu. D'esta procedencia escrevem-nos em data de 9 do corrente: Dr. redactor — Este mez entrou-nos com cortejo de delictos. No dia 1º Firmino de tal, morador na fazenda dos Morrinhos, foi à casa de Joaquim Leme cobrar 500 rs., e foi tam insultado pelo cobrador o devedor, que este disparou-lhe um tiro de espingarda, cravando-lhe 40 bagos de chumbo no peito. Firmino morreu pouco depois e Leme evadiu-se. — No dia 5 tivemos corridas de cavallos, em raia fora da cidade; o dia passava alegre e em paz até as 5 da tarde, quando foi surprehendida a população por um facto, que deu-se por mal organização da policia daqui. Quatro soldados perseguiram a Firmino, escravo de Gregorio de tal, da raia ao rancho em que estava alojado, e alli entraram sem haver voz de prisão, e sem mais preambulos precipitaram-se de reffe em punho sobre elle, dando-lhe pranchadas a torto e a direito, e n'essa luta Firmino deu uma facada no soldado Antonio Felix Rodrigues, que cahiu morto. Perguntamos agora: quem é o assassino, o escravo ou os soldados que o obrigaram a tal extremo, perseguindo-o de uma maneira atroz, não havendo para a prisão outro motivo mais que o ser um pobre escravo esfarrapado? É triste ver a policia aqui. Os habitantes temem mais as praças que trocam a farda pelo paletot para provocarem desordens. D'ahi a má fama que tem este povo. Dêm-lhe uma boa policia e verão. Firmino está preso, mutilado pelos soldados e não se procedeu n'elle e no soldado morto o corpo de delicto". Diário de Sorocaba, 14.12.1886.

* * *

"Realizou a troupe Moraes, no ultimo domingo, a funcção em beneficio das obras da nossa matriz nova. A concorrência foi pequena, mas os artistas que tomaram parte na funcção exhibiram os melhores dos seus trabalhos, especialmente a Didita Moraes. Esta gentil menina, no trabalho aero-volante, foi admiravel. Vimol-a fazer equilibrios que nunca víramos os mais famosos acrobatas executarem. Apesar de ter apenas os seus treze annos, já é uma artista consummada, a Didita Moraes. A troupe seguiu para a villa de São Manuel". Gazeta de Botucatu, 11.10.1888.

* * *

"Existe na fazenda do abaixo-assignado uma besta perdida, cor de pelo de rato tocado a vassã cabana, sem marca. Este animal esteve a quatro ou cinco meses nos campos do Sr. Guimarães. — Raphael de Moura". Gazeta de Botucatu, 11.10.1888.

* * *

"Façamos de conta que estamos no Botucatu de 1889, epoca em que os trilhos da Sorocabana se achavam até a estação de Victoria e ponto terminal de desembarque. Desse ponto, a viagem até esta cidade era feito a trolly, empreza do Candinho de Godoy, num percurso de 18 kilometros. Nesta cidade existiam muitas casas construidas de madeira e barro, e cobertas de sapé. Lembra-me ainda o incendio d'uma dellas occasionado por um rojão lançado quando se annunciava o começo do espectáculo de cavallinhos, — a que existia onde hoje se acha o predio do Lazaro Tavares da Silva. Hotel, só existia um — o do "Commercio", cujo proprietario era o nhô Lucas, justamente no antigo predio onde hoje se acha construido o da residencia de José Bonifacio de Arruda. O Theatro Santa Cruz consistia apenas na parte inferior do actual, sem assoalhos, sendo os assentos de platea de taboas pregadas nas extremidades, em quatro paus fincados no solo. Medico, o unico existente era o Dr. Costa Leite que tambem servia de ponto e director de scena nos espectaculos dados por amadores em beneficio da pobreza. A cadeia, uma casinha velha construida de madeira e barro, coberta de telhas comuns, no coração da cidade, isto é, bem no canto do Largo Santa Cruz, entre as ruas Riachuelo e Marechal Deodoro". Lindolpho Pires de Campos Mello, em artigo publicado em "A Cruzada", nº 9, de abril de 1930, página 19.

Observações: o prédio de Lázaro Tavares da Silva, "seu" Lazineho, fica na esquina da Cardoso de Almeida com a Vitoriano Villas Boas, à direita de quem desce esta última rua, na calçada de baixo. Devemos aqui ressaltar que em 1888 havia, comprovadamente, pelo menos dois hotéis em Botucatu: o Areas e o de Samuel Levy. Esse Hotel do Commercio, referido pelo articulista como o único da cidade em 1889, devia ter sido um desses

dois, tendo o outro encerrado suas atividades. Como o Areas aparece ainda durante algumas décadas, acreditamos que em 1889 já não existia o hotel de Samuel. Mas o Hotel Areas pertencia a Manoel Antonio de Souza Areas, e não a nhô Lucas. Está aí criado o impasse, mormente porque não conseguimos descobrir onde era a residência de José Bonifácio de Arruda em 1930. A localização do Hotel Areas está no esquema da rua do Commercio (nº 27), incluso neste capítulo.



CAPÍTULO XVI

A CIDADE SE URBANIZA - DE 1891 A 1895

A república traz uma tramitação mais ágil dos atos legislativos e administrativos. As indicações dos intendentes eram sumárias, em pequenos bilhetes que iam ter ao Procurador; este, depois de estudar sua propriedade legal e orçamentária, sugeria aos intendentes a forma mais apropriada do projeto. Isto muitas vezes se perfazia no mesmo dia:

"O Procurador da mesma Intendencia abaixo assignado, vem de conformidade com o disposto nos §§ 1 e 3 da Resolução de 26 de Abril do anno pfindo, pedir-vos seja arbitrado o imposto sobre fabrica de sabão, imposto que não consta da alludida Resolução. Saude e Fraternidade. Botucatu 2 de Abril de 1891. O Procurador, José do Amaral Barros";

"Indico que seja taxado o Imposto de 30:000 annual para as fabricas de sabão que montar n'esta Cidade. Salla da Intendencia de Botucatu 2 de Abril de 1891. Os Intendentes João Morato, Napoleão de Barros";

"Indico que se officie ao Dr. Governador do Estado pedindo uma verba de 400\$000 para reparos na cadeia da freguesia dos Remédios, pois ainda é aproveitavel, deixando então o governo de pagar aluguéis de uma casa que serve então de cadeia. João Morato da Conceição" (ignorava o intendente que no dia anterior a freguesia havia sido elevada a vila, constituindo-se pois em novo município);

"Indico que a Intendencia mande o Administrador informar qual a causa da diminuição do rendimento do Mercado".

E assim por diante, em rápidos e curtos bilhetes.

No dia 18 de abril de 1891 é nomeado pelo governo estadual um Conselho de Intendência provisório, para administração da nova vila de Nossa Senhora dos Remédios da Ponte do Tietê (Anhembí): Felício Rodrigues de Barros, Manoel Dias Pinheiro, João Baptista Buenó de Mattos, Antonio Cantillena, Antonio Henriques Correa. No dia 28 se instala a nova intendência, tendo como presidente Manoel Dias Pinheiro.

No dia 28 de março, em Botucatu, assumem a intendência Napoleão de Barros, Manoel Gomes Pinheiro Machado, João Morato da Conceição e Floriano Rodrigues Simões, em virtude da exoneração de João

Ribeiro de Carvalho Braga, Raphael Ferraz de Sampaio, Alberto de Araújo e Caetano da Cunha Caldeira, em 20 de março.

Nesse ano São Paulo teve três diferentes governadores: Jorge Tibiriçá, Américo Brasiliense e, no fim do ano, com a deposição de Américo, Bernardino de Campos. A cada mudança de governo estadual havia mudanças nas intendências municipais, pois a república ainda estava em sua fase revolucionária, autocrática, sem eleições diretas para presidente do país.

As intendências tinham muita dificuldade para organizar eleições fora de época, que aconteciam com a renúncia, impedimento ou morte dos deputados, estaduais ou federais. Tendo Rodolpho de Miranda, em 7 de abril, renunciado o mandato de membro do Congresso Nacional, designa-se o dia 15 de maio para a eleição do novo ocupante desse cargo. Mas no dia 28 de abril, outra renúncia, a de Luiz Pereira Barreto. É então marcada a data de 4 de junho para as eleições para as duas vagas. Tudo isso porque não havia ainda o sistema de suplências.

A Intendência de Botucatu define como de primeira categoria as seguintes firmas comerciais, em 7 de fevereiro: Antonio Joaquim Cardoso de Almeida, Antonio Ferreira da Silva Veiga, Amando de Barros & Cia., Nicolau Ciffoni, Joaquim Ignacio de Almeida, José Alberto da Silva Pereira, José Ignacio de Oliveira Lima, José Pinto da Fonseca, Miguel Cioffi, Antonio Cantillena (na Capella da Aparecida). E publica também a lista dos maiores comerciantes de secos e molhados: Antonio Michelucci, Emygdio Noschese, Luiz Mirabelli, Porphirio Julio do Nascimento, Joaquim Baptista de Souza, Manoel Joaquim Cardoso, Luiz Bellinetti, Aquilas Apelicci & Cia. Outros armazéns de secos e molhados são os de Fernando Catelli, Joaquim Antonio Pereira, Luiz Arantes de Campos Moraes e Jovencio Leme de Paula. Todos estes recebem de volta 10\$000, por cobrança inadequada de impostos sobre o exercício do comércio.

O Juiz Municipal Luiz Ayres de Almeida Freitas recebe a verba de 500\$, constante do orçamento, para o Lazareto dos Variolosos. A dona do prédio onde funcionava esse Lazareto, no dia 28 de janeiro, comunica à Intendência: "Levo ao vosso conhecimento que no dia 17 do corrente venceu o arrendamento de minha chacara para n'ella ser installado o Hospital de Varioloso, e tendo de receber a chave para passar para ella vós pesso mandar desinfecar a casa caiando e dando tinta nas portas, e conto certo que serei attendida. Saude e Fraternidade. Botucatu 22 de janeiro de 1891 .

... Mariana Honoria de S. José". Joaquim Antonio Oliveira fez a pintura e a caiação por 40\$000.

Novos italianos vão chegando: Mirabelli, Brandi, Liensi, Belliante, Guasselli e muitos outros.

Quanto aos preços das prestações de serviços, na época, temos vários documentos: Elias Mariano Barbosa recebe 189\$800 pela iluminação e custeio de 73 lampiões que clareiam a cidade: \$084 por lampião, por dia. Hypolito Cassiano dos Santos recebe 120\$ pelo "restante da inpleitada de roçadas para novo Cimiterio" (é o atual, que foi inaugurado em 1893). Arthur de Tal, 1\$, "de um cão ja putrificado que enterrou". "Recebi o conserto da ponte que segue para a Estação. 10\$" (ponte sobre o Tanquinho, na rua da Estação, hoje Floriano Peixoto). Antonio Vaz de Moraes recebe 16\$800 por 56 braças de cerca, para dividir o chiqueiro do matadouro (\$136 o metro). Francisco Arthur de Mello recebe 1\$ pelo "serviço feito no boeiro do Areas" (possivelmente no Hotel Areas, que era de esquina). Luiz Augusto do Amaral fornece 30 dúzias de lascas de guarantã para o Matadouro, por 51\$ (\$141 a lasca), José Francisco de Freitas as leva da estação para o matadouro, por 6\$. Francisco Egydio do Amaral, proprietário do prédio onde funcionava a Intendência, cobra 240\$ de aluguel referente ao 2º semestre de 1890 (40\$ mensais, equivalentes ao salário de um funcionário público ou à renda de um médio proprietário rural).

Durante esse ano de 1891, Botucatu teve três presidentes da Intendência: Raphael Ferraz de Sampaio, Dr. Cardoso de Almeida e José do Amaral Barros. Era um cargo equivalente ao de prefeito atual. Francisco da Conceição Santos era o fiscal, aliás dos mais atuantes, implacável na imposição e cobrança de multas e na fiscalização de serviços. O porteiro da Intendência era João Cassimiro Figueiredo, que vencia 25\$ mensais. O carcereiro era João Rabello de Carvalho, com 14\$ mensais. Antonio Vaz de Moraes era o zelador do Matadouro, com 15\$. José de Oliveira Camargo, Secretário da Intendência, com 66\$666 (800\$ anuais). Tabelião, A. Cezar. Luiz Ayres de Almeida Freitas, Juiz Municipal e de Órfãos. Honorato José Pereira, Juiz de Paz do Bom Jesus do Ribeirão Grande; um dos suplentes era Estellita de Toledo Ribas (do sexo masculino). O Ribeirão Grande era o distrito mais promissor do município de Botucatu, perto de onde fora a sede da fazenda dos jesuítas, na região do Santo Inácio. Depois decaiu muito, até desaparecer como núcleo populacional. O Juiz de Paz do distrito do Espírito Santo do Rio Pardo (Pardinho atual) era Francisco Manoel de França. Em Botucatu, o Delegado de Polícia era Napoleão de Barros,

substituído nesse mesmo ano por Raphael Augusto de Moura Campos. Francisco da Rocha Campos Bicudo era o Administrador do Mercado, com vencimentos de 50\$ mensais.

A comunicação do município com outros, principalmente os mais distantes, melhorara com relação aos primórdios, mas ainda deixava muito a desejar. Era preciso contratar-se cavaleiros experimentados para o transporte de informações a regiões de mais difícil acesso, pois os correios funcionavam em condições muito precárias. Francisco Antonio da Conceição recebe 50\$ pela entrega de ofícios aos presidentes das intendências de Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Bárbara do Rio Pardo, Espírito Santo do Turvo e São José dos Campos Novos, em casos de maior urgência, como a convocação ou o adiamento de eleições, tal como ocorrera nesse ano. Fermino de Campos Barros também recebe 50\$ por ter levado ofícios da Intendência para São Manoel do Paraíso, Lençóis e Fortaleza. Joaquim do Nascimento recebe 150\$ "por serviços no sertão, por ordem do Governo do Estado".

A ponte sobre o ribeirão Tanquinho, na rua da Estação, sofreu vários reparos. Luiz Augusto de Campos Mello recebe 5\$ pelo conserto "da ponte que segue para a Estação". O fiscal Conceição recebe 10\$ por gastos "na ponte para a Estação". O Largo do Rosário (atual Praça Carlos Gomes) ia até a rua do Riachuelo, e foi roçado e aplainado nesse ano:

3 dias de serviço de Antonio Romualdo com 1 carroça a 5\$	15\$000
3 dias de serviço de Ivo a 1\$500	4\$500
3 dias de serviço de Gabriel a 1\$500	3\$000

A intendência contrata os serviços da empreiteira de Joaquim Fernandes Barreiros para consertos, nivelamento e aformoseamento das ruas da cidade, mas dentro de pouco tempo o Procurador da Intendência, José do Amaral Barros, alegando prejuízos particulares, pede o embargo das obras que estavam sendo realizadas na rua do Curuzu. O Procurador tinha uma casa na esquina dessa rua com a Moraes Barros, e o empreiteiro estava fazendo subir o nível dessa mesma Curuzu, para sanear vários inconvenientes de fluxo de águas pluviais. Diz o Procurador Amaral, em seu pedido de embargo: "...sem sacrifício das propriedades dos particulares e com muito menos dispendio para os cofres da Intendencia, pode ser feito este serviço sem prejuizo de embelleseamento das ruas d'esta cidade, o que se consegue rebaixando-se parte da rua mais alta em ves de

elevantar-se a que está baixa como está acontecendo importando isto gravíssimo prejuizo aos proprietarios". E prossegue: "...ordenando ao empreiteiro que faça o nivellamento das ruas por quarteirões; se isto acontecer verificar-se há que seguindo o nivellamento da casa do abaixo assignado em diretriz as propriedades de Antonio Joaquim Cardoso de Almeida, Manoel Ferreira da Silva Veiga e D. Alexandrina, ficarão todos sem o menor damno ..." Essas propriedades ficavam na rua de cima, a Riachuelo. A Comissão de Obras Públicas da Intendência, indo ao local, dá seu veredito: "... tendo hido a Rua do Curuzu, Travessa Moraes Barros, onde se acha o predio de petionario... De accordo com o proprietario fica o cervisso seguindo o m.^{mo} nivellamento, na rua Curusu, fasendo a modificação som. na travessa Moraes Barros". Qual teria sido o resultado viário dessas salomônica decisão? Ninguém sabe.

Na continuação dessa mesma Moraes Barros, Manoel da Silva Veiga faz um açude no ribeirão Lavapés, o que provoca reclamações de várias pessoas, exigindo providências do expedito fiscal Francisco Conceição dos Santos. O açude é rapidamente desfeito.

Esse fiscal não teve sossego o ano todo. "Foi multado Luis Liense por ter galopado nas ruas desta cidade". "Foi multado ... Manoel Affonso de Mello por estar com seu negocio aberto depois do signal dado na Cadêa para fechamento das portas". "Tenho a honra de scientificar vos em relatorio no que dis respeito a minhas atribuições, o que o faço do modo seguinte: Intimei a Manoel da Silva Veiga para demolir seu muro na rua de Riachuelo por achar-se em ruina... Foram intimados todos que estão com madeiras em suas frentes para em breve retirarem para lugares onde não estorvem o transito publico...; estão os trabalhadores tratando das carpições...; cerca de oito ruas traveças desta cidade estão necessitando de reparos nos lados laterais existem vallas que podem sobre ellas haver qlqr. desastre; a lluminação forão regularmente; o matadouro para abatimento dos porcos ainda não está concluído por falta de madeira". Mas tudo foi desempenhado a contento, não escapando nada à aguçada atenção do fiscal.

O governo estadual pede à Intendência de Botucatu que verifique se Manoel Correa de Oliveira e José Felisberto Machado, contratantes do serviço de passagens na balsa do rio Tietê, em Remédios, removeram, sem prévia autorização, a balsa para 1,5 km mais longe do porto. Se tal aconteceu, A Intendência deve verificar as consequências e dar a melhor solução ao caso. Tal pedido é feito no dia 15 de abril, justamente o dia em que os Remédios passam a vila (Anhembí), constituindo-se em sede de

novo município. O intendente João Morato Conceição dá a resposta logo no dia seguinte: "Indico que se officie ao Dr. Director de Obras Publicas por intermedio do Dr. Governador do Estado para este ordenar a M^{el} Correa de Oliveira a fazer voltar no antigo porto que a m^a de 40 annos serve para a Estrada q d'esta Cidade segue a Piracicaba a Balsa, e cabo de arame pertencente ao Governo, e tambem scientificar que esta mudança só mal tem acarretado ao transito publico e assim disviando os andantes d'este porto, dando preferencia ao Porto de Lenções, porque a mudança augmentou 1 1/2 kilometro, e no tempo das aguas ficão as margens todas allagadas, e d'ahi provindo febres de mau character. E ao mesmo tempo que fassa ver ao Governador que o assignado enviado pelos moradores d'aquella Freguesia n'este sentido é muito justo, e a mudança pedida é de inteira justiça. Botucatu 16 de abril de 1891. João Morato da Conceição". Só que os Remédios não eram mais freguesia, desde o dia anterior.

O mesmo intendente, Conceição, no mesmo dia 16, indica que se peça ao governo estadual uma verba de 4:500\$000 para "a factura da Estrada que d'esta Cidade vai a Freguesia dos Remedios the o Ribeirão do Moquem divisa esta com o termo de Piracicaba, e passando esta Estrada pela Estação do Alambary, e d'ahi seguindo a Esquerda da antiga estrada the sahir na freguesia dos Remedios, entendendo, q com esta mudança incurrira de Alambary a Remedio cerca de 1 legua".

Para se ter uma idéia das receitas e despesas da época, apresentamos abaixo o orçamento da Intendência, aprovado em 18 de março desse ano de 1891.

QUADRO 5

Saldo existente nos cofres da Intendencia em 31/dez/1890	5.103\$666
Cobrança activa	3:450\$000
Imposto de café	5:200\$000
Imposto sobre Casas de negocios	3:707\$500
Rendimento do matadouro	1:300\$000
Imposto de açougue e abatimento de porcos	1:250\$000
Imposto predial	1:100\$000
Imposto sobre terrenos urbanos	1:311\$000
Imposto sobre vehiculos	825\$000
Hoteis, bilhares, botequins etc	750\$500
Officinas	737\$500
Machinismos	720\$000
Rendimento do Mercado	800\$000
Profissões	680\$000
Aguardente e Engenhos	509\$000
Negociantes de Café e Casas de Comissão	450\$000
Multas	500\$000
Estações de estrada de ferro	220\$000
Joalheiros Ourivezarias e relojoeiro	160\$000
Pastos	150\$000
Espetaculos	150\$000
Mascates, bilheteiros e outros negociantes ambulantes	255\$500
Aferição de pesos e medidas	320\$000
Fabricas	350\$000
Somma Rs	29:999\$166
Diferença de	\$834
	<u>30:000\$000</u>
Despesas	
Porcentagem ao Procurador	2:714\$000
Gratificação do Fiscal	1:000\$000
Gratificação do Secretario	800\$000
Gratificação do Administrador do mercado	600\$000
Gratificação do Porteiro	300\$000
Gratificação do Zelador do matadouro	180\$000
Porcentagem do aferidor	128\$000

Gratificação do fiscal dos Remédios	200\$000
Gratificação do fiscal da Aparecida	200\$000
Meias custas e despesas judiciais	500\$000
Expediente	500\$000
Iluminação publica	3:000\$000
Expedientes eleitoraes	200\$000
Agua limpesas e luz na Cadêa	200\$000
Auxilio de lasareto de Variolosos	500\$000
Eventuaes	500\$000
Obras publicas	18:478\$000
	30:000\$000

Em 1892 Botucatu já conta com grande quantidade de artesãos, então chamados artistas, como marceneiros, carpinteiros, serralheiros, ferreiros, latoeiros, sapateiros, seleiros etc. Mariano José de Oliveira, português, Jorge da Silva Braga e Joaquim Mendes Coimbra, portugueses naturalizados brasileiros. E os descendentes de portugueses: Saturnino Amancio da Silva, Tertuliano Alves de Camargo, Amador Theodoro Paraiso, Vicente Garcia de Freitas, Francisco Dutra de Oliveira, José Maria de Oliveira, Joaquim Innocencio da Silva, Julio de Almeida Toledo (filho de Manoel de Almeida Toledo, um dos mais antigos moradores de Botucatu), Vicente Pessoa Alexandre, sendo este último "serrilheiro". Os italianos artesãos já são também numerosos, buscando rapidamente a naturalização brasileira: Davidi Guilar, Davi Campitelli, Antonio Milanese, Domenico Ballarin, Julio Tognozzi (já aportuguesado Tonhozi), José Florenzano, Vicente Perri. Tais artesãos pagavam geralmente imposto municipal de 10\$ por semestre, mas com aumentos proporcionais a suas rendas.

Alguns comerciantes: Aurélio Correa de Toledo, Alberto José da Silva Pereira, Fernando José Perpétuo, Júlio Xavier da Silva, Valério Rodrigues de Souza, José Maria Pinto de Mesquita, Antonio Antunes de Almeida Sobrinho, Victor Pinto Gonçalves. E os italianos começavam a abrir suas casas de comércio, principalmente na rua da Estação (Floriano Peixoto), na Curuzu e na parte mais avançada da Riachuelo, nas bandas do Lavapés: Cesari Berghami, Francisco de Paula Gallucci, Nicolao Ciffoni, José Tardi, Vicente Menegueso, Costabile Gallucci, Alberto Lasagna, José Scarpelli. Ciffoni, Scarpelli e Francisco Galluci ainda não estavam naturalizados. Os alemães Henrique Gieseler e Rodolpho Bauer, grandes amigos, tinham vindo de Joinville três anos antes. Victor Atti viera dos

Remédios (Anhembí). Alfredo Augusto Rodil, comerciante, português naturalizado brasileiro. Entre os italianos temos notícia também de Martinho Provenza, com loja de móveis e marcenaria, e Angelo Rafagnelli, pedreiro.

Vários sítios e fazendas aparecem em documentos da época. Nomeamos aqui algumas famílias proprietárias: Braz da Cunha, Prado, Arruda Leite, Correa de Moraes, Antunes de Souza, Arruda, Campos Bicudo, Rodrigues Cassimiro, Pupo, Campos Matta, Borges de Carvalho, Cunha Caldeira, Almeida, Gomes de Moraes, Silva, Souza Nogueira, Quevedo, Pedroso de Lima e muitas outras.

Advogados: Raphael Sampaio, Aureliano da Nóbrega Vasconcellos, João Baptista Porto Moretz-Sohn. O Procurador da Intendência é A. de Azevedo. Carlos Alberto da Silva Pereira é um dos farmacêuticos. Jarbas Tupinambá de Mattos Guayannás é o Promotor Público. João Ribeiro de Carvalho Braga é o Pastor da Igreja Presbiteriana. Delegado de Polícia, Raphael Augusto de Moura Campos.

Nesse ano de 1892 se forma a Comissão Eleitoral, que tem muito trabalho, pois os estrangeiros buscam rapidamente suas naturalizações para poderem alistar-se como eleitores, atingindo a plena cidadania brasileira. Têm de provar ter 21 anos ou mais, filiação (certidão de nascimento ou de batismo), residência no distrito. As fórmulas de requerimento passavam de mão em mão, até atingirem formas quase incompreensíveis. A forma inicial era assim:

Ilmo Sr.

Presidente e demais Membros da Comissão Eleitoral da 1ª Secção.

Fulano de Tal, de 21 annos de idade, filho de Sicrano de Tal, naturalizado brasileiro pela Lei da Grande Naturalização, casado, negociante, residente neste Municipio, vem requerer a sua inclusão nas listas de eleitores desta cidade, conforme prova com documentos juntos.

Assim, Pede Deferimento

Botucatu, de de 1892.

Mas culminava, passando de mão em mão, num jeito como este:

Ilmo. Sn Sm

Presidete il mais mempra da com eleitor da i seso

Cesari Berghami de 26 ans de idade fililio Antonio Berghami naturisado brasileira pela lei de ghrand naturalizasõ chasado neghoziante residente neste Munizipio vei recherir a sua incluso na listas dos eleitor dessta sitade chonforma prova chon dameta asi pede deferimento.

Botucatu 4 de novebre d 1892.

Cesari Berghami.

No dia 2 de julho de 1893 sai o primeiro número de "O Botucatuense", dirigido por Avelino Carneiro.



Em 1894 Seraphim Blasi funda a tenda de ferreiro e fábrica de máquinas que iriam ganhar renome nacional alguns anos depois, com a fabricação de máquinas de benefício de café. Nesse ano inaugura-se o novo Gabinete de Leitura, substituindo o antigo, de 1881. São fundadores Manoel Theodoro de Aguiar, Amândo de Barros, Luiz Ayres de Almeida Freitas, Armindo Cardoso, Luiz Augusto Tavares e outros (7). Mrs. Annie Henderson, diretora da Escola Botucatuense durante vários anos, se aposenta. Faleceu nos Estados Unidos em abril de 1910.

Em 1895 o Gabinete de Leitura faz uma dotação de 7:000\$ para a construção do novo Theatro Santa Cruz, em benefício da Misericórdia, reservando-se ao Gabinete o usufruto por tempo indeterminado do teatro (8). O prédio de então era um casarão térreo, de taipa, já em más condições de conservação. Pela descrição feita por Lindolpho Pires de Campos Mello,

na seção "Leituras" do capítulo anterior, podemos ver como eram precárias as condições do velho teatro.

Receita da Câmara Municipal em 1895.

QUADRO 6

Imposto de Industrias e Profissões	55:000\$000
Ídem sobre Café	5:500\$000
Ídem Predial	7:000\$000
Ídem Cemiterio Municipal	2:000\$000
Ídem Mercado	4:000\$000
Ídem Matadouro	7:000\$000
Ídem Fundo Escolar	1:000\$000
Ídem Mulatas	500\$000
Ídem Fazendas de criar	700\$000
Ídem Metragem	5:000\$000
Ídem Companhia Sorocabana	600\$000
Ídem Eventuaes	2:500\$000
Ídem Administradores	500\$000
Devidas activas	7:000\$000
Auxilio do Governo ao Lazareto	5:000\$000
Aferição	2:000\$000
	105:500\$000

Em 1893 Zalina Rolim publica "O Coração", livro de poemas, logo consagrado em todo o país. Zalina nasceu em Botucatu, no dia 20 de julho de 1869, época em que seu pai aqui exercia o cargo de Juíz Municipal. Era ele o dr. José Rolim de Oliveira Ayres, de família de Itapetininga, casado com Maria Cândida do Amaral Gurgel. Zalina aqui viveu apenas seus primeiros anos de vida, mudando-se então para Faxina, atual Itapeva. Acompanhando o pai, morou em Araraquara, São Roque e Itu. Em 1897 publica "Livro das Crianças", também de versos, mas num estilo próprio para a compreensão infantil. Em 1903 publica "Livro da Saudade". Testemunhos sobre a sua poesia:

Arthur Azevedo: "E o amor, digamos, é a nota mais característica, mais sincera e mais vibrante deste surpreendente livrinho" (referia-se a "O Coração").

Olavo Bilac: "O título explica o livro e o livro justifica o título. Zalina Rolim abriu em versos o seu próprio coração, neste livro puro, honestamente sentido, honestamente executado, feito para cantar o amor, a natureza, a família, extirpado de desalentos, de pessimismos, de azedumes, com um perfume de alma boa, educada para a arte e para o bem, resignada diante dos sentimentos, compassiva diante dos fracços, generosa e complacente diante dos maus. De par com isso, não há nos seus versos essa banalidade das poesias de família, nem essa imperfeição de estro titubeante e incolor que estamos habituados a encontrar em livros de moças. Não é um livro vulgar de senhora inteligente, este. É o livro de um poeta acabado, para quem a maneira difícil do estilo moderno já não tem segredos".

Vicente de Carvalho: "A nossa geração tem a honra de contar em seu seio uma farta coleção de cultores do Metro e da Rima; nesta coleção se destacam luminosamente dois nomes de mulher: D. Zalina Rolim e D. Francisca Júlia. A primeira escreveu "Coração", um livro de versos líricos cheios de espontaneidade e doçura. Faz parte desse volume o soneto "Pomba ferida", que é quase célebre, e que revelou a poetisa ao público, logo que foi publicado e de todos os lados transcrito em jornais. Esse soneto, pela delicadeza do pensamento, que uma forma simples e encantadora veste admiravelmente é uma verdadeira jóia, e resume as qualidades da autora".

Tais informações foram tiradas do livro "Zalina Rolim", de Arruda Dantas, Editora Pannartz, São Paulo, 1983.

Damos abaixo, na seção "leituras", dois dos mais celebrados sonetos da poetisa botucatuense.

LEITURAS

CAMPESTRE

Longe da estrada, à beira do riacho,
Que molha os pés relvosos da colina,
Vejo-lhe o teto enegrecido e baixo
E a cancelinha baixa e pequenina;

Da chaminé destaca-se um penacho
De fumo branco ... Levemente inclina
As verdes palmas sobre o loiro cacho
Do coqueiro frondoso, – a aragem fina.

Faisca o sol. Do terreirinho à frente
Galinhas, patos, debicando o milho,
Batem as asas preguiçosamente.

Nem um rumor de pássaros palpita.
E a roceirinha adormecendo o filho
Canta lá dentro uma canção bonita...

✱ ✱ ✱

POMBA FERIDA

Ela veio cair trêmula, exangue,
Junto a um craveiro aberto em rubras flores;
Tinha entre as penas úmidas de sangue
Das pétalas do cravo as rubras cores.

O moribundo olhar enevoado,
Toda a tremer de inquietação, volvia
Para os beirais fronteiros do telhado,
Donde queixoso pipilar partia...

Batendo as asas, arquejante, ansiado,
Rápido chega, exausto, alucinado,
O companheiro que o lamento ouvira:

E a pobre que a esperá-lo à dor resiste,
Soergue, ao vê-lo, a cabecinha triste
E as brancas asas agitando expira...

1891/95 (1)

LARGO DA MATRIZ VELHA

Joaquim Gonçalves da Fonseca Estevam Ferrari. 1895	7
Estevam Ferrari. 1895	9
Dr. Bernardo Augusto Rodrigues da Silva Dr. Leôncio Rodrigues da Silva. 1895	11
José Rodrigues Cesar J.R. Cesar. Herança. 1895 CHAPELARIA RASZL	13

José Rodrigues Cesar Antonio Joaquim Cardoso de Almeida. 1895	((19))
José Rodrigues Cesar. Herança. 1895	((21))
José Francisco Correa da Silva	((23))

Manoel Antonio de Souza Areas HOTEL AREAS	((27))
Zoé Prestes ADOLPHO RIBEIRO DA SILVA. PHARMACIA 1894	((29))
Antonio Barros Filho	((31))
Napoléon Carvalho Barros	((33))

Francisco Egecio do Amaral. João Servi. 1895 CASA AVANESA. ARMAZEM. 1895	((35))
José de Oliveira Camargo I.O. CAMARGO. SELLARIA. 1893	((37))
Dr. Alexandre Ribeiro da Silva SALVADOR BENEDICTO DA SILVA. 1894	((39))
SELLARIA	((41))
Maria Joaquina Cheque	((43))
José Rodrigues Franco	((45))

RUA DO BOTUCATU - 1891

RUA DE SANT'ANNA

8	PADARIA PROGRESSO José Rodrigues Cesar LOURENÇO & CIA. MOLHADOS. 1893
10	Tito Correa de Mello
12	Antonio Joaquim Cardoso de Almeida CARDOSO & IRMÃO & BARROS. 1893 CARDOSO & IRMÃOS. 1895
14	Antonio Joaquim Cardoso de Almeida DR. CARDOSO DE ALMEIDA. ADVOGADO. 1895

RUA DA PEDREIRA

((20))	Antonio Joaquim C. de Almeida
((26))	GUSTAVO DELMANTO & IRMÃO CALÇADOS ANTONIO MICHELUCCI MOLHADOS. 1893 GIUSEPPE MICHELUCCI. 1894 Napoléon Carvalho Barros
((28))	Antonio Cardoso do Amaral. 1895

((30-B))	Braz Bernardo da Cunha Rita da Conceição Cunha. 1895
((32))	VEIGA & MELLO. TECIDOS. 1893 MACHINA DE BENEFICIAR. 1893 A.F.S. Veiga OLARIA. MOINHO. A. F. S. Veiga. 1894
((34))	Antonio Ferreira da Silva Veiga

((36))	Antonio Carvalho Barros CARROÇA DE FRETE. A. C. Barros. 1893
((38))	Lucio Carvalho Barros
((40))	Dr. Alexandre Ribeiro da Silva
30	RELOJOARIA TOURASSE EUGENIO TOURASSE AMANDO DE BARROS. TECIDOS. 1893
30-A	PHARMACIA ITALO-BRAZILEIRA. J. ROSSI
((46))	Theophilo de Barros Leite

RUA 25 DE MARÇO - 1892

1891/95 (2)

RUA DO BOTUCATU. 1891	RUA 25 DE MARÇO. 1892
Antonio José Oliveira Maria Rosa Oliveira. 1895 ((47)) José Scarpelli. SCARPELLI & GUIDO MOLHADOS. 1893 ((49)) José Scarpelli. 1895	((48)) Antonio de Carvalho Barros Francisca Gonçalves. 1893 ((50)) Juvêncio Lemes de Paula. 1895 ((52)) Manoel Theodoro de Aguiar
José Rodrigues Cesar. Herança. ((53)) Vicente Brandi ((55))	((56)) Antonio Joaquim Cardoso de Almeida ((58)) Antonio J. Cardoso de Almeida ((62)) Amado de Barros. 1895 ((64)) José Pires de Campso ARNAUD PAULINO PIRES. PHARMACIA. 1893 ((66)) José Martiniano Fonseca Lima Estevam Ferrari. 1895
José Rodrigues Cesar J.R. Cesar. Herança. 1895 ((61))	
	RUA MARECHAL DEODORO
CADEIA. 1891. CORREIOS. 1892.	((70)) Miguel Cioffi Miguel Cioffi Mais 1 n°, do ((72)) ao ((80)). 1893 Mais 3 n°, do ((72)) ao ((80)). 1895
LARGO DA SANTA CRUZ	50
Joaquim Ignacio de Almeida ((63)) COMPRADOR DE CAFÉ.	
	RUA DO COLLEGIO
José Claudio Pereira ((65)) J. C. PEREIRA. MOLHADOS. 1893	((86)) João Claudio Pereira
Floriano Rodrigues Simões Tertuliano Alves de Camargo. 1895 ((67))	((88)) José de Marins Silveira SELLARIA. 1893
Residência do Tabelião Favares 53 LUIZ AUGUSTO TAVARES. TABELIÃO	((90)) Fernando Perpetuo. José Tilly. 1895 ((92)) João Thomaz de Almeida J.T. DE ALMEIDA. PHOTOGRAPHIA. 1893
José Rodrigues Cesar ((73)) J.R. Cesar. Herança. 1895	((96)) Alberto José da Silva Pereira A.I.S. PEREIRA. TECIDOS. 1893
Delphina Antonio da Silva ((77))	
	RUA INDEPENDENCIA

1891/95 (3)

RUA DA INDEPENDENCIA	
Jacob Petry ((77-A)) José Manoel de Arruda Campos ((81)) 1894	((98)) Adelino Martins ((100)) Joaquim Floriano Leite Junior. Jorge Alves Pinheiro. 1894 ((106)) Francisco de Paula Galluci ARMAZÉM DE MOLHADOS. PADARIA 1893 2 CARRINHOS DE PÃO. CARROCEIRO 1893 ((112)) Felipe Di Santi (dos Santos) ARMAZÉM DE MOLHADOS CARRO DE CERVEJA. 1893 BEBIDAS NACIONAES. 1894
	RUA GENERAL GLICERIO
Francisco Bueno do Amaral ((83)) Anna Thereza da Silva CARROÇA PARTICULAR. 1893 (talvez o n° correto seja o 93)	((116)) Francisco Fusaro Vignati ((118)) Floriano Rodrigues Simões ((124)) Antonio de Carvalho Barros ((126)) Zacharias de tal
Francisco Pinto Gouveia Almeida ((87))	
	RUA CESARIO MOTTA
	((128)) José Ignacio de Oliveira Lima LOJA DE FAZENDAS. 1893 ((130)) Jordão Pompeu de Almeida NATALE BUCHIGNANI OFFICINA DE CARROÇAS. 1893
	RUA VISCONDE DO RIO BRANCO. 1895
LARGO DO ROSARIO	((132)) Bento Dias Ferraz do Amaral ((134)) Joaquim Custodio de Brito
Francisco da Rocha Campos Bicudo Brigida Bicudo. 1895 Antonio Pires Correa. 1895	

1891/95 (4)

João Antonio Cardoso ((91))
José Paes de Almeida. 1895

Anna Thereza da Silva. 1894. ((93))
((95))

Lauro Maria Barreiros ((97))

Francisco Siciliano ((99))

Antonio Ferreira da Silva Veiga Russo ((101))

Antonio José Teixeira ((107))

Miguel Rodrigues Ribeiro ((113))

João Saldanha ((115))
JUVENCIO LEMES DE PAULA.
AÇOUGUE. 1893

João Baptista ((121))

João Baptista Cunha Caldeira ((123))
Francisco Milanesi. 1894

RUA VISCONDE DE PARNAÍBA

((136)) Joaquim do Nascimento. 1894

((138)) Beniamino Cichini. 1894

((140)) Francisco Pinheiro da Silva

((142)) Manoel Joaquim Cardoso

((144)) Estevam Ferrari

((146)) Anna Henriqueta Perpetua

((148)) Generoso Italiano

Joaquim Ignacio de Almeida

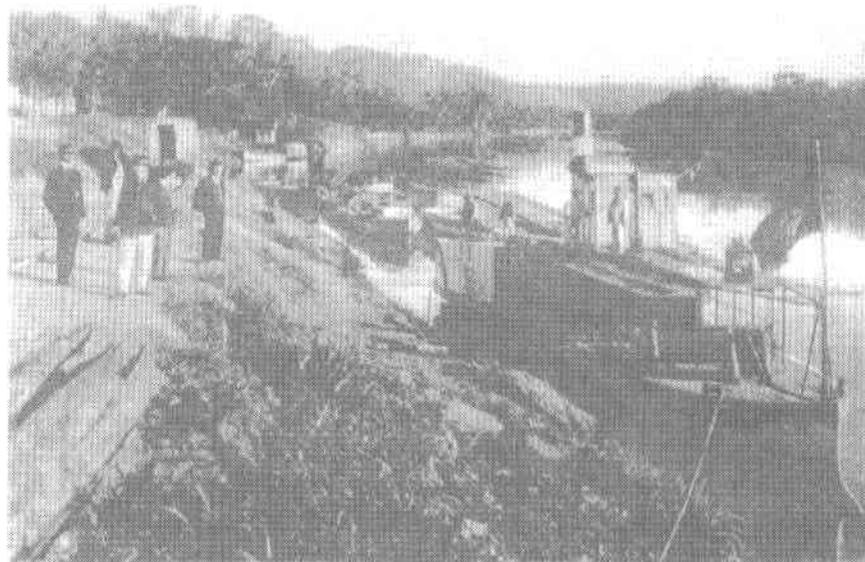
((150)) José Ignacio de Almeida
COMPRADOR DE CAFÉ

NOS QUARTEIRÕES SEGUINTE TÍNHAMOS:

- 127 - Bálbina da Cruz
- 131 - José Benedito Pedreiro
- 135 - Antonio Paes de Almeida Jr.
- 139 - Francisco Antonio da Trindade
- 139-A - Idem
- 157 - Alexandrino Tecchio
- 162 - Angelo Falcone
- 168 - José Vieira



O PORTO MARTINS EM 1894



CAPÍTULO XVII

EXPANSÃO ECONÔMICA – 1896 E 1897

A Intendência, em 1896, inicia a arborização do Largo da Matriz Nova, na área correspondente ao atual jardim da catedral. Júlio Tognozzi pega de empreita o conserto e melhoramento das ruas, começando em maio a trabalhar na General Telles, Áurea, Moraes Barros, Dr. Ritt e 25 de Março. No fim do mês já estão concluídos os serviços de assentamentos de guias e sarjetas da Dr. Ritt, 25 de Março e parte da Áurea. Tognozzi recebe o pagamento em duas parcelas: 485\$300 e 5:191\$750.

Em julho o intendente municipal, Napoleão de Barros, inaugura o Chafariz, “proximo à ponte que unê a cidade ao Bairro Alto”. No seu relatório de fim de ano, diz ele: “Esta cidade dispõe de mais um chafariz actualmente o que deve a generosidade do preclaro cidadão Antonio Ferreira da Silva Veiga, que teve a gentileza de ceder ao publico uma parte do terreno situado na ladeira que vai ter ao Bairro Alto e onde foi descoberta a vasante d’agua que hoje abastece essa cidade. A agua foi canalizada pelo Sr. Joaquim Barreiro, a quem foi paga a quantia de 450\$000, sendo os demais serviços concluidos pelo habil pedreiro Julio Tonhozi a quem foi paga a quantia de 300\$000”.

São gastos 856\$580 na arborização do Largo da Cadeia (parte baixa do Largo de Santa Cruz, atual Bosque). Diz então Napoleão de Barros: “Esta cidade ressentia-se da grande falta de um largo arborizado”. E quanto à cadeia: “Estando assaz damnificado o telhado desse edificio, conforme não ignoram os Srs. vereadores, e sendo preciso de serviços urgentes, contratei os mesmos por 400\$000 com o pedreiro Joaquim Fabiano ... Na sala da procuradoria foi tambem preciso fazer-se pequenos serviços pelo marceneiro Rodolpho Bauer”. As árvores mais velhas do Bosque, como as caneleiras e os andá-açus (que dão grandes bolotas), são, portanto, de 1896; as mais novas, como os plátanos, são de 1907.

Napoleão de Barros, recebendo uma representação de uma pessoa do povo, encarregou a Intendência de fazer o sepultamento do arquiteto Francisco B. Soler, gratuitamente, na área reservada a sepulturas perpétuas, “... significando este meu acto uma homenagem modesta e muito sincera tributada pela municipalidade à memoria daquelle que, com

o maior brilhantismo e saptisfação geral, soube dirigir os serviços municipaes”. Soler participara ativamente, nos anos anteriores, das várias e profundas reformas viárias feitas na cidade.

Quanto ao comércio, a Casa Carneiro, de Avelino Carneiro, diretor de “O Botucatuense”, passa da Curuzu para a Riachuelo, nº 80-A (ver esquema da Riachuelo no fim deste capítulo); abre-se em 1º de agosto a nova loja de calçados de Gustavo Delmanto & Irmão, na Riachuelo nº 26. Na Curuzu, nº 3, Henrique Gieseler & Irmão, sucessores de Bauer & Gieseler, defronte Manoel Paranista; Leonardo Yancey Jones, dentista, no nº 12, junto ao Cartório do Tabelião Cunha Mello (os dois passaram depois para a Riachuelo); o Collegio Sant’Anna, que se transferiu de Rio Claro para cá, dirigido pela professora Antonia Cunha, começou a funcionar no nº 20; descendo a rua, vários estabelecimentos comerciais, entre eles a Sellaria Esperança, de Toribio Vaz de Almeida.

Na Rangel Pestana (rua do Sapo) morava o dr. Francesco Portella, formado em engenharia civil pela Real Escola Politécnica de Napóles. Na Cesário Alvim, Antonio Bertani, no nº 1; defronte o Teatro Santa Cruz, o Hotel Brazil, de Maria Antonia do Espirito Santo; Joaquim Diniz Costa Guimarães, agrimensor, quase na esquina do Largo do Rosário, pegado a Raphael F. de Sampaio, advogado. A olaria de Vittor Atti era defronte a Estação, e o barro era tirado ali mesmo naquela baixada, mas “...devido o grande dispendio de dinheiro com a alta do milho e da alfafa, elevam-se os preços dos tijolos a 55\$000 o milheiro, posto na obra”, pois a olaria era tocada a muares.

Outros estabelecimentos, sem determinação de endereço: Casa Pucinelli, de Luigi Pucinelli, Archibald Kinnear, com máquina de beneficiar café, Samuel Levy, no ramo de bebidas, Casa Bauer, Antunes & Filhos, Raphael Mascaro & Cia., Joaquim Rodrigues Cesar, com torrefação e moagem de café. Na Estação do Alambari (Piapara), João Morato da Conceição, com corretagem e comércio; dentre suas ofertas, uma olaria e sítio junto ao Morro do Capão Bonito (Rubião Júnior), “de onde parte a nova linha para São Manoel e Agudos”. A fazenda Monte Alegre possui uma moderna serreria, muito procurada. O engenheiro Alberto Saladino, aproveitando o auge do café, oferece os serviços de familias de colonos imigrantes para a lavoura.

Nesse ano de 96 são lavradas 140 escrituras de compra e venda de imóveis, na Comarca, só no primeiro semestre, no valor de 513:992\$455. Organiza-se no município o Clube dos Lavradores, para defesa dos interesses

da classe. As fazendas e sítios alcançam alto preço em virtude do cultivo progressivo do café.

Quanto às estatísticas sociais, tivemos, de abril a maio, 82 óbitos (18 homens, 15 mulheres, 26 crianças do sexo masculino e 23 do feminino; portanto, uma mortalidade infantil muito alta); 72 nascimentos masculinos, 92 femininos; 29 casamentos.

Em junho, procissão de São Benedito, "por promessa de uma respeitável senhora", saindo da Igreja do Rosário para a do Sagrado Coração de Jesus. E "... estiveram bastante animadas as festas de São João e, como nos annos anteriores, foi queimada grande quantidade de fogos, sobressaindo os balões com fogos de vista que fizeram as delicias dos apreciadores". Em agosto, grandes festejos de Nossa Senhora da Conceição, no Espírito Santo do Rio Pardo. Em setembro, no dia 6, começam os festejos do Divino Espírito Santo (ver cartaz abaixo). Era uma das tradições da cidade.



Festa do Divino Espírito Santo

No dia 6 de setembro em 2 horas da manhã, partirão de seu modo a festa de lástima, em casa desta cidade, a 7ª festa. A 21 horas começará a festa a grande procissão, seguindo-se ao Evangelho e Sacerdote Grego, Victor de Silva, em seu momento de salvação, segundo o Evangelho. A 2 horas da tarde haverá a procissão para o Espírito Santo, grande número de saias e virgins. A 9 horas da noite será o grande baile.

GRANDE FOGO DE ARTIFÍCIO

Festa pelo Espírito Santo de São Benedito.

Tudo no meio de 2 horas de 6 horas e logo de 12 horas. Haverá com lanternas, foguetes, serpentinas, com lanternas, fogos, além de uma grande quantidade de outros artigos, foguetes de fogo.

A convite para a festa é o Sr. Professor João Soares.

Haverá a participação de todos os habitantes para a realização desta festa, desde que os dias de festa para a realização desta festa em São Benedito.

HOJE AO MEIO DIA

TERÁ LUGAR UM ARTIFÍCIO LEMBRAR DE VINTOS ANOS, EM BENEDITO DAS FÉSTAS.

De Benedito
Adriano José de Oliveira
Linha Benedito, Rio de Janeiro.

O Gabinete de Leitura Botucatuense, reativado em 1894, promove intensa vida social, com bailes, saraus, música de câmara, palestras. O Teatro Santa Cruz oferece espetáculos quase todas as semanas, mesmo fora dos sábados e domingos: 2ª feira, dia 8 de setembro, a comédia "Casar por ter fome"; 3ª feira, dia 9, o drama em 5 atos "O Emigrado", com grupo dramático de São Manuel. O Grupo Dramático Botucatuense também se

apresenta várias vezes nesse ano de 96. Mas geralmente vinham companhias de São Paulo, como está, em novembro:

"Theatro Santa Cruz. Com boa casa houve espectáculo Domingo 1º do corrente sendo levado a scena o magnifico drama "O Remorso Vivo". Quinta-feira, em beneficio do sympathico actor N. Costa e Luiz Guadagni - representou-se o drama "Martyr da Honra". Os artistas que se encarregaram dos principaes papeis foram por vezes chamados a scena, tendo todos elles concorrido para o bom desempenho da peça. Depois do drama representou-se a comedia "O diabo atraz da porta", sendo os interpretes aplaudidos calorosamente... Para hontem estava annunciado o drama "O Guia da Montanha" em beneficio do actor Menezes Costa. Para hoje está annunciado um programma magnifico e auguramos a beneficiada D. M. Augusta Namura uma enchente à cunha".

Nesse ano clinicavam na cidade os doutores Galdi, médico-cirurgião e parteiro, que atendia no Hotel Michelucci (Riachuelo, 25), M. Albarnaz, no Hotel Areas (Riachuelo, 27), Costa Leite, na Riachuelo, s/n, esquina com 25 de março, e Vital Brazil (Riachuelo, 50, entre atuais Marechal Deodoro e Leônidas Cardoso). Alvarina Brazil, uma das filhas deste último médico, aqui nasceu no dia 31 de maio desse ano. Aqui esse médico comprou muitas cobras venenosas, iniciando o estudo de seu veneno. E foi aqui que começou a ler literatura especifica sobre o soro contra venenos ofídicos, como era o caso da obra de Calmette sobre o veneno da naja. Na reprodução da propaganda da época, feita logo abaixo, pode-se encontrar alguns outros dados sobre esses médicos. Sobre o doutor Vital conseguimos algumas outras notícias:

"A 26 do andante (junho), na linha de São Manoel, deu-se um desastre. É o caso que estando na linha o portador da Estação de 13 de Maio, a machina apanhou-o fracturando uma perna em dous lugares. Conduzido para a estação d'esta cidade foi medicado pelo Dr. Vital Brazil, e o Delegado Nicolau Kuntz tomou conhecimento do facto. Comquanto esteja bastante ferido, o seu estado não é todavia mortal". Notícia de "O Botucatuense", de 28.06.1896.

"Operação importante. Foi praticada no dia 6 do corrente a operação de ligadura da femural no apice do triangulo de Scarpa motivada por aneurysma da arteria poplitea que em poucos dias tomou um desenvolvimento notavel. Foi operador o dr. Vital Brazil auxiliado pelo dr. Alvarenga. O operado, que é o cidadão italiano Angelo Falconi, acha-se em boas condições".

"Outro. Foi operado no dia 2 do corrente o sr. Silverio Cunha artista da companhia dramatica Alvaro Menezes, de um kisto synovial do joelho direito, tendo sido retiradas 250 gramas de liquido. Encarregaram-se d'esta operação os drs. Costa Leite e Vital Brazil". Essas duas últimas notícias são de "O Botucatuense", de 08.11.1896.

Nesse mês de novembro aparecem notícias assustadoras de um surto de varíola. Já dissemos anteriormente que todos os casos de varíola indicados nesta região, foram posteriormente definidos como de varicela.

"Variola. Corre que na vizinha cidade de Avaré ha diversos casos de variola. O Dr. Intendente, sempre zeloso no cumprimento dos seus deveres, ja tem tomado providencias, mandando apromptar o Lazareto para que em qualquer emergencia possa promptamente ser isolado algum caso importado". "O Botucatuense", 08.11.1896.

Botucatu, nessa época, é uma cidade mal policiada: "... de algum tempo para cá, conta Botucatu apenas com quatro praças, quando o destacamento se compunha outr'ora de doze, devidamente armadas e municadas. Oito seguiram para a capital, á requisição do dr. Chefe de Policia, que até hoje não nol-as devolveu ainda, talvez para socorrer com o auxilio das mesmas outra localidade do interior do Estado. Acresce que, das quatro praças aqui destacadas, duas se conservam constantemente de guarda aos presos da Cadeia, ficando assim reduzido a dous o numero de soldados para o policiamento da cidade". E veremos, nas notícias referentes ao ano seguinte, de 1897, que esses "dous" deixavam muito a desejar. As "Notas Policiaes" de "O Botucatuense" passam a trazer freqüentes notícias de crimes, como estas de novembro:

"Assassinato. Na noite de 1º do corrente em casa de Rita Nunes houve uma resa e depois desta deu-se começo ao indispensavel fandango e a pinga era logo fornecida aos presentes e um pobre preto Bento de tal, por estar na casa, foi convidado a retirar e depois de um conflicto foi ferido com uma faca e veio a morrer dois dias depois. A autoridade tomou conhecimento do fato". Já em agosto o jornal vinha condenando a apatia da polícia:

"... O nosso collega do Reporter de S. Paulo, novo ainda mas que tantos serviços já tem prestado na arena jornalística, encetou ha mezes a campanha em prol da moralidade publica, fazendo sentir quotidianamente, em bons artigos, o mau effeito que produz no seio da sociedade esta pustula gangrenosa: — Jogo, caftismo e prostituição, até hoje olhada com condemnavel indifferentismo pelas autoridades policiaes. Sabemos que à

feira de Pirapora este anno não compareceram 1.000 pessoas devido a attitude da policia cohibindo a jogatina desenfreada, quando em outros tempos lá compareciam cerca de 5.000 romeiros..."

Em 1897 abre-se aqui uma nova instituição de ensino, o Colégio São Paulo, com internato e externato para os dois sexos. Os diretores são Garibaldina e Benedicto Tolosa, juntamente com Liberato Alencar. Oferece "educação physica, intellectual e moral". Eduardo Trigo é o novo professor do Grupo Escolar Dr. Cardoso de Almeida, juntando-se ao "trigal" composto pela professora Adelaide Trigo e seu marido, o diretor Fidêncio Lopes Trigo. A escola do Bom Jesus do Ribeirão Grande é dirigida pelo professor Vicente Ferreira de Almeida. Examinadores: Manoel Barros Machado e João Vieira Paraíso.

O Padre Ferrari volta da Itália. Sempre que retorna de uma viagem, é recebido com festas, pois é muito amado pela comunidade. Aliás, a vida religiosa era bastante festiva nessa época: as festas dos santos Antonio, José e João estavam ainda vinculadas à Igreja, e também se festejava o Divino, o Rosário, o Sagrado Coração de Jesus, Nossa Senhora de Santana, das Dores, além das festas nos bairros rurais e povoações, de cunho bem regional, como a do Bom Jesus, na Prata e no Ribeirão Grande. Nesse ano, na festa do Rosário, houve missa cantada por diversos amadores, procissão, fogos, muita música, muito empenho: "Os festeiros pedem às Exmas. Familias, para maior realce da procissão, mandarem anjos e virgens". E vimos, em 1896, como o programa da festa do Divino era variado.

Em outubro é fundado outro clube da colônia italiana, o "Club Italiano Conte di Torino". Presidente, Giuseppe Pedutti; Secretario, Salvatore Bosco; Tesoriere, Carmine Mazzarella; Conseglieri, Nicola Chiafitelli, Antonio Dorsa, Pietro Tortorella, Vincenzo da Cunto, Aureli Uruggi e Pietro del Manto.

"O Botucatuense", na sua seção "A Rabiscar", apresenta um novo articulista: "Suprindo, ainda que indignamente, o ex-chronista Arthur Goulart e o nunca esquecido Zé do Valle, venho apresentar-me aos cinco mil leitores d'O Botucatuense, certo, já se sabe, de que não poderei desempenhar a tarefa como os meus antecessores. Alfinete". Zé do Valle foi para o "Commercio", de São Paulo, escrevendo sob o pseudônimo de Fabrício. Goulart ficara famoso: dirigia a revista "Capital Paulista" e seu livro "Literatura Infantil" era usado em todo o Estado, representando-se nas escolas suas peças, como "A Escola", "Scenas do Lar", "Batalhão patriótico", "Honra ao Mérito", e os diálogos "Cesário Motta", "A Orphan e a Enjeitada", "As flores" e "Caetano de Campos".

O Intendente Municipal é Antonio do Amaral Cezar. João Thomaz de Almeida é o Procurador da Câmara. Nesse ano aparece como novidade a reforma da Biquinha, também conhecida como Chafariz, única fonte oficial de água potável da cidade. Com os acertos, seu volume de água é substancialmente aumentado. Mas logo aparecem críticas, para "sujar a água": "Boi! Nas touradas ou nos beefs vá lá. Porém morto, podre e coberto de urubus, junto mesmo à Biquinha, é cousa muito ruim. Srs. Fiscaes, cheguem-se lá e apreciem o fedor...ifico cheiro que tanto tem encommodado aos transeuntes e moradores proximos".

Miguel Zacharias de Alvarenga, médico prático, atende em sua residência, na Praça 15 de Novembro, junto à Matriz Nova. Aparece talvez o primeiro veterinário da cidade: "Rodomildo Venturoli. Dr. Veterinario. Hotel da Europa. Botucatu". Infelizmente não conseguimos mais notícias sobre o dr. Venturoli, nem conseguimos saber onde ficava esse Hotel da Europa. Dois casos de febre amarela são atendidos pelo dr. Gualter Pereira, inspetor sanitário em São Paulo, que para aqui veio. Muito embora se referissem a botucatuenses, tiveram origem em Sorocaba. Uma das pessoas doentes, uma senhora, foi isolada no Lazareto.

Nessa época eram muitos os bairros rurais do município, por ser este ainda muito grande. Eram muitas as fazendas de café, nas terras roxas, como eram também muitas as de criar, nas terras misturadas. Vejamos alguns proprietários, nos vários bairros.

Ribeirão Grande (para os lados do rio Santo Inácio; decaiu com o tempo, desaparecendo): Alfredo Neves de Mattos, Antonio Júlio Nunes, Antonio Felício de Camargo, Benedicto Vieira da Maia, Claudino José da Silveira, Francisco A. da Silva, Francisco Eusébio Martins, Gabriel Hygino Carvalho, Joaquim da Silva Franco, José Vieira da Maia, José de Barros Machado, José Pinto de Mello, José Pinheiro da Silva, João Francisco Alves, João Antonio da Luz, João Valério de Oliveira, Joaquim dos Santos, José de Oliveira Pinto, João Lino Pires de Camargo, José A. Pinto Júnior, Attilio Morelli (os italianos começavam a comprar fazendas) e muitos outros.

Limoeiro (perto do Espírito Santo do Rio Pardo, atual Pardinho): Antonio de Meira Barros, Augusto Cezar de A. Camargo, Arthur Pires Correa, Antonio José do C. Bicudo, Benedicto Antonio de Camargo, Celestino Vieira de Moraes, Estanislau José de Arruda, João Braz Salomé, Joaquim Amaral Barros, Thomaz Gonçalves Rocha, Vicente Pinto Gonçalves, Antonio Mariano de Andrade e outros.

Janeiro (também perto do Espírito Santo): Ambrósio de Almeida Pires, Joaquim do Amaral Mattos, Manoel da Silveira Rosa, Procópio Nogueira de Mattos.

Três Barras (na bacia do Capivara): Amélio Pedroso de Lima, Antonio Furquim de Campos, Antonio Rodrigues de Barros, Francisco C. de Oliveira, Joaquim A. Pedroso de Lima, João Alves de Camargo, Sebastião Pires de Camargo.

Santo Inácio (região do rio homônimo): Antonio Cardoso de Oliveira, Elias de Oliveira França, Eusébio Maria Barreiros, Francisco Bueno da S. Franco, Joaquim Vieira Pinto, José de Oliveira Munhoz, Josias Pires do Amaral.

Espírito Santo do Rio Pardo: Vicente Domingues de Moraes, João Bernardo de Oliveira, José Lucas de Arruda, João Alves do Livramento, Lúcio F. Prestes, Antonio Lopes dos Santos e muitos outros.

Nesse ano de 97 foram arroladas mais de 150 propriedades rurais no município. Seus proprietários ou moravam nelas mesmas, ou nas vilas e povoações, como Ribeirão Grande, Espírito Santo do Rio Pardo, Alambari. Apenas 8 deles moravam em Botucatu, cidade. Aparecem ainda como locais de moradia desses proprietários: Faxinal, Barra Mansa, Araquá, São Joaquim, Serrete, Saltinho, Bela Vista, Barreiros, Tamanduá, Sant'Anna, Una.

Vejamos o comércio, indústria e prestação de serviços em alguns desses bairros, vilas, povoações.

Espírito Santo do Rio Pardo: Joaquim de Almeida Engler, estafeta, José Cláudio de Oliveira, farmacêutico, Joaquim Leite da Silveira, fiscal, João Knuppel, professor.

Ribeirão Grande: Manoel de Barros Machado, professor, Claudino Bueno da Silva, industrial, Bento da Silva, operário (possivelmente este trabalhando para aquele, em alguma indústria artesanal).

Una: Vicente Ferreira de Almeida, professor.

Fazenda Velloso: Caio Vieira, professor.

Comerciantes do Espírito Santo: Amélio de Campos Mello, Fernando José Teixeira G. Filho, Francisco Manoel de França, Honorato José Pereira, Honório de Oliveira França, João V. Munhoz, João Maria Barreiros, João Baptista de França, Manoel José de França, Pedro Egydio do Amaral. No Ribeirão Grande: Júlio de Campos Vianna, Victal de Santos Malta.

Artesãos do Espírito Santo: Antonio B. do Amaral Cesar, Antonio B. do Livramento, Claudino Nunes Machado, Joaquim Marcelino da Rocha. Ribeirão Grande: Joaquim Barros Machado.

Na rua do Curuzu, além das casas de comércio já lembradas nos anos anteriores, aparecem a Casa Prado, de Prado & Irmãos, armazém que vende bom fumo-de-corda, e a loja "Ao Gato Preto". A Casa Carneiro, nesse ano, ora aparece com endereço na Curuzu, ora na Riachuelo.

Em frente ao Jardim Público inaugura-se "O Recreio do Jardim", bar moderno de Augusto Ferreira, com serviço também ao ar livre. J. Bethlem Moreira tem depósito de vinhos portugueses e italianos, vendendo por atacado, na rua Cesário Alvim. A "Machina Archibald", de Archibald Kinneer, próxima à Estação, desde 1891 beneficia café a \$500 (quinhentos réis) por arroba, agora com novos escareadores, catadores e brunidores (em 1900 veremos que essa máquina é destruída pelo fogo, com grandes prejuízos para o infeliz Archibald). No Alambari, João Morato & Wansleben têm instalada uma olaria a vapor. Lima, Pinto & Cia. e Alfredo Augusto Rodil também são comerciantes nessa povoação.

A Fábrica da Contenda, de Joaquim Rodrigues César, faz moagem e torrefação de café e moagem de fubá, vendendo 3\$500 cada 50 litros de fubá grosso, "preferível para animaes e vaccas leiteiras".

A colônia portuguesa continua firme em seu comércio: Antonio Ferreira da Silva Veiga; Oliveira, Neves & Cia.; D. Carlos; Joaquim B. Villa do Conde; Rodrigues & Pereira; Antonio Ferreira Rabello, com seu Hotel Areas; Joaquim Cardoso de Almeida, o Velho Cardoso; Joaquim das Neves Pinhão.

O Delegado de Polícia, Bellarmino Furquim de Campos, está às voltas com as notas falsas que começam a aparecer na região. A cidade, como vimos em 1896, só tem 4 soldados no seu policiamento. E parece que não são muito recomendáveis, como se vê por esta notícia de "O Botucatuense" de 26 de dezembro:

"Selvagem Policial. Um cidadão esbofetado? Na manhã de quinta-feira foram presos no bairro da Boa Vista, por alguma coisa que fizeram, os pretos Fidencio e Bellarmino; até ahi a policia andou bem. Porem ao passarem pela frente da casa do industrial Francisco Ribeiro, os presos chamaram-n'õ em seu auxilio e o conhecido homem, simplesmente por lhes dizer: "si não tinham feito nada solta-os ia o Delegado", os valentes prendem-n'õ! O Sr. Ribeiro muito conhecido n'esta cidade como homem trabalhador e pacato, apesar de ter-se deixado prender sem reluctancia, é

levado a cadêa abaixo de pancadas e bofetadas! Esse facto de selvageria não pode passar impune e do respeitavel Delegado de Policia esperamos as providencias de modo a não se reproduzirem violencias d'esta ordem".

Sendo insufficiente a policia, alguns tomam decisões originais, como podemos ver por outra notícia do mesmo jornal, três meses antes:

"Que tal? Consta que em dia da semana transacta em uma casa da rua Riachuelo um individuo encontrando sua esposa em amorosas "conversas" com um hespanhol, desfechou neste dous tiros que o não attingiram, por ter fugido. Em seguida chamou a infiel esposa, deu-lhe uma sova, cortou-lhe os cabelos indo vendel-os a um barbeiro e n'esse estado despediu-a de sua casa. Original punição!"

O retrato de Diogo Rocha, o Dioguinho, bandido que destas plagas saiu para atormentar boa parte do interior paulista, está exposto na redação de quase todos os jornais do Estado, por determinação do governo paulista. Damos notícias desse facínora no início do século seguinte.

Continuam as touradas, que haviam sido proibidas na década de 70, mas novamente permitidas nos anos 90. Em outubro anuncia-se "a estréa da troupe tauromachica de que faz parte o nosso conterraneo e valente toureador Braz Duarte". Quem não aprecia touradas pode ir às corridas de cavalos na raia localizada na chácara de Lindolpho Caldeira, aos domingos, das 10 às 17 horas. O embarque coletivo é feito no Bilhar do Aurélio Toledo (que não descobrimos onde ficava). E há também os convescontes no Capão Bonito. Um trem sai diariamente de Botucatu às 9 horas, voltando às 16 do Capão Bonito. Alguns vão a cavalo ou de trole. Os mais abonados se hospedam no Grande Hotel Capão Bonito, também chamado de Hotel Recreativo, de Pinto Nunes & Cia., gerenciado por Madureira Júnior. Ficava no primeiro quarteirão da rua principal do atual Rubião Júnior.

A rua Áurea apresentava 1.954 metros frontais de casas e terrenos, o que lhe dava uma extensão de 977 metros, sem contar as larguras das travessas. A Cesário Alvim, 1.616 m de casas e terrenos, ou 808 m de extensão.

